

REFORMA AGRÁRIA

O discurso de
Plínio Corrêa de
Oliveira (1960-1995)

EM

FOCO

Gizele
Zanotto

GIZELE ZANOTTO

REFORMA AGRÁRIA EM FOCO:

O discurso de Plínio Corrêa de Oliveira (1960-1995)



Passo Fundo
2020



© 2020 ACERVUS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

EDITORAÇÃO E CAPA

ALEX ANTÔNIO VANIN

PROJETO GRÁFICO

ACERVUS

ACERVUS EDITORA

AV. ASPIRANTE JENNER, 1274 - LUCAS ARAÚJO -
99074-360

PASSO FUNDO - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

TEL.: (54) 99676-9020

E-MAIL: ACERVUSEEDITORA@GMAIL.COM

SITE: ACERVUSEEDITORA.COM.BR

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UFFS – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

GIZELE KLEIDERMACHER (UNIVERSIDAD DE
BUENOS AIRES)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UFFS – CAMPUS
ERECHIM)

JOÃO JOEL CARINI (UFSM)

ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS
INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTA OBRA SÃO DE
INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E
DE SEUS ORGANIZADORES

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Z33r Zanotto, Gizele
Reforma agrária em foco [recurso eletrônico]: o
discurso de Plínio Corrêa de Oliveira (1960-1995) / Gizele
Zanotto. – Passo Fundo: Acervus, 2020.
1.5 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-10-8

1. Reforma agrária. 2. Religiosidade. 3. Oliveira, Plínio
Corrêa de, 1908-1995. I. Título.

CDU: 981

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

*“O historiador, como homem
do presente trabalhando sobre
o passado, é, pois, julgado em
segunda instância pelo futuro”.*

Jean-François Sirinelli



NÚCLEO DE ESTUDOS DE MEMÓRIA E CULTURA

Os estudos sobre Memória e Cultura (em suas variadas expressões materiais e imateriais) articulam várias abordagens, problemáticas e propostas de pesquisa desenvolvidas na área das Ciências Humanas. Coadunando perspectivas teórico-metodológicas com análises empíricas, suas repercussões incidem no perceber e compreender como as relações sociais e históricas se articulam, dinamizam, desenvolvem e se cristalizam na perspectiva de seus agentes e da sociedade ampla que integram. Neste sentido, as repercussões das pesquisas excedem o espectro específico das discussões historiográficas para abranger, também, análises sociológicas, filosóficas, institucionais, do cotidiano, das visões de mundo e das ações decorrentes de tais compreensões.

Coordenação: João Carlos Tedesco, Gizele Zanotto e Gerson Luís Trombetta.

Conselho Editorial: Arlene Anelia Renk, Cândido Moreira Rodrigues, Christiane Jalles de Paula, Claudia Mariza Mattos Brandão, Fabrício Antônio Antunes Soares, Gerson Luís Trombetta, Gizele Zanotto, Jacqueline Ahlert, João Carlos Tedesco, José Zanca, Luiz Carlos Tau Golin, Marta Rosa Borin, Patrícia Carla de Melo Martins, Roberto Di Stefano, Rodrigo Coppe Caldeira, Teresa Maria Malatian.

AGRADECIMENTOS

*pelo amor, assistência e compreensão:
Leonardo, Clenir, Darci, Katia, Lenoir,
Júlio, João Gabriel, Marcio, Wilma,
Deonile, Marilene, Jair, Bruno e demais
familiares.*

*pelo companheirismo e pela proveitosa
troca de materiais: Maristela, Volmir,
Claricia, José Ricardo, Armando
Alexandre.*

*pela intensa e indispensável amizade:
Liliane, Johanna, Sandro, Jó, Oto,
Alecssandra, Iunes, Karine, Eduardo,
Fábio, Everton, Marga, Júlio, Marilda,
Déborah, Eliane, Maria de Fátima Fontes
Piazza, João Klug, Maria Nazaré Wagner.*

*pela paciência, competência, amizade e
afeto: Artur César Isaia.*

*à CAPES, pelo financiamento que
possibilitou a presente pesquisa.*

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO	11
1. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA: O INTELLECTUAL E O MITO.....	25
1.1. “QUANDO AINDA MUITO JOVEM...”	30
1.2. A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1933 E A ATUAÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC).....	39
1.3. O LEGIONÁRIO (1933-1947).....	44
1.4. “EM DEFESA DA AÇÃO CATÓLICA”.....	50
1.5. OSTRACISMO DO “GRUPO LEGIONÁRIO”	53
1.6. “CATOLICISMO”	57
1.7. “REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO”.....	60
2. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE: IMAGINÁRIO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO.....	71
2.1. EIS QUE SURGE A TFP.....	76
2.2. MEIOS DE ATUAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA TFP	90
2.3. OS TEMAS QUE MOBILIZARAM A TFP	96
2.3.1. DIVÓRCIO E ABORTO	96
2.3.2. COMUNISMO E SOCIALISMO	99
2.3.3. ESQUERDISMO CATÓLICO.....	104
2.4. IMAGINÁRIO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO: BASE DA ATUAÇÃO DA TFP	113
3. O DISCURSO ANTI AGROREFORMISTA DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA	135
3.1. O DISCURSO ANTI AGROREFORMISTA DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA ..	138
3.2. ORIGINALIDADE DISCURSIVA DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA.....	162

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
FONTES	177
REFERÊNCIAS	183
A AUTORA	199

PREFÁCIO

Obras, pesquisas e fontes são materiais datados. Como historiadora vislumbro nesta assertiva o estado do atual texto que chega ao leitor, agora em versão livro. Produzido ao longo das pesquisas de mestrado em História, sendo portanto a dissertação que finalizou este processo, a obra aqui trazida tem as marcas de seu tempo, de um tempo iniciado em 2001, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar a formação complementar. Mais, o texto traz em seu escopo a marca da produção, das considerações da qualificação do trabalho, da orientação segura e qualificada de Artur César Isaia (sempre mestre, amigo, colega), dos diálogos encetados em eventos, em rodas de conversa com colegas e, finalmente, dos questionamentos e apontamentos realizados pelos membros da banca defesa final da dissertação, professores doutores Cléria Botelho Costa (UnB) e João Eduardo Pinto Basto Lupi (UFSC). A todos esses interlocutores, meu profundo agradecimento!

Por anos fui reticente a publicação da dissertação em formato livro por uma série de razões que perpassaram questões financeiras, aprofundamento da pesquisa durante o doutoramento, início do trabalho docente, consideração de que o texto tinha e têm limites e, de certo modo ingênuo, da perspectiva de que o tema não teria apelo ante as transformações expressivas que vivenciamos no Brasil, no sentido de ampliação de direitos.

Nesses anos me questionava sobre o uso da dissertação em produções acadêmicas sobre Plínio Corrêa de Oliveira, sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Proprie-

dade (TFP), sobre Brasil recente, sobre catolicismo contemporâneo. Não considerava a dissertação tão expressiva em termos de produção de conhecimento como a tese que resultou de um trabalho muito mais aprimorado e qualificado de análise de fontes. Todavia, o “sucesso” da divulgação da dissertação seguiu e segue evidenciando que, para além da compreensão pessoal do autor sobre seu texto, ele de fato, quando vai a público (neste caso disponível via Biblioteca da UFSC, desde 2003) deixa de ser do autor para ser ressignificado, mobilizado, interpretado a partir de critérios, interesses, conhecimentos muito diversos, tornando-se o que Eni Puccinelli Orlandi designa como um “bólide de sentidos”, passível a inúmeras mobilizações, movimentos de sentido e interpretações.

Nos últimos anos, o tema do estado de direitos, a luta dos movimentos sociais, a ampliação das desigualdades, a queda da qualidade de vida, a renovação das discussões sobre as questões agrárias deram um “novo gás” ao tema da produção acadêmica de 2003. Eis que chegamos em 2020 e o tema torna-se novamente muito atual, consolidando a percepção de que a dissertação que produzi anos atrás ainda importa, ainda significa e auxilia na compreensão da complexidade da história dos direitos à terra e trabalho rural em nosso país.

Minha opção foi republicar o texto tal como foi disponibilizado em 2003, considerando que sua marca temporal também deve ser respeitada e que atualizações gerariam não a divulgação do já produzido, mas um novo texto, com mais e outras referências e análises. Não julgamos que as considerações derivadas dessa produção estejam suplantadas, de modo que sua manutenção nos parece justa. Desejamos boa leitura a todos os interessados, desejamos um país sempre mais democrático e digno para todos.

Gizele Zanotto
Verão de 2020

INTRODUÇÃO

Os caminhos que nos levam a optar por determinado tema de pesquisa geralmente relacionam-se com uma inquietação intelectual que tem como fonte uma motivação subjetiva. Neste trabalho optamos pela análise de Plínio Corrêa de Oliveira, e da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), após constatar a presença saliente da entidade no cenário político brasileiro, especialmente entre as décadas de 60/70, fato que se relaciona com a liberdade de ação que a TFP adquiriu ao publicizar seu apoio ao governo militar. Apesar disso, a TFP ainda não recebeu a devida atenção por parte dos historiadores, sendo que poucos foram os autores que contemplaram as atividades tefepistas¹, de maneira que nosso estudo pretende, também, preencher parte desta lacuna ao analisar a atuação pública deste movimento. Já a motivação subjetiva relaciona-se com o fascínio que temos pelo tema do anticomunismo, que remete à atuação da TFP pela sua postura de identificar com o comunismo qualquer atitude ou pensamento que contrarie sua doutrina, o que torna este anticomunismo tefepista um tanto mecânico. Assim, a reforma agrária também foi identificada com o comunismo pelos te-

¹ Entre os estudos realizados podemos citar: KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984; LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

SÁNCHEZ, Jesus Hortal. Tradizione Famiglia Proprietà: religioni e politica nei tropici. Disponível em: <<http://www.kelebekler.com/cesnur/txt/tfp-it.htm/>> Acesso em 12/setembro/2002.

fepistas, e refutada como prejudicial aos interesses de nosso país e, principalmente, como contrária à orientação cristã da maioria nossa população. Mas a motivação principal que nos fez orientar a pesquisa foi o interesse pela questão da reforma agrária – uma questão complexa que afeta os interesses de grandes produtores rurais (lucro), investidores (especulação financeira), políticos (influência) e agricultores (digna sobrevivência).

A escolha de Plínio Corrêa de Oliveira como objeto de análise advém de sua peculiaridade como pensador e de suas atitudes frente à Igreja, à política e ao modelo ideal de sociedade do qual comunga. Em relação à Igreja Católica², sua atitude foi bastante alterada durante a militância religiosa, principalmente, pela mudança de rumos que a instituição adotou após o Concílio do Vaticano II (1962-1965), onde a corrente que preconizava a valorização do laicato tornou-se preponderante. Esta mudança de rumos da hierarquia não agradou os setores católicos conservadores, que passaram a questionar os rumos do progressismo instaurado. Plínio se insere entre estes descontentes, o que ocasionou inúmeros ataques deste à Igreja utilizando-se, para isto, de sua própria arma: o discurso católico. Conforme Lima,

a ação político-ideológica de Plínio se caracterizou, em um momento, pela defesa intransigente dos interesses corporativos da Instituição, e, em outro, pela oposição e crítica à atuação desta mesma instituição. (...) Utilizou todo o repertório doutrinário católico tradicional para condenar o denominado progressismo católico.³

Tendo contato com sua obra, “*Revolução e Contra-Revolução*”, - na qual expõe, ainda 1959, a luta que deve ser travada pela

² Sempre que nos referirmos à Igreja, neste trabalho, estaremos fazendo alusão à Igreja Católica Apostólica Romana.

³ LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 04.

tradição e pela Civilização Cristã -, uma intensa curiosidade nos impulsionou a buscar mais obras que elucidassem seu pensamento. Sua tese de que a ruína do mundo seria causada por dois motivos: a explosão de orgulho e de sensualidade⁴, reflexos das paixões desenfreadas do homem e que destroem a pureza e devoção humanas, nos remete a uma concepção de mundo muito mais ligada à teologia do que a política, e essencialmente inspirada no catolicismo ultramontano vigente no Brasil, no início do século XX, como nos descreve Lima,

a ideologia incorporada a este catolicismo está centrada na idéia de que existe um mal que há cinco séculos tenta destruir a cristandade: a Revolução. A origem deste terrível mal se encontra na própria alma humana. No fundo trata-se de uma manifestação do pecado.⁵

É em busca da consolidação de uma proposta de sociedade cristã que Plínio Corrêa de Oliveira se voltou para a política, pois esta é considerada a forma possível de implantar os princípios cristãos em leis humanas e de garantir o que resta da civilização ideal e, quiçá ampliá-los até a implantação de uma “*monarquia-católica no Brasil*”⁶. A corrente ultramontana, do qual é adepto, tem nesta interferência no poder temporal seu alicerce de luta, pois

preconiza a intervenção ativa dos católicos nas instituições públicas para cristianizá-las em nome de

⁴ “O orgulho leva ao ódio a toda superioridade, e, pois, à afirmação de que a desigualdade é em si mesma, em todos os planos, inclusive e principalmente nos planos metafísico e religioso, um mal. É o aspecto igualitário da Revolução. A sensualidade, em si, tende a derrubar todas as barreiras. Ela não aceita freios e leva à revolta contra toda autoridade e toda lei, seja divina ou humana, eclesíástica ou civil. É o aspecto liberal da Revolução”. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. Revista *Catolicismo*. São Paulo, N° 100, março, 1959. p. 12.

⁵ LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 25.

⁶ CATÃO, Francisco. VILELA, Magno. *O Monopólio do Sagrado: uma análise da presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. p. 180.

uma adesão incondicional e fervorosa ao papado, visto como poder absoluto.⁷

A importância de Plínio Corrêa de Oliveira não advém exclusivamente de suas teses e da militância católica, mas, também, de sua luta política contra o comunismo, socialismo e progressismo, e, como resultado, contra a própria Reforma Agrária, que é considerada como o primeiro passo para uma invasão comunista no Brasil. Esta luta de fins conservadores inspirou a fundação, em 1960, da TFP, “*entidade de caráter cultural e cívico – com objetivos também filantrópicos – para enfrentar, no campo temporal, a dupla investida esquerdista, progressista*”⁸. A TFP, que possui co-irmãs nos cinco continentes⁹, tornou-se um poderoso grupo de pressão contra o liberalismo e o progressismo político, religioso e social. Seu radicalismo anticomunista auxiliou o Governo Militar brasileiro a prender inúmeros “subversivos” durante a ditadura¹⁰. Por sua ação, as iniciativas da TFP deixaram de ser toleradas pela Igreja em meados de 1970, apesar de a entidade nunca ter sido um movimento oficial.

Lenharo, em *Sacralização da Política*¹¹, nos aponta alguns dos usos do discurso religioso no domínio da política como legitimador de atitudes e de controle social. Seu estudo eviden-

⁷ PORTELLI, Hugues. *Os socialismos no discurso social católico*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. p. 100.

⁸ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 66.

⁹ Atualmente a TFP possui representações ou entidades co-irmãs em 23 países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos da América, Equador, Filipinas, França, Índia, Itália, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido e Uruguai.

¹⁰ Lima descreve que os tefepistas “*clamavam por repressão nos meios católicos infiltrados por subversivos*”, ou seja, “*ela [TFP] assumiu não só a defesa dos “agentes da subversão” nos meios eclesiásticos, mas também acabou empunhando as suas bandeiras*”. LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. p. 141 e 142.

¹¹ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª edição. São Paulo: Papius, 1986.

cia a utilização de tal recurso pelo Estado Novo: sua eficiência e suas possibilidades. A partir desta análise, pretendemos analisar o discurso de Plínio Corrêa de Oliveira colocando em evidência a utilização do discurso religioso do direito natural para desqualificar qualquer tentativa de efetivação de uma Reforma Agrária no Brasil entre 1960 (data de publicação de seu primeiro livro contrário à Reforma Agrária: “*Reforma Agrária: Questão de Consciência*”¹²) e 1995 (data de seu falecimento), percebendo, também, a interação entre o discurso produzido e a situação social e política no qual está inserido. Optamos por uma análise bibliográfica das obras do autor buscando trabalhar com a peculiaridade da proposta político-social de Plínio Corrêa de Oliveira, proposta esta que oscila entre o integrismo católico e a adoção de uma postura completamente fora dos cânones do tradicionalismo católico, ou seja, uma postura que oscila entre o integrismo¹³ e a “heresia”.

Mas afinal, o que é a TFP? Como pode ser considerado seu fundador? Plínio e a TFP já foram definidos de inúmeras maneiras – conservador, integrista, contra-revolucionário, reacionário, fascista, seita, movimento religioso, etc – sendo que para este trabalho optamos pela tipologia de Arno Mayer para designar tanto o TFP como seu fundador como representantes da contra-revolução e dos reacionários respectivamente, embora ambos apre-

¹² Tal publicação foi escrita em conjunto com o Bispo de Campos, Dom Antonio de Castro Mayer, o Bispo de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud e Luiz Mendonça de Freitas.

¹³ O integrismo nasceu na Europa no século XIX, como oposição ao modernismo, que naquele momento traduzia-se também no chamado catolicismo popular. Conforme Alves, o integrismo é um ramo teológico de uma posição política sustentada pelos papas Pio IX e Pio X, o “catolicismo integral”, que defende a imutabilidade e a inteligibilidade da posição dominante da Igreja na sociedade. ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. Para Poulat, o termo “integrismo católico” é freqüentemente utilizado como sinônimo de integralismo, o que não é correto. O integralismo parte de uma concepção global e unitária de cristianismo, reafirma a integridade doutrinal e quer ser um sistema de vida e pensamento aplicável a todas as necessidades da vida moderna. POULAT, Emile. Integralismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 635-637.

sentem traços presentes em mais de uma das classificações, ou seja, não consideramos estas tipologias como rígidas e imutáveis. Mas, perguntamos, é possível um líder reacionário com uma proposta contra-revolucionária, a partir desta definição de Mayer? Acreditamos que sim, pois este autor salienta que os contra-revolucionários inspiram-se no decálogo conservador e reacionário, de maneira que é perfeitamente concebível que um líder reacionário oriente doutrinariamente os contra-revolucionários.

Conforme a compreensão de Mayer, os reacionários são críticos impassíveis e pretensiosos da sociedade vigente, “*rejeitam o mundo que os cerca por sua decadência, corrupção, perniciosidade e contradições*”¹⁴. Também são pessimistas com relação ao presente e ao futuro; desconfiam das inovações, e às vezes são hostis com a ciência, a tecnologia, a educação, a indústria, a urbanização, a juventude, os intelectuais e com os eruditos. Para Mayer, esta hostilidade

parece ser motivada por uma combinação de culpa, ódio e desconfiança, nutrida pelo medo de que as oportunidades para si e para os seus filhos fiquem condenadas a uma contínua deterioração, caso a história continue seguindo o seu curso atual¹⁵.

Os reacionários *também desejam a mudança*, se necessário fazendo o uso da força. Mas esta mudança relaciona-se com a volta a um passado mitificado e romantizado,

nesse passado, buscam o restabelecimento e a restauração das instituições – monarquia, igreja, propriedades e comunidades – que sustentam uma ordem hierárquica de privilégios e prerrogativas, e que também constituem uma barreira contra o ni-

¹⁴ MAYER, Arno. *Dinâmica da Contra-Revolução na Europa, 1870-1956. Uma estrutura analítica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 57.

¹⁵ Idem, p. 57.

velamento corrosivo do estado, da sociedade e da cultura. Uma vez recuperados, os velhos bons tempos ficariam congelados para sempre¹⁶.

Sua luta contra os antagonistas é transposta ao campo do imaginário, com a classificação dos inimigos como conspiradores diabólicos interessados na corrupção do homem e da sociedade. Por fim, Mayer esclarece que em tempos de paz, os reacionários procuram o isolamento, mas, em épocas de crise unem-se aos conservadores e contra-revolucionários, já que o presente é considerado melhor do que um futuro incerto¹⁷.

Ainda baseando-nos na tipologia de Mayer, consideramos a TFP como tipicamente contra-revolucionária. Mayer esclarece que os contra-revolucionários não têm o prestígio das classes dominantes tradicionais ou das elites, não participam das bases de influência do poder e não contam com um grupo de adeptos políticos fixos. Em cada atuação começam de novo, arregimentando grupos de inativos e marginalizados, ou seja, sua formação é composta segundo as necessidades do momento. Mayer ainda lembra-nos de que os contra-revolucionários buscam apoio popular entre os grupos descontentes ou ressentidos e, ao invés de afastar os seus temores, os provocam ainda mais, tirando proveito deles. Entre suas qualidades destaca-se a excelência na mobilização das classes em crise exacerbando e manipulando o seu ressentimento contra os que estão acima e o seu temor pelos que estão abaixo – lembramos que esta premissa, no caso tefepista, refere-se especificamente às sociedades não aristocráticas / monárquicas (modelo que consideram ideal), já que a hierarquia rígida, o poder centralizado no líder (rei), a submissão dos súditos, etc, são altamente desejáveis. Em seu trabalho, os contra-revolucionários assemelham-se aos próprios revolucionários,

¹⁶ *Ibidem*, p. 57.

¹⁷ *Ibidem*, p. 58.

seus representantes denunciam, de maneira implacável e furiosa, todos os aspectos da vida, instituições e cultura contemporâneos. Jactam-se de possuir as soluções que propiciarão um milênio de permanente estabilidade e segurança¹⁸.

Em sua propaganda, acentuam as mudanças de atitude, mentalidade e perspectiva muito mais do que mudanças das estruturas sociais e econômicas. Pregam a ordem, hierarquia, autoridade, disciplina e nacionalismo, “*em outras palavras, os apelos em prol da conversão, regeneração e disposição psíquicas tirados de idéias, símbolos e mitos tradicionais já conhecidos*”¹⁹. Por fim, salienta Mayer,

ao mesmo tempo em que os líderes políticos do movimento contra-revolucionário desencadeiam e instigam a política de rua, que traz a desordem e a intranqüilidade, denominam-se defensores da lei e da ordem. Afirmam que somente eles podem refrear seus próprios extremistas, que somente eles podem controlar as forças de segurança regulares e concentrar o apoio popular visando a contenção e repressão dos revolucionários²⁰.

Para compreender o discurso ímpar de Plínio, vamos nos socorrer de uma abordagem biográfica, buscando abranger a produção de seu sistema de idéias, bem como a maneira como o autor expôs seu pensamento, angariando tantos adeptos pelo Brasil e pelo mundo. Para tanto, retomaremos Foucault, que nos aponta os caminhos para desvendar as regras do discurso, ou seja, devemos interpelar ao próprio discurso ‘quem’ fala; questionar os critérios de competência e saber que lhe asseguram o ‘direito de

¹⁸ Ibidem, p. 71.

¹⁹ Ibidem, p. 73.

²⁰ Ibidem, p. 75.

falar com sentido’, também devemos remeter o discurso analisado aos ‘lugares institucionais’ de onde este sujeito²¹ obtém o direito de falar²². Para tentar responder a estas questões, em especial buscando compreender quem é este sujeito que fala, o que ele diz representar, o que o mobiliza, é que faremos uso da nova abordagem biográfica. Esta nova abordagem valoriza o individual como forma de compreender um estrato social em determinado período histórico, tal como o fez Ginzburg em seu estudo *O queijo e os vermes*²³. Lemos reitera a conexão necessária entre o individual e o coletivo afirmando que determinadas questões históricas precisam ser situadas na singularidade de um indivíduo para uma melhor compreensão de seu significado, embora, salienta o autor, esta análise jamais deve ser desconectada do social, porque não existe sujeito fora das relações sociais²⁴. Outra característica desta nova abordagem é que ela não isola o personagem “*como se ele fosse de nenhuma época e de nenhum lugar*”²⁵, ela é mais um meio de penetrar na mentalidade de um grupo, ou seja, preza pela sua individualidade ao mesmo tempo em que desperta para o estudo de seu meio, na busca de um entendimento de sua cultura, bem como das aspirações coletivas que movem dada sociedade ou grupo em determinada época histórica.

²¹ Na perspectiva discursiva os sujeitos e o social estão envolvidos no processo de significação, e também são significados. Desta forma, consideramos os sujeitos não como causas, não como origem, mas como efeito do discurso, ou seja, os sujeitos são construídos discursivamente. O sujeito é dotado de significação no interior da discursividade social (e histórica). PINTO, Céli Regina Jardim. A noção de discurso. In: *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney. O discurso do plano cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 25.

²² FOUCAULT, Michel. Apud: COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 191.

²³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 8ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

²⁴ LEMOS, Renato Luís de Couto Neto e. Benjamin Constant: Biografia e explicação histórica. *Revista de Estudos Históricos*. Ed. FVG, vol. 10, nº 19, 1997. p. 68

²⁵ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da História Política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994. p. 101.

Esta opção pelo estudo biográfico do autor se torna pertinente para o entendimento de seu pensamento na medida em que sua atuação não pode ser dissociada de suas crenças, ou seja, a prática social do autor pautou-se em sua visão de mundo, portanto, sua prática refletiu seu ideário. No primeiro capítulo, analisaremos alguns dados da biografia de Plínio Corrêa de Oliveira, de forma a tentar compreender algumas de suas teses, bem como sua intensa militância católica, ora de apoio, ora de embate com elementos do clero e do laicato católico. Acreditamos que o imaginário aristocrático vivenciado por Plínio desde sua infância foi fundamental para a sistematização de seu pensamento, como também as influências religiosas incorporadas durante sua formação (em especial o integrismo e ultramontanismo católicos) marcaram profundamente sua atuação pública posterior. A valorização do estudo biográfico, presente em nosso trabalho, não significa que acreditamos que as concepções do biografado têm de refletir exatamente os elementos de sua formação. Entendemos que a interação homem / mundo é muito dinâmica, sendo que as concepções de um indivíduo podem variar muito de sua infância até sua idade adulta, mas, no caso de Plínio, percebemos uma intensa conexão entre os fatos e imaginário e suas crenças posteriores, deste modo, acreditamos que o estudo de sua biografia pôde contemplar positivamente elementos de seu ideário.

Após analisar a biografia de Plínio, partiremos para o estudo do 'lugar institucional' do qual o autor nos fala: este local é a TFP, que será analisada para compreendermos que entidade é esta, porque não é um movimento oficial da Igreja (que diz representar), de que forma esta entidade refletiu de forma tão intensa o ideário de seu fundador. Estas questões serão analisadas no segundo capítulo, que versa sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada por Plínio em 1960, abordando sua fundação, objetivos, meios de atuação

e principais bandeiras de luta. Também abordaremos a peculiaridade do seu ideário, buscando melhor compreender as tramas tecidas pelo imaginário contra-revolucionário que impele os tepepistas à ação. Acreditamos que a TFP foi o principal assimilador e difusor do discurso de Plínio, portanto, analisar a atuação intelectual e prática da entidade tornou-se um meio de compreensão da práxis do próprio Plínio, na medida em que suas concepções foram traduzidas na atuação da TFP, ou seja, foi através da TFP que o discurso e práxis de Plínio foram publicizados.

Somente após entendermos quem é o sujeito Plínio e de que lugar ele fala é que poderemos passar para a análise de seu discurso, ou seja, para elucidar o que fala este sujeito, qual seu estatuto de 'autoridade'²⁶ e porque seu discurso foi assimilável por uma parcela considerável da população. Para compreender o discurso de Plínio utilizaremos como fonte primária as suas obras, ou seja, o presente trabalho parte de uma revisão bibliográfica de Plínio Corrêa de Oliveira para o desenvolvimento da análise, incidindo sobre suas obras a teoria da análise do discurso, com o intuito de melhor interpretar as condições de existência, produção e emergência de seu pensamento, bem como os mecanismos de adesão às suas premissas. Para Swain,

dizer é agir, e dizer é criar mensagens em movimento; é objetivar representações, é esculpir desejos que se transferem infinitamente de um significante para outro.²⁷

A análise do discurso compreende a linguagem como mediação entre o homem e a sociedade em geral, ou seja, relaciona

²⁶ Em análise do discurso a autoridade refere-se à legitimidade atribuída ao enunciador e ao status que lhe é reconhecido. MAINGUENEAU, Dominique. Autoridade. In: **Termos-Chave da análise do discurso**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 18.

²⁷ SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: **História no Plural**. Brasília: Editora UnB, 1994. p. 60.

a linguagem com a sua exterioridade. Esta teoria também valoriza o imaginário coletivo que estabelece sentidos, papéis sociais, condutas, e suscita a adesão a certo sistema de valores, de forma que constitui sentidos e sujeitos em processos de transferências, jogos simbólicos sobre os quais não temos controle imediato²⁸. Conforme Swain, o imaginário religioso - utilizado por Plínio em seu discurso -, “*fundamenta, instiga, corrobora ordens instituídas, sob o signo do ‘natural’ e do ‘verdadeiro’*”²⁹, desta maneira imputa as questões abordadas o signo do divino, do inquestionável, do correto e do bem.

Assim como Costa acreditamos que todo discurso possui historicidade, e que, portanto, devemos tomar também as fontes como construções discursivas. Ao buscarmos compreender o discurso produzido por Plínio nos deparamos com um emaranhado de referências que, após passarem por seu “filtro” de leitura, deram corpo a um sistema de idéias lógico que vai ao encontro de anseios diversos, já que versa sobre praticamente todos os assuntos materiais e espirituais que permearam sua vivência. Segundo a mesma autora, a aceitação de um discurso se realiza pela identificação do receptor com o mesmo, ou pela necessidade de identificação com o interlocutor imaginado pelo sujeito / emissor do discurso³⁰, ou seja, um discurso só exerce poder pela adesão espontânea do ouvinte, e a capacidade de um discurso exercer poder está agregada à sua capacidade de responder desejos e de se inserir no conjunto de significados de uma sociedade³¹. Plínio dá respostas a todos os que buscaram melhor

²⁸ ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001. p 60.

²⁹ SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: *História no Plural*. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 60.

³⁰ COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora da UNB, 1994. p. 197.

³¹ PINTO, Céli Regina Jardim. A noção de discurso. In: *Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney. O discurso do plano cruzado*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 36.

compreender o processo histórico, a partir de uma visão cristã de criação divina. Com base na análise do discurso, pretendemos perceber quais os argumentos utilizados por Plínio para desqualificar, invalidar e denegrir qualquer medida modernizadora ou transformadora das estruturas sociais de maneira a privilegiar a manutenção do *status quo*. Trata-se do terceiro capítulo, que abordará o discurso anti agrorreformista de Plínio, enfatizando suas contradições com a doutrina social cristã e a utilização do próprio discurso religioso para defender suas teses. Esta análise pretende revelar a força persuasiva da argumentação utilizada por Plínio durante sua militância anti agrorreformista.

A importância da TFP a nível mundial revela que o discurso de Plínio soube atender a muitos anseios, de forma que foi amplamente aceito e difundido, revelando, assim, que foi um discurso que alcançou certo poder no conjunto discursivo que forma a sociedade. A permanência de um discurso na sociedade é resultado, segundo Pinto, da sua capacidade de transformar as condições de emergência em condições de existência, este recurso é que permite que um discurso se institucionalize no social, ou seja,

A permanência de um discurso – isto é, sua condição de poder – está altamente relacionada com sua capacidade de por um lado transformar as condições de emergência em condições de existência e por outro construir no seu interior suas próprias condições de existência³².

O discurso de Plínio demonstrou tal capacidade de poder, sendo que ainda hoje é cultuado por milhares de pessoas em todo o mundo. Além de ter sido um homem de idéias, - um intelectual polêmico que gerou inúmeros inimigos como também milhares

³² Idem, p. 39.

de seguidores e admiradores -, Plínio também nos mostrou que foi um homem de ação; que transformou suas crenças em ideais a serem defendidos integralmente. Amado ou odiado, o correto é que sua influência não deve ser desconsiderada, pois ainda se traduz em ação social, impulsionada pelas inúmeras TFP's existentes nos cinco continentes.

Almejamos, com a realização da pesquisa, auxiliar na compreensão das intensas e freqüentes tramas tecidas entre o religioso e o político para a manutenção da ordem social e política, o que se pode constatar a partir da freqüência com que os significados religiosos são invocados pelo poder estabelecido.

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA:

O INTELLECTUAL E O MITO

“Querendo ou não, todos estamos a escrever as nossas biografias. E no dia do Juízo, o volume será aberto e lido”.

Plínio Corrêa de Oliveira

Recentemente houve uma retomada do estudo de indivíduos pela história, e também pelo jornalismo. Segundo Schmidt, o redespertar do interesse pelo gênero seria decorrente da crise do estruturalismo, com o conseqüente recuo da história quantitativa e serial, e com o avanço dos estudos de caso e da micro-história. Também resultaria de uma aproximação da história com a antropologia e com a literatura. Os principais avanços do gênero biográfico apontados pelo autor seriam uma preocupação com a relação indivíduo / sociedade, o interesse despertado também pelas “pessoas miúdas”, o resgate de várias facetas dos biografados (vida pública, grandes feitos, desilusões, sentimentos, inconsciente, cultura, dimensão privada e cotidiano), a contestação da noção de indivíduo como ser unitário, e o necessário respeito pela memória do biografado (questão ética). A massificação e a perda de referenciais ideológicos e morais vivenciados contemporaneamente teriam despertado, como contrapartida, um interesse crescente por trajetórias individuais. O grande público estaria buscando nos estudos biográficos uma forma de inspiração para atos e condutas do presente³³.

³³ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas:

Diversa da história tradicional, a nova abordagem biográfica não isola o personagem como “*se ele fosse de nenhuma época e de nenhum lugar. Ela é mais um meio de penetrar na mentalidade de um grupo*”,³⁴ ou seja, preza pela sua individualidade ao mesmo tempo em que desperta para o estudo de seu meio, na busca de um entendimento de sua cultura, bem como das aspirações coletivas que movem dada sociedade em determinada época histórica. Acreditamos, assim como Lemos, que este retorno às biografias é muito válido, na medida em que alguns acontecimentos precisam ser situados no individual para ganhar significado, embora este autor também alerte que não se deve desvincular qualquer estudo do social³⁵.

Um estudo que valoriza individual / coletivo foi realizado por Ginzburg, em *O queijo e os Vermes*. A história de Domenico Scandella (Menocchio), segundo o autor, serviu como um microcosmo de um estrato social inteiro em determinado período histórico³⁶, ou seja, mesmo com as especificidades do moleiro Menocchio, sua vida foi marcada pela cultura oral comum de sua sociedade. Portanto, estudar um indivíduo tornou-se um meio para entender, e refletir, sobre sua práxis bem como para compreender parte do contexto em que vive. Este tipo de análise serve-nos de referencial para a compreensão do grupo que segue Plínio, bem como nos dá pistas para o entendimento da complexa estrutura de plausibilidade³⁷ que permitiu a aceitação de seu

Aproximações e Afastamentos. *Revista de Estudos Históricos*. Ed. FGV, vol. 10, nº 19, p. 03-21, 1997.

³⁴ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da História Política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994. p. 101.

³⁵ LEMOS, Renato Luís de Couto Neto e. Benjamin Constant: Biografia e explicação histórica. *Revista de Estudos Históricos*. Ed. FGV, vol. 10, nº 19, 1997. p. 68.

³⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 8ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 27.

³⁷ BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 58.

discurso, em especial durante o regime militar, no qual a TFP se consolidou e expandiu, beneficiada pelo embate entre os militares e os eclesiásticos.

Esta nova abordagem também valoriza o imaginário social que auxilia no reconhecimento dos referenciais da sociedade da qual o biografado é pertencente. São os sentimentos que permeiam o consciente / inconsciente de uma sociedade que passam a ser valorizados na compreensão de seu meio. Resgatam-se os símbolos vivenciados no cotidiano, e com isto, são evidenciadas as relações existentes entre a memória e a história, especificamente, o uso que o presente faz do passado, como forma de legitimação, contestação, criação ou recriação de novas representações sociais, alteração do imaginário, criação ou revalorização de esteriótipos, etc.

Assim como o imaginário é valorizado no campo prático, também o é no campo das pesquisas. Plínio Corrêa utilizou o imaginário católico para fazer com que seu discurso fosse melhor assimilado, já que a cultura brasileira é marcada por elementos desta religião. A utilização de elementos religiosos nos campos político, cultural e social tem garantido a muitos de seus emissores uma legitimidade que não receberiam falando somente “em seu nome”. Costa, ao analisar o jornal *Santuário da Trindade* (Goiás), esclarece o expediente utilizado pelos editores para garantir legitimidade ao seu discurso,

para que uma autoridade se estabeleça sem contestação, utiliza-se o recurso do “apagamento” do emissor, despossuindo-o do papel de sujeito falante e remetendo-o a instituição que ele representa [ou pretende representar, como é o caso da TFP]. Não é a sua verdade que está sendo dita, mas a verdade da Igreja.³⁸

³⁸ COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 196.

Orlandi chama este apagamento do emissor de “mecanismo de incorporação de vozes”, ou seja, quando uma voz “se fala” na outra da qual é (ou se diz) representante³⁹. Consideramos que, para o estudo de Plínio Corrêa de Oliveira, e da TFP, tal recurso foi de grande valia, assim como para o jornal goiano. Foi o que aconteceu, por exemplo, no livro *Meio século de epopéia anticomunista*, da TFP. Justificando as análises e denúncias da infiltração comunista / esquerdista na Igreja Católica brasileira, expostas na obra, os autores ressaltaram que

só um grupo de intelectuais e homens de ação notoriamente tidos como católicos fervorosos poderiam empreender tal obra sem incorrer na suspeita de que desejam demolir a Igreja. Só a especialização muito acurada desses intelectuais, em doutrina social católica, lhes permite fazer dos erros do criptocomunismo católico uma refutação que toque a fundo os ambientes especificamente católicos.⁴⁰

Assim, o grupo de autores desta obra (membros da TFP) utilizou-se da mistificação⁴¹ e do apagamento do emissor para postarem-se como representantes da doutrina oficial da Igreja.

Por fim, lembramos que o estudo biográfico se torna difícil na medida em que, para o estudo de Plínio, utilizamos sua autobiografia como referencial para a construção dos eventos que marcaram sua formação e sua ação. Heymann enfatiza que a autobiografia é

³⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso religioso. In: **A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996. p. 244.

⁴⁰ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Meio século de epopéia anticomunista**. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 22.

⁴¹ Orlandi considera como mistificação o recurso da subsunção de uma voz pela outra (estar no lugar de) sem que se mostre o mecanismo pelo qual esta voz se representa na outra. ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso religioso. In: **A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996. p. 244.

fruto da própria atividade narrativa, ou seja, de um discurso explícita e deliberadamente formulado com o objetivo de, num momento posterior e afastado da dinâmica dos acontecimentos, refazer os caminhos percorridos por uma pessoa até o momento do relato, situação que é a própria justificativa para a motivação de registrá-lo. Com isso, as experiências de vida seriam submetidas a uma lógica discursiva que enfatiza a sucessão e a vinculação entre os acontecimentos, produzindo uma unidade coerente onde só existiriam fragmentos.⁴²

Ou seja, quando tomamos uma autobiografia como fonte devemos ter cautela, pois, esta construção é seletiva e geralmente encaminha-se para uma ordem de fatos que busca causar uma impressão de harmonia entre as idéias e os acontecimentos vivenciados pelo personagem. Heymann, comentando Bourdieu, afirma que este autor

alerta que o indivíduo, ao contar sua vida e expor suas memórias, atuaria como ideólogo de sua própria história, selecionando certos acontecimentos significativos em função de uma intenção global e estabelecendo entre eles conexões adequadas a dar-lhes coerência, gerando sentidos a partir de uma retórica ordenadora da descontinuidade do real; trata-se de um esforço de representação, ou melhor, de produção de si mesmo.⁴³

Neste primeiro capítulo analisaremos fragmentos da biografia de Plínio Corrêa de Oliveira para que possamos melhor entender as nuances de sua formação e atuação, possibilitando, desta forma, uma maior compreensão dos motivos e ideais que permearam sua atuação social e intelectual. Acreditamos, como

⁴² HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 1997, p. 44-45.

⁴³ Idem, p. 44.

já mencionamos anteriormente, que a vida de um indivíduo não está desconectada do social do qual é pertencente, portanto, nos deteremos também no contexto nacional / internacional vivenciado por Plínio, quando pertinente ao estudo do biografado. Assim, pretendemos também manter esta tentativa de uma narrativa em constante conexão com o mundo ao redor, ou seja, buscaremos estudar o indivíduo e a sociedade / o personagem e o seu mundo, de forma a valorizar as influências culturais recebidas e absorvidas e/ou rechaçadas por Plínio durante sua formação e vivência pessoal.

A utilização de uma abordagem biográfica, neste trabalho, relaciona-se com a necessidade de compreender o imaginário vivenciado por Plínio, que resultou nas concepções que orientaram sua atuação. Outro fator que nos levou a aprofundar os acontecimentos vivenciados pelo autor refere-se ao fato de que, após a fundação da TFP (1960), sua vida e a da entidade confundem-se de maneira que os ideais e a práxis de Plínio transformaram-se também em ideais e práxis da associação. Plínio traduziu suas angústias, desejos e alegrias para a TFP, de forma que há uma incrível sintonia entre suas ações e as da entidade. Assim sendo, o estudo de Plínio vem responder questões sobre a origem de suas concepções, bem como evidenciar a analogia entre as ações do autor e da TFP⁴⁴.

1.1. “QUANDO AINDA MUITO JOVEM...”⁴⁵

“Quando ainda muito jovem considerei enlevado às ruínas da Cristandade. A elas entreguei o meu coração voltei as costas ao meu futuro, e fiz daquele passado carregado de bênçãos o meu porvir”.

Plínio Corrêa de Oliveira

⁴⁴ Sobre a atuação da TFP, vide Capítulo III do presente trabalho.

⁴⁵ Subtítulo extraído do excerto de Plínio Corrêa de Oliveira citado abaixo.

Plínio Corrêa de Oliveira nasceu em uma época conturbada da política nacional. Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os políticos condizentes com o novo sistema passaram por constantes discussões acerca da melhor forma de governo para o país. Inúmeros foram os descontentes com esta proclamação, e inúmeros foram os que acreditaram que esta seria uma forma de resolver os problemas do país: dívidas públicas, indenização pela emancipação dos escravos, desemprego causado pela abolição, crescimento desordenado das cidades, necessidade de incrementar o mercado nacional (mão-de-obra abundante que deveria ser aproveitada), etc. Ainda nas décadas de 1920 e 1930 intelectuais, políticos e homens de negócio debatiam sobre as vantagens e desvantagens adquiridas com a República, sendo que vários movimentos monarquistas formaram-se visando um retorno à ordem anterior.

Neste contexto nasceu Plínio, no dia 13 de dezembro de 1908, na cidade de São Paulo. Seus pais eram, segundo Mattei, membros da aristocracia rural do país, sendo que por parte de pai, o advogado João Paulo Corrêa de Oliveira, Plínio descendia dos senhores de engenho de Pernambuco. Já a família de sua mãe, dona Lucília Ribeiro dos Santos, descendia de bandeirantes e da aristocracia do café, e figurava entre as famílias mais conservadoras da capital paulista⁴⁶. Mattei revela que Plínio veio ao mundo através de um parto difícil, onde a previsão médica era de que o bebê ou a mãe morreria durante o parto, mas, devido ao heroísmo de Dona Lucília, ambos sobreviveram⁴⁷. As biografias e a autobiografia de Plínio apresentam eventos que possuem paralelos com narrativas dos considerados “grandes homens”, santos, e até mesmo com a vida de Jesus Cristo. Isto evidencia

⁴⁶ MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 35/36.

⁴⁷ Idem, p. 38.

que este discurso foi construído para demonstrar que Plínio foi um predestinado; um líder na luta em defesa tradição e da Igreja Católica Apostólica Romana; um homem que dedicou imensa admiração e devoção à sua mãe, numa família cujo pai – embora muito elogiado – pouco aparece (tal qual a família de Cristo); um devoto ao catolicismo que se sacrificou física e intelectualmente pela sua Igreja (imolação); que se entregou como escravo de amor a Nossa Senhora; enfim, um líder que, contra tudo e todos que se opusessem, lutou pelos seus mais altos ideais.

A formação religiosa de Plínio ocorreu simultaneamente ao predomínio do catolicismo ultramontano no Brasil. Este modelo de catolicismo orientou o revigoramento da Igreja no início do século XIX. O movimento ultramontano surgiu como reação dos católicos ao mundo moderno e ao liberalismo, desta forma, também realçou a incompatibilidade entre a Igreja e a civilização moderna (marcada pela secularização), entre o sagrado e o profano. Sua ênfase recaiu sobre a uniformização do uso do latim, da liturgia e do catecismo tridentino, bem como na centralização do poder religioso na Santa Sé. Os presbíteros deveriam ser padres ascetas, espirituais, apóstolos com a tendência de se isolarem do mundo, homens de oração, de vida retirada e de sacrifício. Os ultramontanos reconhecem no Papa uma autoridade espiritual total – o que culminou com a proclamação do dogma da infalibilidade papal. No âmbito político, os ultramontanos colocavam-se ao lado do que existia de mais reacionário, como forma de barrar a modernização⁴⁸.

Plínio teria despertado precocemente o interesse pela religião e pela tradição, decorrentes da instrução recebida em casa, de sua mãe Lucília, devota ao Sagrado Coração de Jesus. Plínio

⁴⁸ WERNET, Augustin. Introdução. Alcance e significado da reforma do clero paulista. In: **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987. p. 178 a 182.
ISAIA, Artur César. Introdução. In: **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 21.

dedicou um imenso carinho e gratidão à sua mãe, já seu pai foi pouco mencionado em suas biografias. Este afeto à dona Lucília transformou-se em devoção, sendo que os membros da TFP também passaram a prestar-lhe culto (como também a Plínio). Conforme depoimento de José Antônio Pedriali, egresso da TFP,

a devoção a dona Lucília, então restrita a um pequeno grupo de militantes, foi aos poucos dominando círculos mais vastos da TFP. Compuseram-se ladainhas em eu louvor, introduziu-se a peregrinação a seu túmulo, no Cemitério da Consolação, e alguns – mais entusiasmados – substituíram o nome da Virgem e de Jesus por Lucília e Plínio, na Ave-Maria⁴⁹.

Este culto a Dona Lucília e a Plínio, foi “legitimado” pela obra de Mattei, que afirma que o culto é um ato de estima e representa um sentimento de reconhecimento da excelência de outra pessoa, mesmo que esta não tenha sido santificada pela Igreja⁵⁰.

Plínio foi educado com hábitos da cultura aristocrática, conforme a educação recebida também por sua mãe⁵¹. A utilização de uma educação baseada nos moldes europeus derivou, neste período, do intenso intercâmbio cultural entre São Paulo e Europa, de maneira que a aristocracia paulistana vivenciava os ecos da *Belle Èpoque*. Paris era considerada a capital da língua, cultura e moda, sendo referência para os demais países. A família de Plínio prezou por estes costumes refinados, de maneira que este hábito permeou a vivência do autor, traduzindo-se mais tarde, em *modus vivendi* ideal, quando não corrompido pelos “decadentes” costumes modernos.

⁴⁹ (Nota de rodapé). PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editora, 1985. p. 133.

⁵⁰ MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 253.

⁵¹ Idem, p. 37.

O menino Plínio Corrêa de Oliveira iniciou os estudos sob a direção da governanta bávara Mathilde Heldmann e com 11 anos de idade passou a freqüentar o Colégio São Luís da capital paulista (entre 1918 e 1925), dirigido pela Companhia de Jesus, onde teria adquirido o amor pela vida metódica e uma concepção militante de vida espiritual, que orientou sua ação na sociedade⁵². Na escola teria aprendido que a batalha pró ou contra Deus e a Igreja seria a razão de todos os acontecimentos que sucedem na terra.

Na fidelidade a essa Igreja, o mundo tem os meios de ancorar seus melhores ideais numa rocha firme e rejeitar toda forma de erro e de mal; pelo contrário, se ele rejeita Deus e a Igreja, os costumes sociais, as instituições, os povos e todas as civilizações marcham de modo insopitável para a destruição⁵³.

De Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, teria assimilado que a vida é um campo de batalhas entre o bem e o mal e, entre estas duas opções de vida, estaria o livre arbítrio do homem, que poderia levá-lo à salvação / bem ou ao pecado / mal. Segundo a crença de Plínio,

todos possuímos, como consequência do pecado original, inclinações desordenadas que nos convidam ao pecado; o demônio procura favorecê-las e a graça divina ajuda-nos a vencê-las, transformando-as em ocasião de santificação⁵⁴.

Mattei e Taveiro enfatizam que o ambiente familiar de Plínio era oposto ao dos colegas. Estes já estavam influenciados com

⁵² Ibidem, p. 52.

⁵³ TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. **Catolicismo**. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, Ano LI, nº 610, pp. 17-27, Outubro/2001. p. 20.

⁵⁴ MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 53.

a malícia e imoralidade, bem como entusiasmados pelo “mito americano”, ou americanismo⁵⁵ daqueles dias. A ascensão político-econômica dos Estados Unidos da América, em nível mundial, e as mudanças sociais ocorridas no Pós-guerra modificaram também os costumes e hábitos das sociedades. Difundida principalmente pelo cinema, esta nova maneira de agir, “americanizada”, alcançou grande parte do mundo ocidental. Homens e mulheres sentiram grandes mudanças nas sociedades: as mulheres foram relativamente emancipadas – como resposta às suas intensas reivindicações -, e os homens viram o paradigma masculino alterar-se pela necessidade de uma maior dinamicidade e praticidade⁵⁶. Simultaneamente, o mito do dinheiro se impôs, como também a busca intensa pelo prazer. Houve uma certa democratização no trato social, mas, esta democratização atingiu principalmente os setores da moda⁵⁷ e da linguagem. Seus colegas foram muito influenciados por esta “onda do mito americano”, assim, para estes, a pureza era motivo de chacota e a vulgaridade e obscenidade eram símbolos de varonilidade e sucesso⁵⁸. Logo esta disparidade

⁵⁵ Para Plínio o americanismo é “*um estado de espírito subconsciente, com aflorações conscientes, que erige o gozo da vida em supremo valor do homem e procura ver o universo e organizar a existência de modo propriamente delicioso*”. O coração do sábio está onde há tristeza, *Revista Catolicismo*, n.º 85, janeiro de 1958. Apud: MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 51.

⁵⁶ Idem, p.50.

⁵⁷ Plínio criticava vorazmente a “globalização indumentária”, que igualava os trajes de homens e mulheres e primava pelo prático e unissex, enquanto o bom gosto e a suntuosidade eram desprezados. Em um artigo o autor descreveu seu primeiro “encontro” com o novo hábito de vestir: “*Tinha eu cerca de dez anos quando assisti ao primeiro grande lance da revolução indumentária que agora vai chegando ao seu auge. Por volta de 1918, como corolário da importância decisiva dos EUA na parte final da I Guerra, a influência norte-americana jorrou intensamente sobre a França, de onde, por sua vez, se refletiu no Brasil. As senhoras cortavam os cabelos ‘à la garçonne’; as saias, que se usavam pelo tornozelo, subiram de um salto até os joelhos; as mangas se encolheram até os ombros*”. *REVISTA CATOLICISMO*. Às vésperas do século XXI, análise retrospectiva do século em ocaso. *Revista Catolicismo*. Dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 26/abril/2001.

⁵⁸ MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 54.

de ideais teria se transformado no motivo para que Plínio definisse a postura que iria vivenciar a partir daí. Teria optado em lutar por uma concepção de vida baseada na religião,

era a concepção contra-revolucionária da religião como uma força perseguida que nos ensina as verdades eternas, que salva a nossa alma, que conduz para o Céu e que imprime na vida um estilo que é o único estilo que torna a vida digna de ser vivida. Então, a idéia de que era preciso, quando fosse homem, empreender uma luta, para derrubar esta ordem de coisas que eu repudiava revolucionária e má, para estabelecer uma ordem de coisas que era a ordem de coisas católica⁵⁹.

Portanto, segundo Mattei, Plínio já delineava as bases de sua luta pró-cristandade e pró-Igreja Católica desde sua adolescência. Ansart sublinha que uma prática social pressupõe uma estrutura de valores, um código interiorizado previamente, ou seja, a efetivação de uma atividade exige o estabelecimento e a interiorização de uma estrutura de sentido que possa conferir significado àquele ato⁶⁰. Plínio participava de uma rede de sentido que foi vivenciada, amada ou odiada, e que após ter sido sentida emocionalmente, foi racionalizada e transformada em linha de ação. Em suma, toda ação social desenrola-se numa estrutura de sentido, um imaginário através do qual um grupo aponta sua identidade, suas aspirações e as linhas gerais de sua organização.

Teria sido também na adolescência que Plínio teria optado pela vida celibatária. Sua crença era de que a virtude da pureza era árdua e difícil, e contra ela se rebelava a natureza humana decaída pelo pecado original. Mas, obtida a castidade habitual, o celibatário se sentiria estável com esta virtude, de forma que seu

⁵⁹ *Memórias*, inédito. Apud: MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 54.

⁶⁰ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 21/22 e 13.

sacrifício seria recompensado. “Essa estabilidade lhe dá no interior da alma um equilíbrio e bem estar que constituem um prêmio, já nessa vida, pela batalha moral em que foi vencedor”⁶¹.

Aos 17 anos, quando completou os estudos básicos no Colégio São Luís, inscreveu-se na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, curso que completou quatro anos depois⁶². Foi no meio universitário que principiou sua militância católica. Em 1928 iniciou sua participação na Congregação Mariana⁶³ da Legião de São Pedro, anexa a Paróquia da Santa Cecília / SP, que editava o jornal *O Legionário* (onde Plínio atuou como diretor a partir de 1933). No ano seguinte, juntamente com outros congregados marianos, fundou a Ação Universitária Católica (AUC) na Faculdade de Direito.

No campo político, Plínio participou do Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, futura Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), fundado em 1928, que adotou uma proposta monarquista corporativa de salvação nacional como alternativa autoritária para substituir o Estado oligárquico exist-

⁶¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A luta pela pureza. **Catolicismo**. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, nº 616, pp 02, abril/2002. p. 02.

⁶² Segundo informações da associação Cristianità, Plínio Corrêa de Oliveira teria exercido a advocacia durante o período de 1930 a 1964. CRISTIANITÀ. Dichiarazioni e documenti – Plínio Corrêa de Oliveira: Fátima, “perestrojka” e TFP. **Cristianità**. Nº 181-181, 1990. Disponível em < <http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/ setembro/2001

⁶³ A Congregação Mariana (CM) foi fundada em Roma, em 1563, pelo Pe. Jean Leunis, S.J., professor do Colégio Romano, que criou uma Associação entre seus membros com a proposta de cultivar uma vida exemplar e fervorosa, um trabalho apostólico com ensino do Catecismo e visitas a Hospitais e Prisões com uma especial devoção à Virgem Maria. O grupo se caracterizou por uma rigorosa seleção de membros e pelo cuidado na sua formação. Em 1584 o Papa Gregório XIII, pela bula *Omnipotentis Dei*, procedeu a ereção Canônica da CM concedendo-lhe o título de *Prima Primária*, sob a direção do Superior Geral da Companhia de Jesus. Em 1967, logo após o Concílio Vaticano II, a Federação Mundial propôs a mudança de nome para Comunidades de Vida Cristã deixando total liberdade às Confederações Nacionais de aprová-la. Apenas o Brasil resolveu permanecer com o nome tradicional de Congregações Marianas. FEDERAÇÃO ARQUIDIOCESANA DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <<http://doctorbbs.com-facma.html>> Acesso em 02/dezembro/2002.

tente. Para tanto, endossou as teses correntes na época de artificialidade do regime, fragilidade e vícios da representação política partidária, ausência de opinião e de domínio das hierarquias nacionais. Para os membros desta entidade, trono e altar deveriam ser novamente os alicerces da nação. Os patrianovistas acreditavam em uma recatolização pelo alto e na reconquista do papel da Igreja como organizadora da sociedade e legitimadora do Estado⁶⁴. Em 1932 Plínio atuou junto à Sociedade de Estudos Políticos (SEP), entidade que precedeu a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta associação visava estudar os problemas nacionais e traçar rumos para uma política salvadora. Para tanto, organizou-se em várias comissões de estudos, entre elas, Plínio participou da comissão de estudos de religião. No interior da SEP duas tendências se esboçaram: uma era aglutinada em torno de Plínio Salgado, e que progrediu para a AIB, que considerava os debates na SEP como atividade instrumental a serviço da ação; e outra representada pelos membros do movimento patrianovista, que eram partidários de um regime fundado sobre a realeza e o catolicismo – este grupo se afastou da organização⁶⁵.

A década de 20 foi marcada por movimentos católicos de reação ao positivismo, entre eles foram destaques a revista *A Ordem*, fundada em 1921, e o Centro Dom Vital⁶⁶, criado no ano seguinte. Estes órgãos foram importantes aglutinadores e formadores de católicos militantes que se dispuseram a participar ativamente do apostolado de leigos, como colaboradores fiéis

⁶⁴ MALATIAN, Teresa Maria. **Os Cruzados do Império**. São Paulo, 1988. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo.

⁶⁵ TRINDADE, Hélió. Sociedade de Estudos Políticos (SEP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3241.

⁶⁶ Conforme Malatian, “a estratégia adotada [pelo Centro Dom Vidal] visava constituir lideranças capazes de pressionar o Estado de modo a tornar mais ampla a influência da Igreja na sociedade”. MALATIAN, Teresa Maria. **Os Cruzados do Império**. São Paulo, 1988. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. P. 43.

dos eclesiásticos, em especial de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Estas atividades inserem-se no contexto amplo de atuação da Igreja neste período, que foi marcado pela tentativa de recristianização da sociedade. As estratégias mais utilizadas para tentar obter resultados favoráveis frente à sociedade brasileira foram uma tentativa de aproximação com o poder político, a busca pela conquista doutrinária do povo e o recrutamento de intelectuais para difundir o catolicismo em todos os meios. Esta recatolização foi vista como tarefa das elites esclarecidas que, utilizando-se da criação de jornais, revistas e associações católicas, deveriam ser porta-vozes da tradição cristã. O movimento católico foi também impulsionado, nesta época, como resposta à solicitação do Papa Pio XI (1922-1939) que sugeriu, através da Encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 23 de dezembro de 1922, a instalação de um movimento mundial denominado Ação Católica com o objetivo de cristianizar as nações. Este movimento deveria ser uma “extensão do braço da hierarquia eclesiástica”. No Brasil, a Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1935 por Dom Sebastião Leme como resposta à solicitação do Santo Padre. O objetivo expresso em seus estatutos era o de organizar a participação do laicato no apostolado da Igreja e coordenar todas as associações já existentes submetendo-as a uma única orientação⁶⁷.

1.2. A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1933 E A ATUAÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC)

Os anos 30 foram marcados e iniciados pela ruptura histórica do regime oligárquico e a conseqüente implantação do gover-

⁶⁷ KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Ação Católica Brasileira. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983*. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. p. 10 a 12.

no de Getúlio Vargas. Esta mudança tornou o momento propício para que os católicos retornassem ao cenário político com uma aliança entre Igreja e Estado, beneficiada pela relação pessoal entre Getúlio Vargas e Dom Sebastião Leme. Esta aliança foi uma tentativa de influenciar a sociedade brasileira que, apesar de expressar sua adesão ao catolicismo, não realizava no dia-a-dia os preceitos cristãos e não praticava os sacramentos. A união com o governo Vargas também foi efetivada devido à afinidade de posições políticas defendidas por ambas instituições. Governo e Igreja enfatizavam a importância da ordem, do nacionalismo, do patriotismo e do anticomunismo. Existia também a crença, entre alguns eclesiásticos, de que o governo, ao criar a legislação trabalhista, realizava a doutrina social da Igreja e que, com isto, o Estado Novo conseguiria superar os males do liberalismo e comunismo⁶⁸.

Malatian enfatiza que nesta época (anos 30), a Igreja desenvolveu estratégias que dificultaram a ascensão política das classes dominadas, devido à negação do socialismo e ao comunismo. A consequência de tal atitude foi o fortalecimento do Estado e das classes dominantes. O projeto da Igreja era o de controlar a luta de classes (desordem) através da sindicalização cristã, mas esta tentativa foi parcialmente inviabilizada pela Lei de Sindicalização de 1931⁶⁹, que atrelava os sindicatos ao Estado e vedava vínculos confessionais. A partir de 1932, a Igreja iniciou

⁶⁸ MAINWARING, Scott. A Igreja de 1916 a 1964. In: **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 47.

⁶⁹ A lei de sindicalização foi aprovada pelo Decreto 19.770 em 19 de março de 1931, incorporando o sindicato “*ao Estado e às leis*”. A partir daí o Estado passou a regular a fundação e funcionamento dos sindicatos. O Decreto também proibiu a propaganda social, política ou religiosa; impôs o reconhecimento e controle ministeriais; vedou a sindicalização de estrangeiros no Brasil a menos de 20 anos ou trabalhadores associados a organizações internacionais; e instituiu a unicidade sindical, ou seja, um só sindicato para cada base. VIDEOLAR, **Atlas Histórico Istoé Brasil 500 Anos**: Multimídia da História do Brasil, 2000. 1 CD ROM.

a criação de Círculos Operários⁷⁰ com os objetivos de barrar a influência socialista ou comunista nos sindicatos, de defender o direito natural de propriedade e da intervenção estatal na questão social através de um trabalho assistencialista e de doutrinação. Esta ação teria favorecido a domesticação do movimento operário e a tão desejada manutenção da ordem social⁷¹.

As eleições para a Assembléia Constituinte de 1933, que aconteceram pelas fortes pressões sofridas pelo governo Vargas, evidenciaram a organização dos católicos no intuito de atuar no campo político e de fazer prevalecer ideais cristãos na nova Constituição. Para tanto, foi criada, em 1932, a Liga Eleitoral Católica (LEC), entidade extrapartidária que aglutinou candidatos de todo o país que concordassem em lutar pela pauta mínima de reivindicações dos católicos, caso fossem eleitos. O objetivo principal era mobilizar o eleitorado católico para que apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja. Plínio foi um dos candidatos pela LEC/SP, participando da chapa *Frente Única por São Paulo Unido*⁷². Foi eleito com 24.017 votos (9,5% do total), sendo o candidato mais votado do país.

Algumas das propostas da LEC aprovadas na Constituição de 1934 foram: a indissolubilidade do vínculo conjugal e o reconhecimento de efeitos civis do casamento religioso, o ensino religioso nas escolas públicas nos níveis primário e secundário, a assistência religiosa às Forças Armadas e prisões, a invocação de Deus no preâmbulo, a assistência estatal as famílias numerosas, a decretação da legislação do trabalho inspirada nos preceitos da

⁷⁰ O Círculo Operário pioneiro foi fundado em 1932 na cidade de Pelotas/RS. MALATIAN, Teresa Maria. *Os Cruzados do Império*. São Paulo, 1988. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. P. 46.

⁷¹ Idem, P. 46-47.

⁷² Esta chapa agregou o Partido Republicano Paulista (PRP), O Partido Democrático (PD), a Federação dos Voluntários, a LEC e a Associação Comercial. KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Liga Eleitoral Católica (LEC). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. p. 1819.

justiça social e da ordem cristã, a defesa dos direitos e deveres da propriedade individual, o serviço militar de eclesiásticos prestado sob forma de assistência espiritual ou hospitalar, a pluralidade e liberdade dos sindicatos operários e a lei contra a propaganda subversiva⁷³.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, a proposta corporativa laica que previa a manutenção da ordem e a obstrução da luta de classes se sobrepôs as demais. O Estado passou a ser a força controladora da sociedade e a Igreja, ainda pleiteando uma maior influência perante o Estado, auxiliou na obtenção de consenso para o novo modo de governo de Vargas. Malatian descreve o papel da Igreja neste processo:

À Igreja caberia a função de agência especializada em controle ideológico, de um sistema corporativo teocraticamente dirigido, levando os dominados a aceitação pacífica do princípio de desigualdade.⁷⁴

Esta aceitação da desigualdade foi ainda beneficiada pela utilização da doutrina do Corpo Místico de Cristo pela Igreja e pelo Estado, ou seja, a comparação entre o social e o corpo humano. Lenharo, em seu estudo sobre a utilização de elementos religiosos no campo político, evidenciou a utilização de tal recurso pelo Estado Novo. Segundo este autor, nessa representação a sociedade se assemelha a um corpo humano, onde órgãos desiguais trabalham juntos para que o todo se mantenha. Como um corpo, existem órgãos vitais e órgãos periféricos, mas, embora suas funções sejam diferentes, a necessidade e a importância de cada um, e da união / harmonia entre todos é essencial para garantir a ordem e a sobrevivência. A política utilizou-se desta imagem para

⁷³ MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 72/73.

⁷⁴ MALATIAN, Teresa Maria. *Os Cruzados do Império*. São Paulo, 1988. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. p. 49.

legitimar a fonte do poder (cabeça), e para preservar a harmonia e a unidade social. Conforme Lenharo,

essa doutrina formaliza a formação da imagem mais acabada de um corpo-totalidade a funcionar como um todo perfeito e harmonioso; ele guarda duas vantagens comparativas em relação às imagens organicistas que conhecemos: este corpo, além de universal, supranacional, é místico, religioso, e, enquanto tal, não se expõe como passível de objeções críticas à sua construção assim como dificulta a aproximação dessas objeções aos possíveis desdobramentos imagéticos, inclusive os políticos que a doutrina enseja.⁷⁵

Desta forma, a Igreja auxiliou o Governo Vargas na formação de uma mentalidade que aceitasse as desigualdades e percebesse nelas uma naturalidade inexistente, já que qualquer sociedade é que “fabrica” o que lhe é natural e o que pode ser mudado. É preciso ocultar dos homens o caráter construído da ordem social, enfatiza Benedetti, para que a ordem possa ser reproduzida e para que ela seja mantida⁷⁶. Berger acrescenta que todos os mundos socialmente produzidos são precários, portanto, necessitam estratégias para sua manutenção. Entre estes processos o autor cita a socialização (que procura garantir um consenso dos traços mais importantes), o controle social (que procura conter as resistências individuais ou de grupos dentro de limites toleráveis) e a legitimação (objetivação do saber construído para explicar e justificar a ordem social)⁷⁷. Ainda, segundo Berger, a religião foi o instrumento mais amplo e mais efetivo de legitimação:

⁷⁵ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 159/160.

⁷⁶ BENEDETTI, Luiz Roberto. Prefácio. In: BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 07.

⁷⁷ BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 42

A religião legítima de modo tão eficaz porque relaciona com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas. As tênues realidades do mundo social se fundam no sagrado realíssimo, que por definição está além das contingências dos sentidos humanos e da atividade humana.⁷⁸

1.3. O LEGIONÁRIO (1933-1947)

“Qual o ideal inicial do Legionário? (...). Não o tínhamos dúvida sobre esse ideal. Era o Catolicismo, plenitude de todos os ideais verdadeiros e nobres.”

Plínio Corrêa de Oliveira

Ainda em 1933 Plínio assumiu a direção do jornal *O Legionário*⁷⁹, quando o mesmo passou a ser o órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo (antes era representante da Congregação Mariana da Paróquia de Santa Cecília). Foi como diretor deste órgão que Plínio acirrou sua luta contra as consideradas “doutrinas subversivas” e o combate a considerada má imprensa. Lima descreve as linhas de atuação deste veículo da imprensa católica:

1. “Luta para obtenção de favores do Estado;
2. Articulação e formação de intelectuais católicos capazes de conquistarem espaços nos meios de produção e divulgação ideológica;
3. Ação política em prol dos interesses da Igreja, mas sem envolvimento partidário;

⁷⁸ Idem, p. 45.

⁷⁹ O *Legionário* foi criado em 29 de maio de 1927 pelo Monsenhor Marcondes Pedroza. Seu público alvo era o movimento católico, objetivava orientar o mesmo operativamente e doutrinariamente. MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 74.

4. Vigilância sobre a produção cultural para identificar qualquer infiltração comunista;
5. Preocupação com educação e bons costumes⁸⁰.

O Legionário colocou-se claramente dentro da estratégia de reconquista da posição de religião oficial pelo catolicismo, liderada por Dom Leme, pressionando o Estado com o peso da maioria católica do povo brasileiro, e, oferecendo em troca a aliança com a Igreja e a legitimidade do poder. A Igreja Católica foi apresentada como um agente da unidade política e ideológica do povo brasileiro, capaz de atenuar as divergências existentes e atribuindo a tão desejada estabilidade ao Estado. Embora uma das estratégias fosse a utilização da premissa de que o “povo brasileiro é em maioria católico”, Plínio percebeu que esta maioria não representava uma força política real. A partir desta conclusão, partiu para a tentativa de conscientização e mobilização dos cristãos. Segundo Lima, Plínio supunha que era a própria inatividade dos católicos que prejudicava a instituição, segundo suas palavras:

se a Constituição garantia, em tese, o ensino religioso, o casamento religioso, as capelanias militares e a colaboração entre Igreja e Estado, não se poderia culpar a lei e sim a “indolência e inércia” dos próprios católicos.⁸¹

A partir desta constatação, *O Legionário* partiu para um intenso “combate”. Entre as atividades do órgão, que visavam a recatolização dos cristãos, estavam o policiamento de filmes, livros, jornais e da própria educação escolar (as escolas leigas eram acusadas de favorecer a penetração do mal e da decadência

⁸⁰ LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 41.

⁸¹ Idem, p. 52.

moral entre os estudantes). O combate à considerada “má imprensa” também moveu muitos esforços, especialmente porque Plínio acreditava que só poderiam existir dois lados nesta luta: ou se está do lado do bem (imprensa cristã) ou do mal (imprensa neutra e inimiga). A considerada imprensa neutra foi atacada e combatida nas páginas d’*O Legionário* pelo motivo de que esta, negando a verdade, está traíndo a missão jornalística que é dizer o que é correto ao público leitor. A orientação da própria Igreja era de que os católicos reconquistassem os meios intelectuais e, entre eles, a imprensa. O objetivo da imprensa católica era de atingir os cultos e os semicultos, de forma a influenciá-los a difundir o modelo de sociedade preconizado pela Igreja. Esta década de intensa batalha contra o comunismo foi marcada por denúncias, justas ou não, contra veículos de imprensa considerados subversivos, ou seja, o combate ao comunismo justificava a “necessidade de intervenção” na má imprensa, a grande difusora de erros e um poderoso mecanismo de conquista da população pelos inimigos da Igreja. Plínio participou ativamente destas denúncias contra os meios de comunicação “esquerdistas”; sob sua direção *O Legionário* visou a “recuperação da sociedade”, com a eliminação da influência liberal, uma recatolização efetiva, a repressão aos inimigos do regime (desordem) e da Igreja e a conquista de facilidades / privilégios para a instituição religiosa. *O Legionário* foi visto, pelos seus editores, como o estandarte da reação ao mal, um símbolo de pureza católica⁸².

Outro grande tema d’*O Legionário* foi a crítica e o combate às correntes políticas que prejudicariam a religião católica, ou o seu monopólio. As análises dirigiam-se especialmente ao liberalismo, comunismo e integralismo. O regime considerado adequado, nesta época, era o Estado Novo. Este modelo político aparecia, para o grupo liderado por Plínio, como solução para o país e,

⁸² Ibidem, p. 64.

quando da sua implantação, gerou perspectivas favoráveis entre alguns setores católicos, que acreditavam na provável implantação de uma sociedade genuinamente católica no país através do governo liderado por Getúlio Vargas. Plínio Corrêa de Oliveira estabeleceu alguns requisitos para que um estado fosse considerado católico:

1. reconhecer que a Igreja é a portadora da verdade, dando-lhe plena liberdade de ação no desempenho de sua missão essencial, a salvação das almas.
2. coadjuvá-la nessa tarefa, favorecendo a ação católica e dispondo a sociedade a receber a influência da Igreja por uma organização adequada em que, por exemplo, não haja perigo de se desenvolver o germe de doutrinas ímpias e subversivas.
3. organizar toda a sociedade, quer as relações do Estado com o indivíduo, as famílias e os demais grupos sociais, quer as relações dos indivíduos, da família, dos grupos entre si, segundo os princípios da justiça e da caridade, de acordo com as leis de Deus e da Igreja⁸³.

As doutrinas em voga no contexto político dos anos 30/40 não continham elementos que pudessem atender aos desejos do autor, portanto, seu ataque a elas foi contumaz. O liberalismo era considerado uma força desagregadora da sociedade, como consequência foi refutado, especialmente pela concessão de liberdade ao que Plínio considerava o bem e o mal, favorecendo, desta forma, o desenvolvimento do comunismo. Segundo seu pensamento, a burguesia liberal seria a principal culpada pela destruição da civilização, e pelo seu próprio aniquilamento, por ser responsável pelo avanço da ameaça comunista, por favorecer a irreligiosi-

⁸³ *O Legionário*, “A posição do ‘Legionário’ em face da política brasileira”, 10 de outubro de 1937. Apud: LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 82.

dade e por destruir a hierarquia, comprometendo assim o poder das autoridades⁸⁴.

O nazismo foi criticado em praticamente todas as edições d'O *Legionário* (durante as décadas de 30 e 40). Suas críticas dirigiam-se à centralização de todas as decisões no Estado totalitário e a sua incompatibilidade com a doutrina católica. Plínio enfatizou que a única arma eficaz para combater esta doutrina era justamente a Igreja Católica. Plínio também se esforçou por indicar semelhanças entre o nazismo e o comunismo, o maior mal. Em suas narrativas reconstruiu o que considerou como a ancestralidade do nacional-socialismo:

O protestantismo produziu na Alemanha um processo evolutivo de idéias filosóficas e factos político-sociais, que, paralelamente ao liberalismo e em aparente antagonismo com este, gerou com uma lógica de ferro (verdadeira se não fossem erradas as suas premissas) o nazismo⁸⁵.

Também salientou o oportunismo nazi-fascista que utilizou princípios católicos para seduzir as massas e combater o comunismo, assim, segundo o autor, “*o demônio se disfarçou em defensor da ordem*”⁸⁶. Após a publicação da encíclica *Mir Brennender Sorge* por Pio XI em 14 de março de 1937, na qual os erros do nacional-socialismo foram condenados – neopaganismo, racismo, Estado totalitário -, seu antagonismo ganhou novos contornos por estar fundamentado no magistério da Igreja.

A partir de 1933 começou a se desenvolver o movimento

⁸⁴ LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 65 a 69.

⁸⁵ *O Legionário*, “Genealogia de monstros”, nº 302, 9/06/1938. Apud: MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p.82.

⁸⁶ *O Legionário*, “Terceiro Ato”, 24 de setembro de 1940. Apud: LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 72.

integralista no Brasil, fundado por Plínio Salgado, que propunha uma reorganização do país baseada no modelo do Estado sindical-socialista de Mussolini. Plínio Corrêa de Oliveira, como já mencionamos, participou dos primórdios deste movimento integralista (SEP). Alguns meses depois de sua fundação, a SEP transformou-se, com a publicação do *Manifesto de Outubro*, na Ação Integralista Brasileira (07/outubro/1932). Segundo Lima, a tentativa inicial do grupo d'O *Legionário* para com os integralistas foi de aproximação e conciliação, já que o anticomunismo expresso de ambos auxiliava no contato. Algum tempo depois Plínio salientou que o catolicismo não poderia se comprometer com o integralismo, já que este “inscreve em seu programa diversas reivindicações de natureza meramente temporal. E a Igreja nunca poderia fazer oficialmente suas a tais reivindicações que escapam à sua esfera de ação”⁸⁷, mas que o integralismo deveria se comprometer em privilegiar o catolicismo.

O desejo de Plínio era de um governo forte, repressivo contra tudo o que identificava como comunismo. Segundo sua crença, o Estado Novo gerava otimismo e a relação entre Igreja e Estado era, a seu ver, aceitável. O *Legionário* contribuiu para reforçar as atividades repressivas do Estado e aplaudiu as restrições às atividades políticas “suspeitas”, em particular às consideradas comunistas. Embora o apoio fosse expresso, geralmente Plínio considerava a repressão estatal pouco rigorosa. Por conseguinte, enfatizou que a verdadeira direita, a única grande e efetiva defensora da ordem era a Igreja, portanto, entre as doutrinas existentes, optou pela solução do catolicismo, uma nova cristandade nos moldes da Idade Média.

⁸⁷ O *Legionário*, “Na expectativa”, 23 de agosto de 1936. Apud: LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 75.

1.4. “EM DEFESA DA AÇÃO CATÓLICA”

Em 1940, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, confiou a Plínio a presidência da Junta Arquidiocesana da Ação Católica Paulista. Segundo Mattei, Plínio dirigiu a associação com “mão firme”, reprimindo os “erros” doutrinários e procurando modificar as novas mentalidades. Decidiu fazer da pátria brasileira um modelo histórico de nação devota ao catolicismo, em seu discurso oficial no Congresso Eucarístico de 1942, ocorrido em São Paulo, Plínio delineou o papel histórico do país, já esboçando elementos de sua intensa e ininterrupta luta pela recristianização de nossa sociedade:

A missão providencial do Brasil consiste em crescer dentro das suas próprias fronteiras, em desdobrar aqui os esplendores de uma civilização genuinamente católica, apostólica e romana, e em iluminar amorosamente todo o mundo com o facho desta grande luz, que será verdadeiramente o ‘lumen Christi’ que a Igreja irradia. A nossa índole meiga e hospitaleira, a pluridade das raças que aqui vivem em fraterna harmonia, o concurso providencial dos imigrantes que tão intimamente se inseriram na vida nacional, e mais do que tudo as normas do Santo Evangelho, jamais farão dos nossos anseios de grandeza um pretexto para jacobinismos tacanhos, para racismos estultos, para imperialismos criminosos. Se algum dia o Brasil for grande, sê-lo-á para bem do mundo inteiro. ‘Sejam entre vós os que governam como os que obedecem’, diz o Redentor. O Brasil não será grande pela conquista, mas pela Fé; não será rico pelo dinheiro tanto quanto pela sua generosidade. Realmente, se soubermos ser fiéis à Roma dos Papas, poderá nossa cidade ser uma nova Jerusalém, de beleza perfeita, honra, glória e gáudio do mundo inteiro⁸⁸.

⁸⁸ Discurso publicado em *O Legionário*, “Saudação às autoridades civis e militares”,

Embora sua influência tendesse para um catolicismo “tradicional”, outras orientações foram seguidas pela Ação Católica. Em especial um confronto se estabeleceu entre Plínio – AC/SP – e Alceu Amoroso Lima – AC/RJ. Souza descreve este embate de posições:

A Ação Católica seria cenário de várias disputas de orientação. Seu presidente nacional na primeira etapa (sic) Alceu Amoroso Lima, o crítico literário conhecido com o pseudônimo de Tristão de Ataíde, convertera-se ao catolicismo em 1928 e estava ligado ao pensamento neotomista de Jacques Maritain, muito atacado por setores tradicionalistas. Em São Paulo, o dirigente leigo da Ação Católica, Plínio Corrêa de Oliveira, era de tendência oposta (...). De um lado era um esforço para entender o mundo contemporâneo, repensar o problema da liberdade, da democracia e da participação social e de outro a atitude de rejeição a tudo o que era moderno e considerado anticristão. O modelo e referência destes últimos era a velha cristandade medieval, sobre a qual Corrêa de Oliveira ensinava na Universidade. Frente a ela, Maritain, em seu livro *Humanismo Integral*, de 1936, falava da Nova Cristandade, numa sociedade pluralista. O conflito ideológico era profundo e irreconciliável⁸⁹.

Determinado a seguir em frente na sua luta contra o mal que corrompia a sociedade, Plínio optou por escrever uma obra sobre a Ação Católica, na qual faria um diagnóstico dos males que a afligiam e, em contrapartida, confrontaria sua postura com a de Amoroso Lima, que escrevera a obra *Elementos de Ação Ca-*

07 de setembro de 1942. Apud: MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 128.

⁸⁹ SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Ação Católica Brasileira: O despertar da consciência histórica na preparação de Medellín. In: SCHÜHLY, P. Gunther. KÖNIG, Hans-Joachim. SCHNEIDER, P. José Odelso (Orgs). *Consciência Social: A história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 184.

tólica em 1938. Tal decisão foi apoiada pelo vigário geral da arquidiocese, Padre Antônio de Castro Mayer⁹⁰, e autorizada pelo Núncio Apostólico Dom Bento de Aloisi Masela. A necessidade da aprovação da obra pelo Arcebispo de São Paulo levou o autor a recorrer ao Núncio para que este escrevesse o prefácio do estudo a fim de superar o impasse causado pela perplexidade causada pelo livro na arquidiocese. A obra foi publicada sob o título *Em Defesa da Ação Católica* (1943) e serviu como “*um brado de alarma contra germes de laicismo, liberalismo e igualitarismo que começavam a invadir a Ação Católica*”⁹¹. A publicação do livro efetivou o rompimento dos conservadores com a Ação Católica, que já não representava mais os interesses e ideais preconizados por Plínio e seus companheiros. O autor utilizou este trabalho como forma de denunciar os “erros” da organização que ajudara a formar. Rompia com os dirigentes, com as teses, com o seu modelo para um movimento de leigos, e propunha como alternativa uma organização verdadeiramente ortodoxa.

Esta organização daria primazia à devoção a Maria, daria ênfase aos atos piedosos coletivos, à necessidade de uma vida em comum e de lugares onde os seus membros, que deveriam poder ser reconhecidos por sua indumentária correta, pudessem passar os seus momentos de lazer⁹².

⁹⁰ Dom Antônio de Castro Mayer nasceu em Campinas/SP, em 1904. Formou-se em teologia na Universidade Gregoriana de Roma, onde também foi ordenado Sacerdote (1927). No Brasil foi Assistente Geral da Ação Católica de São Paulo (1940), Vigário geral da Arquidiocese (1942-1943). Foi sagrado Bispo coadjutor, com direito de sucessão do Bispo de Campos em 1948. Suas relações com Plínio foram rompidas em 1982. Em 1984 a cisão foi tornada pública e justificada pela progressiva aproximação de Dom Mayer à posição do Mons. Marcel Lefebvre, que culminou com a participação do Bispo de Campos nas consagrações episcopais de Ecône (30/06/1988) que o fizeram incorrer em excomunhão *latae sententiae*. Dom Mayer faleceu em 1991. MATTEI, Roberto de. **O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 76.

⁹¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001.

⁹² Segundo Marcio Moreira Alves, esta obra serviu de base teológica para a futura

Em 1943, com a nomeação de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta ao Arcebispado de SP, cessou a influência de Mons. Mayer. Os setores tradicionalistas se desligaram do movimento católico em todo o país. Plínio perdeu seu cargo de Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica, Mons. Mayer passou de Vigário Geral da Arquidiocese para Vigário-Ecônomo da Paróquia de São José de Belém e, Pe. Geraldo de Proença Sigaud⁹³ foi remanejado para a Espanha. A repercussão negativa ocorrida em setores católicos ocasionou ao “grupo d’O Legionário”, como se autodenominavam, retaliações que culminaram com o afastamento de Plínio e seu grupo também da edição do jornal, em 1947.

1.5. OSTRACISMO DO “GRUPO LEGIONÁRIO”

“O esquecimento e o olvido nos envolveram quando ainda estávamos na flor da idade: era este o sacrifício previsto e consentido. Mas o progressismo nascente recebeu um golpe de que até hoje não se refez”.

Plínio Corrêa de Oliveira – 1969

Plínio descreveu o período subsequente à publicação do livro como de “ostracismo”, ou proscricção / exílio, devido à perda de espaço para expor suas teses em ambientes católicos. Taveiro,

TFP. ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 228/229.

⁹³ Dom Geraldo de Proença Sigaud nasceu em Belo Horizonte/MG no ano de 1909. Estudou teologia em Roma e foi ordenado sacerdote em 1932. Em 1947 foi sagrado Bispo diocesano de Jacarezinho (1947-1961) e mais tarde Arcebispo Metropolitano de Diamantina (1961-1980). Dom Geraldo de Proença Sigaud, que iniciou seu convívio com Plínio na década de 30, se desligou oficialmente da TFP em 02 de outubro de 1970, declarando que a entidade havia se distanciado pelo apoio de Dom Sigaud à reforma agrária promovida pelo Governo Militar e à reforma litúrgica de Paulo VI. MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 77.

na biografia que escreveu sobre Plínio Corrêa de Oliveira, destacou que durante este período

a grande agonia para Plínio e seus amigos não era a perseguição injusta que sofreram em consequência de sua defesa da Fé. Pelo contrário, o que os mortificava era a aparente indiferença da Santa Sé, cujos ensinamentos esses homens todos defendiam, e pelos quais morreriam se necessário. Plínio, o lutador católico e seus amigos, sentiam-se abandonados e desamparados por sua própria Mãe, a Santa Igreja Católica Romana.⁹⁴

Mesmo estando nesta situação de angústia, o grupo remanescente não se dispersou. A partir de 1945 (antes do afastamento do hebdomadário) o grupo, formado pelos senhores Plínio Corrêa de Oliveira, Adolpho Lindenberg, Fernando Furquim de Almeida, José de Azeredo Santos, José Benedicto Pacheco Salles, José Carlos Castilho de Andrade, José Fernando de Camargo, José Gonzaga de Arruda, Paulo Barros de Ulhôa Cintra, passou a reunir-se diariamente. O reduzido número de companheiros favoreceu uma *“coesão no pensar, no sentir e no agir, que elevou o grupo à condição de uma verdadeira família de almas”*⁹⁵. Nas reuniões, os membros do grupo

analisavam de modo preocupado a deteriorização discreta e implacável da situação religiosa no Brasil e no mundo, bem como o avanço inexorável do socialismo e do comunismo no cenário nacional e internacional.⁹⁶

⁹⁴ Esta biografia foi escrita na década de 70, mas sua publicação só ocorreu em 2001 pela Revista Catolicismo. TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. *Catolicismo*. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, Ano LI, n° 610, pp. 17-27, Outubro/2001. p. 25.

⁹⁵ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 433.

⁹⁶ Idem, p. 433.

Também divulgavam seus estudos doutrinários, dedicavam-se a orações e procuravam crescer na devoção à Santíssima Virgem Maria, utilizando o método exposto por São Luís Maria Grignon de Montfort⁹⁷ em sua obra *Tratado da verdadeira devoção à Santíssima Virgem*, no qual os devotos se entregam a Maria na qualidade de escravos. Os pontos principais da obra são a maternidade espiritual de Nossa Senhora em relação ao gênero humano e a mediação universal de Maria entre os homens e Jesus Cristo. Outro tema de relevância para o grupo era o estudo atento das aparições e da mensagem de Nossa Senhora de Fátima (1917), cujo significado Plínio divulgaria durante sua atuação posterior. Crente que esta seria o mais importante evento ocorrido neste século, encabeçou a divulgação de diversos artigos no intuito de aproximar a mensagem contra-revolucionária de Nossa Senhora de Fátima do público cristão.

Após alguns anos de “silêncio”, alguns eventos alteraram esta proscricção para os envolvidos com as idéias de Plínio. Conforme Taveiro, “*nem a Providência nem Pio XII estavam dormin-*

⁹⁷ São Luís Maria Grignon de Montfort nasceu em 31/janeiro/1673, em Montfort, França. Foi ordenado sacerdote em 1700, no Seminário São Suplicio em Paris. “*Seus primeiros anos de sacerdócio foram dedicados principalmente ao trabalho com os pobres no hospital de Poitiers (...). Do papa Clemente XI obteve o título de Missionário Apostólico e percorreu a França anunciando aos pobres o mistério da Sabedoria e o amor de Cristo Encarnado e Crucificado. Estabeleceu em todas as partes a prática do santo Rosário e da santa Escravidão de amor, ou perfeita Consagração a Cristo pelas mãos de Maria, como meio eficaz para viver fielmente a aliança do batismo.*” Faleceu em 1716, com 43 anos. “*Viveu pobre, numa pobreza total, e viveu para evangelizar os pobres*”. Pio IX declarou seus escritos isentos de erro (1853), Leão XIII o declarou beato (1888), Pio XII o canonizou (1947) e João Paulo II inseriu sua festa – 28/abril - no calendário romano universal (1996). VIDA DE SÃO LUÍS DE MONTFORT. Disponível em <http://www.robynet.psi.br/~montfort/vida_de_sao_luis_maria.htm/> Acesso em 08/julho/2002. A obra missionária de Montfort e dos seus sucessores formou a base espiritual da resistência contra-revolucionária do povo da Bretanha e de Vandea, ou seja, das regiões onde o Santo pode desenvolver livremente seu apostolado. Os sacerdotes da Companhia de Montfort foram os guias espirituais dos soldados improvisados pela França, pelo Rei e por Deus na Revolução Francesa. PAPPALARDO, Francesco. Voci per un Dizionario del Pensiero Forte: San Luigi Maria Grignon de Motfort (1673-1716). **Alleanza Cattolica**. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>> Acesso em 02/outubro/2001.

do”; a elevação do Pe. Sigaud à posição de Bispo de Jacarezinho, como também a elevação do Mons. Mayer a Bispo-Coadjutor de Campos, evidenciavam, no entender do “grupo do Legionário”, que Roma os defendia e reconhecia como “defensores da Fé”⁹⁸. Outro fato que viria a corroborar ainda mais tal pensamento foi o recebimento, por Plínio Corrêa de Oliveira, de uma carta da Santa Sé na qual a obra *Em Defesa da Ação Católica* era louvada pelo Secretário de Estado da Santa Sé, J. B. Montini (futuro Paulo VI), em nome do Papa Pio XII. Eis o texto integral da carta:

Palácio do Vaticano, 26 de fevereiro de 1949.

Preclaro Senhor,

Levado por tua dedicação e piedade filial ofereceste ao Santo Padre o livro “Em defesa da Ação Católica”, em cujo trabalho revelaste aprimorado cuidado e aturada diligência.

Sua Santidade regozija-se contigo porque explanaste e defendeste com penetração e clareza a Ação Católica, da qual possuis um conhecimento completo, e à qual tens em grande apreço, de tal modo que se tornou claro para todos quão importante é estudar e promover tal forma auxiliar de apostolado hierárquico.

O Augusto Pontífice de todo o coração faz votos que deste teu trabalho resultem ricos e sazonados frutos, e colhas não pequenas nem poucas consolações. E como penhor de que assim seja, te concede a Bênção Apostólica.

Entrementes, com a devida consideração, me declaro teu muito devotado,

(a) J. B. Montini, *Substituto*⁹⁹

⁹⁸ TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. *Catolicismo*. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, Ano LI, nº 610, pp. 17-27, Outubro/2001. p. 25.

⁹⁹ A carta foi originalmente escrita na língua latina e apresenta-se traduzida nas obras consultadas. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São

A aprovação pontifícia não ocasionou um abrandamento de posições entre os considerados “progressistas”, que agora já influenciavam os ambientes católicos sem uma voraz oposição interna deste leigo. A reviravolta ocorreu quando, em 1951, o então Bispo de Campos, Dom Antônio de Castro Mayer, fundou o mensário de cultura *Catolicismo* e convidou o “grupo do Legionário” para colaborar com a publicação. A partir de 1983 *Catolicismo* passou a ser o órgão oficial da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP),¹⁰⁰ associação criada por Plínio em 1960, devido ao desentendimento e rompimento das relações entre a entidade e Dom Antônio de Castro Mayer, ocasionadas pela aproximação deste com Mons. Lefebvre¹⁰¹.

1.6. MENSÁRIO “CATOLICISMO”

Este foi o novo meio de difusão das idéias de Plínio Corrêa, seu inspirador e orientador. O objetivo principal de *Catolicismo* era alertar e estimular a elite católica na luta contra os fatores de deterioração religiosa, moral e cultural do neopaganismo e, principalmente, promover a reação contra o progressismo e esquerdismo católico¹⁰². Para Plínio, uma elite consciente e combativa era estritamente necessária para mudar o rumo dos acontecimentos e, para criar esta elite combativa, o autor tentou reagrupar forças expondo suas concepções em artigos que abordavam a luta do bem contra o mal, o ideal elevado de Cristandade, os

Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 437.

¹⁰⁰ REVISTA CATOLICISMO. Entrevista com o Prof. Roberto de Mattei. *Revista Catolicismo*. Novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 26/abril/2001.

¹⁰¹ MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 76.

¹⁰² SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 443.

desvios da democracia, a refutação da soberania popular, a identificação das mazelas e dos desvios da sociedade, entre outros. Segundo Lima, o mensário foi direcionado

a uma elite de católicos para aprofundá-los no conhecimento da doutrina católica, mobilizando-os e fornecendo-lhes argumentos com vistas a uma ação que impedisse o crescimento do mal que tomava conta da sociedade.¹⁰³

Este novo espaço de divulgação teria ocasionado uma re- aproximação com os leitores e admiradores do grupo que fora afastado do círculo católico na década anterior. A batalha contra o progressismo católico, o modernismo político e cultural reiniciava com força total, já que fora beneficiada pelo intenso estudo efetivado durante o período de ostracismo. Mas o contexto vivenciado no Brasil dos anos 50 era muito diverso do anterior. O país encontrava-se sob um processo de modernização, cujo desenvolvimento econômico tinha como contrapartida política o populismo – forma precária de equilíbrio político que garantia a hegemonia das classes dominantes sobre as massas trabalhadoras, incorporando novos setores sociais (como os industriais e as classes médias urbanas) e excluindo as lideranças de esquerda. A postura da Igreja com relação ao populismo foi propensa a cooperar e legitimar o regime desenvolvimentista¹⁰⁴. Esta não foi a postura de Plínio e seus companheiros: estes viam na proposta desenvolvimentista uma ameaça ao seu ideal de sociedade, inspirado na Idade Média, na qual estavam garantidas as desigualdades “naturais” entre as classes harmonicamente hierarquizadas. O governo, a seu ver, seguia uma tendência igualitária antagonizando, assim, com sua sociedade hierárquica idealizada¹⁰⁵.

¹⁰³ LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP. p. 106.

¹⁰⁴ Idem, p. 107.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 107.

Além de confrontar com a política desenvolvimentista, os artigos de *Catolicismo* também atacaram o “progressismo” católico, como havia ocorrido anteriormente em *O Legionário*. As críticas de Plínio não foram dirigidas a figuras específicas da hierarquia, mas sim a setores católicos e leigos, até mesmo porque a própria revista fazia parte da estrutura da Igreja e um ataque aos membros desta instituição não seria uma atitude interessante para os redatores e para o Bispo de Campos, D. Mayer. Plínio deslegitimou as tentativas dos religiosos de resolver os problemas sociais, na visão deste autor, a preocupação do clero para com este mundo era exagerada e, enquanto os religiosos acentuavam seu trabalho no terreno temporal, diminuía, na mesma proporção, seu trabalho espiritual, seu grande objetivo enquanto servos de Deus. A missão primordial da Igreja, salvar almas, deveria ser o verdadeiro objeto de atenção dos religiosos, afinal para esta missão é que foram preparados – concepções estas baseadas no catolicismo ultramontano.

A partir de 1953, *Catolicismo* passou a promover anualmente as *Semanas de Estudo*, com o intuito de coordenar os esforços do grupo redator a nível nacional. A presença de participantes argentinos e chilenos resultou na descoberta de uma vasta “família de almas” em toda a América do Sul. Na Argentina o contato foi feito com os associados da revista *Cruzada*. Em Santiago do Chile com os membros da revista *Fidúcia*. Logo foram descobertos novos parceiros no Uruguai, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia Espanha, Portugal, Estados Unidos da América, Canadá e França. Devido ao grande contingente de companheiros, unidos pelos mesmos ideais, tornou-se necessária a organização de uma entidade que os representasse, surgindo, daí, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) em 1960¹⁰⁶. No

¹⁰⁶ TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. *Catolicismo*. São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, Ano LI, nº 610, p. 17-27, Outubro/2001. p. 26.

ano seguinte a Semana passou a chamar-se *Congresso Latino-Americano de “Catolicismo”*.

1.7. “REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO”

“Se a Revolução é a desordem, a Contra-Revolução é a restauração da ordem. E por ordem entendemos, a paz de Cristo no Reino de Cristo. Ou seja, a Civilização Cristã, austera e hierárquica, fundamentalmente, sacral, anti-igualitária e anti-liberal”.

Plínio Corrêa de Oliveira

Ainda na década de 50 o autor formulou, em artigos para *Catolicismo*, as bases de sua obra doutrinária, *Revolução e Contra-Revolução* (1959) onde descreveu os problemas que impulsionam a decadência da Cristandade – a Revolução -, sua forma de atuação, seus agentes bem como as táticas dos contra-revolucionários, os “arautos da civilização cristã”. Conforme Plínio, os principais elementos doutrinários que formam a base desta obra são:

- a) a missão da Igreja como única Mestra, Guia e Fonte de Vida dos povos rumo à civilização perfeita;
- b) a contínua oposição das paixões desordenadas, particularmente do orgulho e da luxúria, à influência da Igreja;
- c) a existência para o espírito humano, de dois pólos opostos, para um dos quais necessariamente ruma: de um lado a Fé católica, que induz ao amor da ordem, da austeridade e da hierarquia; e de outro lado as paixões desordenadas, que induzem ao desbragamento, à revolta contra a lei, contra a hierarquia, contra qualquer forma de desigualdade, e que levam por fim à dúvida e à inteira negação da Fé;
- d) a noção de um processo – entendida a expressão sem prejuízo do livre arbítrio – pelo qual gradual-

mente os indivíduos ou os povos, sofrendo a atração dos dois pólos opostos, se vão aproximando de um deles e distanciando do outro;

e) a influência desse processo moral sobre a elaboração das doutrinas. As más tendências inclinam ao erro. As boas tendências inclinam à verdade. As grandes modificações no espírito dos povos não são um mero resultado de doutrinas elaboradas por pequenos cenáculos de intelectuais que elucidam serenamente a margem da vida. Para que uma doutrina encontre ressonância num povo, é mister o mais das vezes que as tendências desse povo tenham afinidade com tal doutrina. E não é raro que a própria reflexão feita pelos doutos, nos gabinetes, seja mais influenciada do que se pensa por essas apetências.¹⁰⁷

Revolução e Contra-Revolução forma a base de seu pensamento e de sua ação militante. O autor descreve a Revolução como sendo

um movimento que visa destruir o poder ou uma ordem legítima e pôr em seu lugar um estado de coisas (intencionalmente não queremos dizer uma ordem de coisas) ou um poder ilegítimo.¹⁰⁸

Este fenômeno político teria surgido em fins da Idade Média e viria progressivamente destruindo os ideais cristãos. A causa profunda desta Revolução estaria na própria alma humana, portanto, para deter este processo seria necessário primeiramente reformar o homem com os valores morais e sociais de antigamente. O modelo ideal para tal aperfeiçoamento é localizado na Idade Média, quando os ideais cristãos serviam como guias das

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. "Revolução e Contra-Revolução". **Revista Catolicismo**. São Paulo, N° 100, p. 05-61, março, 1959. p. 28.

ações humanas. Para Plínio esta ordem das coisas foi sendo corroida pela Revolução, sendo que o declínio da sociedade medieval foi marcado por uma explosão de orgulho e sensualidade que gerou tendências igualitárias e liberais que só progrediram nos séculos seguintes. Desta forma, pouco da civilização ideal seria ainda existente, mas, seria nos resquícios de cristandade que os homens deveriam se apegar para iniciar um retorno à ordem perfeita. Portanto, para que se reconstrua a cristandade, é necessário lutar pela tradição, pelos bons costumes e pela religião católica, a portadora da verdade revelada.

Nesta perspectiva, qualquer atitude que vise diminuir ou ofuscar o poder da Igreja como guia da sociedade e legitimadora do poder estatal é considerada como parte do grande processo revolucionário, ou seja, todos os “inimigos” - sociais, culturais, políticos ou econômicos -, apesar das aparentes divergências, fariam parte de um mesmo mal, impulsionado por Lúcifer para destruir a Igreja de Cristo¹⁰⁹. Os agentes da Revolução, para Plínio, são as seitas anticristãs e as forças secretas que visam destruir a Igreja e a Civilização cristã. O autor sublinha que a seita-mestra é a maçonaria, mas complementa que o mais importante é mostrar a natureza e os mecanismos da Revolução e não propriamente desvendar a identidade dos conspiradores.

Para Plínio, a Revolução se processa por etapas progressivas, sendo que a primeira etapa / Revolução teria sido a Reforma Protestante, que implantou o espírito da dúvida, o liberalismo religioso e o igualitarismo eclesiástico. O protestantismo teria sido preparado pela Renascença, que cultuava cada vez mais o homem e a visão de gozo da vida – antagônico à noção cristã de sacrifício. Na seqüência ocorreu a Revolução Francesa, que se constitui no triunfo do igualitarismo (no campo religioso com o

¹⁰⁹ LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP. P. 27/28.

ateísmo / laicismo e no campo político com a concepção de que as desigualdades são injustas). Suas principais características foram: a revolta contra o Rei, a revolta da plebe contra os nobres e a afirmação da soberania popular. A terceira Revolução ocorreu na Rússia: o Comunismo, que transpôs as máximas igualitárias e atéias para os terrenos social e econômico. Entre suas particularidades podemos destacar o ateísmo e a igualdade. A mais recente etapa da Revolução ocorreu no campo cultural, em maio de 1968, na França. Visou extinguir os velhos modelos de reflexão e sensibilidade, bem como a liberação moral¹¹⁰. Segundo o autor

como uma modalidade de guerra psicológica revolucionária, a partir da rebelião estudantil da Sorbonne, em maio de 1968, numerosos autores socialistas e marxistas em geral passaram a reconhecer a necessidade de uma forma de revolução prévia às transformações políticas e sócio-econômicas, que operasse na vida cotidiana, nos costumes, nas mentalidades, nos modos de ser, de sentir e de viver. É a chamada “revolução cultural”.¹¹¹

O último alvo da Revolução é a Igreja, o processo revolucionário quer impedir que esta cumpra sua missão de salvar almas, seu significado perante a sociedade. Conforme as palavras de Mattei,

A Revolução está a destruir no homem contemporâneo a noção de pecado, a própria distinção entre o bem e o mal e, ipso facto, a negar a Redenção de Nosso Senhor Jesus Cristo, que, sem o pecado, se

¹¹⁰ A quarta etapa da Revolução não faz parte da obra original. Plínio escreveu esta complementação de *Revolução e Contra-Revolução* em 1976, ano em que foi publicada pela Revista *Catolicismo*. Em 1992 o autor ainda redigiu uma atualização desta terceira parte. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Do apogeu da III Revolução à pseudo-morte do comunismo e ao nascimento da IV Revolução. **Revista Catolicismo**. Outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 02/janeiro/2001.

¹¹¹ Idem.

torna incompreensível e perde qualquer relação lógica com a História e a vida.¹¹²

A Revolução é combatida pela Contra-Revolução, definida como todo esforço que vise circunscrever ou eliminar a Revolução¹¹³. A padroeira da Contra-Revolução é a Virgem Maria que esmagou a serpente e em Fátima garantiu a certeza da vitória. Segundo as palavras de Plínio Corrêa de Oliveira,

A primeira, a grande, a eterna revolucionária, inspiradora e fatora suprema desta Revolução, como das que a precederam e lhe sucederem, é a Serpente, cuja cabeça foi esmagada pela Virgem Imaculada. Maria é, pois, a Padroeira de quantos lutam contra a Revolução.

A mediação universal e onipotente da Mãe de Deus é a maior razão de esperança dos contra-revolucionários. E em Fátima Ela já lhes deu a certeza da vitória, quando anunciou que, ainda mesmo depois de um eventual surto de comunismo no mundo inteiro, “por fim meu Imaculado Coração triunfará”.¹¹⁴

A obra *Revolução e Contra-Revolução* inspirou doutrinariamente a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960. O eixo da associação gira em torno da seguinte premissa: a tradição representa a transmissão de um patrimônio de valores, já a família é o local onde esta transmissão se efetua. Mas, para manter-se, a família necessita de um substrato material que lhe garanta a vida e a liberdade – a propriedade¹¹⁵.

¹¹² MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 179/180.

¹¹³ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. “Revolução e Contra-Revolução”. *Revista Catolicismo*. São Paulo, N° 100, março, 1959. p. 61.

¹¹⁵ MATTEI, Roberto de. *O cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira*. Por-

Segundo seus estatutos a organização tem como objetivos

combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade.¹¹⁶

A partir da criação da TFP, Plínio passou a criticar diretamente os membros da hierarquia eclesiástica e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹¹⁷, criada em 1952. Diante do que considerou um avanço do progressismo católico e de um maior comprometimento social da Igreja, o autor os avaliou como “*companheiros de viagem do comunismo*”, numa clara manifestação de sua ideologia, na qual qualquer divergência de idéias é entendida como desequilíbrio da harmonia natural que deve reinar na sociedade e como sinal do avanço da Revolução. Esta atitude de confronto direto com a hierarquia criou um clima desfavorável entre a associação e o clero, tal situação foi ainda agravada com o apoio da TFP ao governo militar como organização paramilitar autorizada, como propagandista do regime e como informante / delatora dos católicos “subversivos”.

A atuação da TFP se desenvolve ainda hoje por meio de palestras, abaixo-assinados, livros doutrinários, passeatas, cara-

to: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 208/209.

¹¹⁶ KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3239.

¹¹⁷ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 1952, e em pouco tempo conquistou uma posição fundamental na Igreja brasileira, assumindo o papel de porta-voz da hierarquia eclesiástica. Representou uma tentativa de centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país. KORNIS, Mônica. MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984.

vanas, seminários de estudo, campanhas de esclarecimento, etc. Apesar de sua auto-identificação com a Igreja Católica, a TFP nunca foi um movimento oficial. Suas iniciativas foram toleradas até meados da década de 70, quando as posições oficiais das entidades tornaram-se incompatíveis¹¹⁸. Os integrantes da TFP dedicam-se a campanhas de esclarecimento e combate de temas como a reforma agrária¹¹⁹ (sempre identificada como primeira etapa para a implantação do comunismo no Brasil e como afronta ao 7º e 10º Mandamentos – Não roubarás e Não cobiçarás as coisas alheias), aos perigos do comunismo e socialismo, ao esquerdismo católico, ao relaxamento moral¹²⁰, ao modernismo (em qualquer campo de atuação) e à legítima defesa¹²¹. Também se dedica a uma campanha fatimista de nível nacional que visa difundir os segredos revelados em Fátima (1917).

A difusão do pensamento de Plínio também foi propiciada pela *Folha de São Paulo*, jornal que manteve uma coluna assinada pelo autor entre 1968 e 1993. Embora tenha falecido em 1995¹²²,

¹¹⁸ A CNBB formou, em 1968, uma comissão especial para investigar as atividades da TFP. A conclusão da comissão foi de que a entidade não representava a Igreja brasileira e constituía um entrave ao desenvolvimento da mesma. KORNIS, Mônica. MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984.

¹¹⁹ O site SOS Fazendeiro foi criado pela entidade para dar voz aos proprietários que tiveram suas fazendas invadidas e desapropriadas pela justiça para fins de assentamentos de sem-terra. **S.O.S. FAZENDEIRO – INFORMATIVO RURAL**. Disponível em: <<http://www.sos-fazendeiro.org.br/>>

¹²⁰ A entidade fundou, em 1989, a campanha *O amanhã de nossos filhos*, para “servir de voz às milhares de pessoas que se sentem desrespeitadas pela degradação moral propiciada por inúmeros programas de televisão”, esta campanha se expandiu para a crítica do cinema. Luta por uma programação televisiva que enriqueça a formação intelectual e moral da juventude do país. **O AMANHÃ DE NOSSOS FILHOS**. Disponível em: <<http://www.oanfilhos.org.br/>>

¹²¹ A TFP também promove a campanha Pró Legítima Defesa “voltada contra a absurda tentativa de desarmar o cidadão honesto”. **PRÓ LEGÍTIMA DEFESA**. Disponível em <<http://www.prolegitimadefesa.org.br/>>

¹²² Plínio faleceu em 03 de outubro de 1995, aos 86 anos, no Hospital Alemão Oswaldo Cruz (São Paulo) onde esteve internado desde 01 de setembro em decorrência de um câncer no fígado. Seu corpo foi velado na sede social da TFP, no bairro de Higie-

na cidade de São Paulo, seu legado intelectual ainda é perceptível em vários países. As campanhas criadas ou organizadas por Plínio e pela TFP permanecem em funcionamento.

* * *

A partir desta análise de fragmentos da biografia de Plínio Corrêa de Oliveira percebemos que sua formação cristã refletiu a própria reestruturação e as mudanças de paradigmas que afetaram a instituição religiosa. A percepção da necessidade de uma *catolização efetiva* dos brasileiros e os esforços para a restauração da influência católica nos campos social, cultural e político orientou a ação da hierarquia brasileira, a partir do início do século XX, como resultado prático da opção dos eclesiásticos de aderirem aos movimentos ultramontano e integrista de catolicismo. Plínio, que recebeu esta influência especialmente durante sua infância e adolescência, lutou por uma restauração da ordem monárquico-aristocrática, condizente com sua participação na Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) e com os movimentos ultramontano e integrista. Mas, há que se enfatizar que sua adesão a esta ortodoxia cristã não deixou de ocasionar conflitos com a hierarquia católica. Ou seja, Plínio optou pela defesa do catolicismo tradicional como norteador de suas ações, assim, atuou como membro de movimentos eclesiais de base¹²³ enquanto fo-

nópolis/SP. A cerimônia fúnebre foi rezada em latim pelo cônego José Luiz Marinho Villac, na Igreja da Consolação. Após a cerimônia o corpo foi sepultado no Cemitério da Consolação. FOLHA DE SÃO PAULO. Plínio Corrêa de Oliveira morre aos 86. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>; _____ Três mil pessoas assistem ao enterro do fundador da TFP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>; _____ Missa de sétimo dia do fundador da TFP é assistida por mil pessoas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

¹²³ Adotamos a definição de Richard para o termo “movimento eclesial de base”, que representa o movimento católico oficial, ou seja, as organizações diretamente

ram condizentes com sua posição, como a Congregação Mariana, a Ação Universitária Católica, o jornal *O Legionário*, a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica, tendo sido fiel às principais orientações eclesiásticas durante décadas. Mas, com os novos rumos que parte da hierarquia católica passou a adotar, outra postura pôde ser identificada. A religião cristã foi sendo redefinida – como ainda o é –, de maneira que a nova conduta de Plínio foi de uma crítica severa à adaptação da Igreja ao mundo moderno, bem como contra sua atuação mais crítica nos campos social e político. Plínio, enquanto integrista, defendia uma Igreja distante do mundo moderno, e essencialmente preocupada em salvar as almas, ou seja, atuando basicamente no campo espiritual – a tarefa de influenciar o campo temporal com a doutrina cristã seria obra de uma elite católica atuante na sociedade.

A posição sustentada por Plínio, e também alguns membros do clero, ocasionou uma série de discussões na Igreja, agravado ainda mais com o Concílio Vaticano II (1962-1965), que foi considerado como complacente com o clero “progressista”. Tais acontecimentos resultaram no afastamento deste líder católico do movimento eclesial de base, e na posterior fundação de uma nova organização que pudesse exprimir seus ideais integristas, mas agora fora da estrutura oficial, ou seja, não subordinada à hierarquia. Foi com a TFP que Plínio manteve seu pensamento “vivo”, e foi através deste movimento católico, e beneficiado por ele, que Plínio manteve suas críticas à Igreja, ou seja, a partir de uma instituição que fez ecoar seu pensamento o autor manteve-se no universo discursivo como representante do discurso católico e, ao mesmo tempo, como crítico das mudanças deste mesmo discurso.

dependentes da hierarquia (paróquias, CEB's, movimentos da Ação Católica, etc). RICHARD, Pablo. Introdução. In: *Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 11.

Plínio foi um intelectual católico preocupado com a Igreja, ou, como afirma o grupo *Cristianità*, Plínio foi um católico convicto e militante, a sua palavra e a sua pena sempre foram postos a serviço das causas que interessavam aos representantes da Igreja tradicional e da civilização cristã, foi um homem de ação, que exerceu uma função de guia dos elementos mais dinâmicos da juventude católica contra-revolucionária¹²⁴. Em seus textos o autor enfatizou constantemente a necessidade de uma luta concreta contra os inimigos da Igreja, tanto os externos (maçonaria, religiões protestantes, movimentos espíritas, modelos políticos ateus, etc) como os internos – os mais prejudiciais (esquerdistas e progressistas). Suas obras refletiram sua desconfiança com relação ao mundo moderno, bem como expressaram insistentemente que o retorno a um modelo político medieval seria a solução para restaurar essa sociedade decadente. Por sua atuação, foi considerado um mito pelos tefepistas, ou seja, um indivíduo que, pelas suas lutas em prol da civilização cristã, tornou-se um símbolo vivo de combate, um líder que não se deixou abater pela falta de apoio ou pelas retaliações sofridas; este “homem mito” sempre foi um lutador, sempre esteve ameaçado e resistindo heroicamente aos desafios que surgiram. Para a TFP, Plínio ainda representou muito mais: foi seu líder, seu profeta, enfim, seu mártir:

il 1° febbraio 1975, di fronte alla sempre più difficile situazione della Chiesa cattolica, quindi del mondo cattolico, nel corso de una riunione della TFP brasiliana, si offre *come vittima espiatoria*, e trentasei ore dopo resta gravemente ferito in un incidente stradale, le cui conseguenze lo hanno accompagnato fino alla morte. (grifo nosso)¹²⁵

¹²⁴ CRISTIANITÀ. In Memoriam: Plínio Corrêa de Oliveira. *Cristianità*. N° 247-248, 1995. Disponível em <<http://www.alleanzaccattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

¹²⁵ Idem.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE: IMAGINÁRIO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO

A TFP foi criada em um momento político conturbado para o Brasil. O período populista¹²⁶ mostrava sinais de desgaste e os setores progressistas e conservadores buscavam alternativas para uma nova direção na política brasileira. A influência estadunidense se ampliava sobre o país, e sobre a América Latina, desde fins da Segunda Guerra. Muitos Estados americanos sofreram a ação de grupos revolucionários que, geralmente, não obtiveram o êxito desejado de chegar ao poder, especialmente pelo “auxílio” estadunidense nestes países – o interesse foi manter no governo grupos identificados com a proposta norte-americana de

¹²⁶ Ianni considera com uma das peculiaridades do estado populista a combinação *sui generis* dos sistemas de mobilização e controle das massas assalariadas urbanas – quando não também as rurais – com o aparelho estatal, especificamente com o poder Executivo. No relacionamento com as massas assalariadas, o governo populista é obrigado a estabelecer condições institucionais mínimas ao exercício da cidadania para as massas, ou seja, estas massas adquirem alguns direitos. Seus direitos e deveres são as condições e os limites da participação política nas campanhas e lutas relativas aos problemas de classe e aos problemas nacionais. IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989. p. 87 a 89.

Para Weffort, o populismo foi um modo determinado de manipulação das classes populares, mas também foi um modo de expressão de suas insatisfações. Foi uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e, ao mesmo tempo, a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um mecanismo através do qual os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas também uma maneira pela qual este domínio se encontrasse potencialmente ameaçado. Weffort conclui que este tipo de comportamento político é essencialmente ambíguo, e muito desta ambigüidade se deve à ambigüidade pessoal dos seus políticos, divididos entre o amor as massas e o amor ao poder. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: **O populismo na política brasileira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 62-63.

domínio ideológico / político e econômico. A exceção foi Cuba que, após décadas de poder do presidente Fulgêncio Batista, foi tomada por um grupo revolucionário liderado por Fidel Castro, em janeiro de 1959. Apesar da ajuda dos EUA para os grupos contra-revolucionários, o novo governo não foi derrubado e logo iniciou a implantação de amplas reformas sociais e a estatização das empresas estrangeiras, o que ocasionou uma forte represália dos EUA, resultando na proibição do comércio com Cuba. Já nos primeiros anos do novo governo cubano seria implantado o socialismo no continente americano, um “perigo” para guerra ideológica em curso – capitalismo X comunismo / socialismo. Na década de 60 foi corrente o uso do discurso anti-soviético e anticomunista para legitimar a luta contra qualquer atitude nacionalista ou restritiva ao comércio dos EUA.

No Brasil os anos 60 iniciaram com a posse do presidente Jânio Quadros que, apesar de concorrer por uma corrente política impopular e tradicionalmente perdedora, liderada pela União Democrática Nacional (UDN), venceu as eleições. Conforme Chiavenato, Jânio não demorou a desgostar as forças políticas que o apoiaram, em especial a UDN. Apesar de constituir um Ministério comprometido com os interesses de grupos multinacionais (ou imperialistas, como eram chamados), ensaiou algumas medidas de independência que frustraram certos setores. A desestabilização de seu governo aconteceu vertiginosamente e o presidente renunciou sete meses após sua posse, em 25 de agosto de 1961¹²⁷.

Com a posse do vice-presidente João Goulart - Jango (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) a crise se acentuou. O populismo estava entrando em colapso enquanto que o movimento reivindicatório dos trabalhadores, especialmente rurais, ascendia

¹²⁷ CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994. p. 09 a 11.

rapidamente. Jango estava enfraquecido especialmente pela oposição à sua posse e pela aprovação do regime parlamentarista que visou restringir seus poderes de comando quando finalmente fosse assumir a presidência. Também pela grave crise econômica e pela resistência do Congresso e das forças conservadoras às mudanças propostas pelo então presidente.

O principal legado que o governo Goulart gostaria de deixar era o das reformas de base – plataforma do presidente empossado:

em um país miserável, com estruturas políticas anacrônicas, economia estrangulada e privilégios aparentemente eternos das elites, sua proposta entusiasmou grande parcela da população¹²⁸.

As reformas de base (eleitoral, administrativa, tributária, urbana, bancária, cambial, universitária e agrária), abarcavam quase toda a sociedade, e este fator assustava as elites. A sociedade se polarizou entre os que apoiavam o governo (esquerda, nacionalistas e, esperava-se, o povo) e os que o repudiavam (elites econômicas, setores da Igreja, direita política, patrocinadas pelo capital estrangeiro). A classe média, na visão de Chiavenato, pedia para a direita, embora os seus setores mais politizados estivessem alinhados com a política reformista.

Neste embate, as forças conservadoras, empresariado e setores da Igreja, uniram seus esforços para reivindicar uma intervenção das Forças Armadas no processo político brasileiro e a derrubada do presidente Jango, - identificado com o comunismo -, utilizando-se do discurso anticomunista amplamente difundido no país. Também condenavam as reformas de base, em especial a reforma agrária. O protesto aconteceu no dia 14 de março de 1964, ficando conhecido como a *Marcha da Família com Deus e*

¹²⁸ Idem, p. 14.

pela Liberdade. A 31 de março de 1964 as Forças Armadas desencadearam o golpe militar que depôs João Goulart, satisfazendo os clamores conservadores.

Os anos 60/70 foram marcados, na América Latina, pela eclosão de golpes militares¹²⁹, justificados pela necessidade da segurança nacional e apoiados, quando não parcialmente financiados, pelos EUA, com o objetivo principal de evitar o surgimento de novas “Cubas” na sua área de influência, ou seja, barrar qualquer tentativa de aproximação de governos socialo-comunistas no continente americano. Segundo Krischke,

o seu aparecimento foi uma resposta à exaustão da democracia liberal nesses países, sob circunstâncias de uma polarização política e mobilização popular crescentes, que ameaçaram de vários modos a hegemonia dos Estados Unidos e de seus associados entre as classes dominantes.¹³⁰

A promoção de golpes militares foi a solução encontrada pelas elites nacionais, e pelos representantes dos EUA, para deter o avanço de doutrinas de esquerda, bem como do surgimento de movimentos armados contrários à exploração humana pelo capitalismo. Desta forma, foi corrente o esmagamento dos movimentos populares contestatórios, da estrutura sindical e da esquerda organizada pelos militares, como forma de manter a coesão e a harmonia social tão almejada pelas classes dominantes. Também foi implantado um novo padrão de acumulação, fundado na abertura ao comércio e ao capital internacional e na concentração de renda, beneficiando, assim, os promotores e financiadores do golpe.

¹²⁹ A sucessão de golpes militares que ocorreram na América Latina segue a seguinte cronologia: Brasil (1964), Argentina (1966), Peru e Bolívia (1968), Equador (1971), Uruguai e Chile (1973).

¹³⁰ KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 82.

Com o golpe de 1964, a TFP acreditou estar afastado o perigo das transformações sociais radicais e “esquerdistas”. Devido à sua influência integrista, a entidade foi a primeira organização de resistência às novas estratégias de engajamento social da Igreja, defendidas principalmente pela Ação Católica e pela CNBB, ou seja, pela principal corrente existente no interior da instituição religiosa católica no início da década de 60. Logo a TFP se colocou ao lado dos militares, opondo-se aos setores progressistas da Igreja. Para os militares este apoio foi muito interessante, já que

os governos repressivos estão alertas tanto para a importância das instituições e ideologias religiosas como para o papel que estas cumprem na legitimação dos regimes políticos latino-americanos.¹³¹

Além de apoiar o governo, a TFP mostrou-se muito eficiente na denúncia de “subversivos” e na defesa da repressão, em especial na acusação de religiosos considerados perigosos para a manutenção da ordem, já que, para a entidade, qualquer desvio da conduta que consideravam correta foi interpretada como evidência de que o comunismo estava ampliando sua influência no país. Desta maneira, sua atuação foi autorizada pelo governo, como sublinha Krischke,

neste contexto é que grupos reacionários como “tradição, família e propriedade” chegaram a receber autorização para organizar-se em forma paramilitar e envolver-se em propaganda política ostensiva, em nome de “tradição cristã” que a hierarquia católica tem repetidas vezes desautorizado.¹³²

A TFP nunca foi um movimento oficial da Igreja, mas suas iniciativas foram toleradas até meados de 1970, quando a CNBB

¹³¹ Idem, p. 89.

¹³² Ibidem, p. 89.

passou a declarar freqüentemente que esta entidade não representava a Igreja do Brasil¹³³. Após o golpe de 1964 o conflito entre ambas as instituições se intensificou. A CNBB, seguindo as orientações pontifícias, passou a defender os direitos elementares dos oprimidos e presos torturados pela ditadura. A postura da TFP foi inversa, assim, esboçou-se o “grande abismo” entre os ideais da CNBB e da TFP, de maneira que não houve possibilidades de aproximação entre ambas, embora alguns religiosos declarassem seu apoio e aprovação às atividades promovidas pela TFP.

2.1. EIS QUE SURGE A TFP

O QUE É essa sociedade civil anticomunista, constituída de católicos apostólicos romanos convictos e praticantes?
O QUE É essa organização que jamais calou nem cedeu terreno ante as investidas levadas a cabo pela “esquerda católica” e pela Teologia da Libertação para a conquista da opinião pública brasileira?

O QUE É essa associação cujos propagandistas, das mais variadas idades, na sua grande maioria:

Não têm fazendas e são contra a Reforma Agrária;

Não possuem casas ou terrenos e são contra a Reforma Urbana;

Não possuem empresas e são contra a Reforma Empresarial? Idealismo em forma pura, que se julgava ter desaparecido?

O QUE É essa entidade constituída de pessoas das mais variadas classes sociais e que se portam com desenvoltura e cavalheirismo em campanhas nas grandes capitais, e depois não descuidam de visitar as menores vilas do interior?

Uma organização assim pode ser sumariamente etiquetada sem ser ouvida? Ou se trata de um fenômeno realmente novo, que resiste a qualquer tentativa de classificação convencional?

É quase sempre falho tomar uma palavra velha para qualificar a realidade nova.

¹³³ MAINWARING, Scott. Igreja e Política: considerações teóricas. In: **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 92.

Por isso, o melhor é analisar a TFP como ela é: em suas idéias, em sua atuação, em seus frutos.”¹³⁴

A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é uma associação civil que atua em todo o território nacional, tendo sido fundada em 26 de julho de 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira, na cidade de São Paulo. Em entrevista ao mensário italiano *30 Giorni*, Plínio definiu a situação jurídica da TFP: pelo direito canônico seria uma associação de inspiração católica, formada por laicos que atuam no campo temporal sobre sua única e exclusiva responsabilidade, e orientada pelo ensinamento tradicional do Supremo Magistério da Igreja, sendo estruturada juridicamente conforme a legislação civil; frente ao Estado, a TFP é uma associação cívica, cultural e de caridade / assistência; pelas leis eclesiásticas é uma associação privada constituída por um livre acordo de fé entre seus membros¹³⁵. Neste trabalho adotaremos uma outra categoria de análise para a associação, ou seja, a TFP será considerada como integrante do “movimento católico”. Para Richard, os movimentos católicos são estruturas (organizações, movimentos, grupos, etc) explicitamente confessionais ou religiosas, mas não diretamente dependentes das estruturas eclesiais hierárquicas, nem derivadas ou representativas de uma identificação ou de uma relação de poder entre uma estrutura eclesial e outra de tipo social, política ou cultural¹³⁶.

Os sócios fundadores e diretores da TFP já estavam reunidos mesmo antes da fundação da entidade por participarem do

¹³⁴ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

¹³⁵ Apud: CRISTIANITÀ. Dichiarazioni e documenti – Plínio Corrêa de Oliveira: Fátima, “perestrojka” e TFP. *Cristianità*. Nº 180-181, 1990. Disponível em < <http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

¹³⁶ RICHARD, Pablo. Introdução. In: **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 11.

“grupo de *Catolicismo*”, desta forma, a TFP só veio conferir uma forma associativa à “família de almas” que circundava e comunhava dos mesmos ideais que seu fundador¹³⁷. O objetivo principal da TFP, segundo seus estatutos, é combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar os valores “positivos” da ordem natural, em particular da trilogia tradição – família – propriedade.

A TFP inspirou-se no integrismo católico, ideologia baseada na militância ativa em defesa do catolicismo tradicional (em oposição ao catolicismo de engajamento social). O integrismo realçou a impossibilidade de a Igreja se reconciliar com a sociedade moderna, que quer excluir a religião e a instituição religiosa da vida pública¹³⁸, em outras palavras, reduzir o espaço da religião ao âmbito privado e assim diminuir sua influência moral e ética na sociedade. Para os integristas e tefepistas, contrários a qualquer forma de modernismo – cultural, político, econômico, social -, a única solução aceitável seria um retorno à ordem social cristã, em especial, a uma ordem baseada na cristandade medieval do século XIII, onde a Igreja desempenhou o papel de ordenadora da sociedade e possuía influência em todos os âmbitos da comunidade fazendo prevalecer, assim, a tradição cristã em toda esfera social. Desta forma, a TFP prega uma restauração da ordem monárquico-católica no Brasil, condizente com a participação de Plínio Corrêa de Oliveira na Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), que surgia nos anos 30 para

promover, pelos processos legais, a instauração do IMPÉRIO ORGÂNICO BRASILEIRO, sob o reinado da DINASTIA NACIONAL DA CASA DE BRAGANÇA, representada no herdeiro e Pretendente ao Trono Brasileiro, sua Alteza Imperial Dom Pedro

¹³⁷ MATTEI, Roberto de. *O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 207.

¹³⁸ POULAT, Emile. Integralismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 635-637.

Henrique Afonso Felipe Maria de Orleans e Bragança¹³⁹.

Plínio acreditava que a melhor forma de governo seria a monarquia, baseando-se em uma interpretação da obra de São Tomás de Aquino. Com base nesta crença, Plínio aproximou-se dos descendentes da família Imperial, em especial de Dom Luiz e Dom Bertrand de Orleans e Bragança (“ramo de Vassouras”), buscando promover e estimular um retorno à ordem monárquica no Brasil. Dom Luiz e Dom Bertrand coordenam o movimento *Conselho Brasil Monárquico* e ambos são ligados a TFP.

O significado da trilogia Tradição, Família e Propriedade, segundo Mattei, resume a concepção de mundo defendida Plínio Corrêa de Oliveira; segundo suas crenças a verdadeira tradição pressupõe dois princípios:

a) que qualquer ordem de coisas autêntica e viva tem em si um impulso contínuo rumo ao aprimoramento e à perfeição;

b) que, por isso, o verdadeiro progresso não é destruir, mas somar; não é romper, mas continuar para o alto.

Em suma, a tradição é a soma do passado com um presente que lhe seja afim. O dia de hoje não deve ser a negação do de ontem, mas a harmônica continuação dele.¹⁴⁰

A tradição que Plínio e seus seguidores dizem representar é a tradição católica. Esta tradição é considerada uma força viva e, como tal, precisa de um bom ambiente para se desenvolver.

¹³⁹ Artigo 3^a do Estatuto da Ação Imperial Patrianovista Brasileira, registrado em cartório em 23-11-1935. Apud: MALATIAN, Teresa Maria. *Os Cruzados do Império*. São Paulo, 1988. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo. p. 76.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. TFP – Tradição, *Folha de São Paulo*, 12 de março de 1969. Apud: MATTEI, Roberto de. *O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 208.

O ambiente ideal para a transmissão e desenvolvimento dos valores é a família que, segundo o magistério pontifício “*é a célula fundamental, o elemento constitutivo da comunidade do Estado*”¹⁴¹. Mas, para que a família possa sobreviver e desenvolver-se, ela tem necessidade de uma base material, que lhe garanta a vida e a liberdade, esta base é a propriedade, daí a trilogia que nomeia a instituição – tradição, família e propriedade.

A estrutura interna da TFP é composta por dois organismos principais: o Conselho Nacional e a Diretoria Administrativa e Financeira. As atividades culturais e cívicas promovidas pela entidade são encabeçadas pelo Conselho Nacional, sediado em São Paulo e chefiado, até 1995, por Plínio Corrêa de Oliveira, seu presidente vitalício a partir de 1980¹⁴². Já as atividades filantrópicas, os assuntos administrativos e financeiros¹⁴³ competem à Diretoria Administrativa e Financeira Nacional, também sediada em São Paulo. O Conselho Nacional e a Diretoria Administrativa e Financeira Nacional formam o Diretório Nacional da TFP. Também existem as seções estaduais, que reúnem as subseções municipais da entidade.

O recrutamento de militantes foi descrito por Alves, sendo que obedece a sucessivas etapas de qualificação. Primeiramente, a personalidade do candidato é meticulosamente estudada com o intento de estabelecer suas opiniões políticas e religiosas. Em seguida, quando julgados aptos a ingressar na sociedade, rece-

¹⁴¹ Palavras de Pio XII em Alocução aos Pais de Famílias francesas, em 18 de setembro de 1951. Apud: MATTEI, Roberto de. *O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 209.

¹⁴² **SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

¹⁴³ Sua manutenção é viabilizada através da cobrança de mensalidades a seus sócios, bem como pelo recebimento de donativos. KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3239.

bem uma doutrinação sistemática a fim de atraí-los para os ideais e objetivos que a TFP almeja. Mantido o vínculo, e o interesse do recrutado em relação à entidade, o jovem passa a fazer parte do grupo *Pontchâteau*, ou o estágio primário. Após este primeiro grupo segue-se o *Poitiers*, *Navas de Tolosa*, *Consolatrix Afflictorum* e *Mater Martirium*¹⁴⁴. Depois desta preparação os jovens podem habitar nas casas pertencentes à instituição,

onde discutem diariamente sua doutrina e se preparam para as eventuais campanhas públicas. Assistem a cursos “cívico-culturais” e participam obrigatoriamente de aulas de defesa pessoal, aprendendo judô e caratê.¹⁴⁵

José Antonio Pedriali, egresso da entidade, descreveu parte das atividades e da hierarquia interna da TFP. Segundo seu depoimento, existem várias categorias de membros na organização, sendo que os *eremitas* possuem condição especial na hierarquia interna por viverem exclusivamente para a organização (dedicam-se à oração e estudo), para tanto têm um patrono que os subsidia. Os eremitas doutrinam os *apóstolos itinerantes*, responsáveis pelo recrutamento de novos membros, pelo acompanhamento de seu progresso e pelo seu auxílio. As atividades dos apóstolos itinerantes são decididas pela *Comissão de Movimento*. Já os *eremitas itinerantes* percorrem o país propagando a TFP, distribuindo materiais e colhendo assinaturas para eventu-

¹⁴⁴ ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 229/230.

¹⁴⁵ KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. p. 3239.

José Antônio Pedriali informa que a maioria dos membros da TFP aprende caratê para situações de emergência, onde o corpo-a-corpo torna-se necessário. PEDRIALI, José Antônio. **Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP**. São Paulo: EMW Editora, 1985. p. 65.

ais abaixo-assinados¹⁴⁶. O líder, Plínio Corrêa de Oliveira, é considerado o pai espiritual dos membros, “o responsável por termos rompido com o pedado e conhecido a Luz”¹⁴⁷.

A prática social da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a rede de sentidos formada e vivenciada por seus membros foi inspirada, principalmente, em elementos da obra *Revolução e Contra-Revolução*, escrita pelo fundador da entidade; na devoção Mariana baseada na obra de São Luis Maria Grignon de Montfort, *Tratado da Verdadeira devoção à Santíssima Virgem*; e na mensagem de Nossa Senhora de Fátima. Para melhor compreendermos a prática social tefepista, nos deteremos na análise destas obras de referência que colaboraram para a elaboração de seu ideário.

A obra *Revolução e Contra-Revolução* foi brevemente analisada no capítulo anterior deste trabalho, portanto, nos deteremos basicamente no pensamento do autor sobre a contra-revolução. A contra-revolução encontra forças para lutar no amor pela verdade, na desigualdade natural e na lei moral. Para tanto, os contra-revolucionários devem conhecer a Revolução para destruí-la com todos os meios lícitos. Plínio considera como contra-revolução “todo esforço que vise circunscrever e eliminar a Revolução”¹⁴⁸. Seu objetivo é a restauração da Ordem, ou seja, “a paz de Cristo no reino de Cristo. (...) a civilização cristã, austera e hierárquica, fundamentalmente sacral, antiigualitária e antiliberal”¹⁴⁹. A contra-revolução, portanto, é a defensora da tradição cristã.

¹⁴⁶ PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editora, 1985. p. 56/57.

¹⁴⁷ Idem, p. 85.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade**. Disponível em <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/julho/2001.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. **Revista Catolicismo**. São Paulo, N° 100, p. 05-61, março, 1959. p. 42.

A contra-revolução deve procurar conquistar as multidões, embora, sublinha o autor, os estudos históricos tenham revelado que a Revolução não fora feita pelas massas, mas sim pelas elites revolucionárias que conseguiram fazer com que a massa caminhasse no sentido revolucionário. Se as elites a tivessem guiado para um sentido contrário, a multidão as teria acompanhado. Esta conclusão deve-se a crença de Plínio de que os acontecimentos são determinados pelas elites¹⁵⁰. Estas têm a função social de serem guias da sociedade, numa espécie de apostolado. Tem, ainda, o dever moral de lutar contra a corrupção moderna no campo doutrinário e dos costumes¹⁵¹. Desta forma, as elites devem prestar sua contribuição à ação contra-revolucionária, que visa reavivar a noção de bem e de mal, a qual a Revolução tenta extinguir. Sem esta noção, o fim da Igreja – salvar as almas – perde seu sentido e, assim, a própria instituição perde sua função.

A relação entre Igreja e contra-revolução é intensa. A contra-revolução, segundo Plínio, é inspirada pela Igreja, a qual deve

¹⁵⁰ Este pensamento de Plínio nos remete aos estudos de Vilfredo Pareto que defende uma teoria do equilíbrio social onde a sociedade é vista como uma estrutura elitista, onde a massa é considerada incapaz de se governar, onde a elite é destinada a ascender e a decair, sendo que será sempre substituída por novos elementos desta mesma classe elitista/aristocrática (teoria da circulação das elites). GIANOLA, Franco. Vilfredo Pareto: Il gioco del potere? Come una partita a rubamazzetto. **Disponível em** < <http://www.cronologia.it/storia/biografie/pareto.htm> > Acesso em 16/julho/2002. Pareto foi um dos teóricos precursores da “teoria das elites”, cujo conceito foi redefinido por Bobbio como a teoria segundo a qual em cada sociedade o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas. Segundo o mesmo autor “*a teoria das minorias governantes caminha pari passu com uma concepção essencialmente desigual da sociedade, como uma visão estática ou inteiramente cíclica da história, com uma atitude mais pessimista do que otimista da natureza humana, com uma incredulidade quase total em relação aos benefícios da democracia, com uma crítica radical do socialismo, como criador de uma nova civilização, e com uma desconfiança que se aproxima do desprezo pelas massas portadoras de novos valores.*” BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 385 a 391.

¹⁵¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e elites tradicionais análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. p. 66.

ser exaltada como o grande ideal contra-revolucionário. Este movimento coloca-se como auxiliar da salvação da Igreja frente a esta poderosa força que a destrói. A Igreja é a alma da Contra-Revolução. Segundo Plínio,

A Contra-Revolução quer concorrer para que se salvem tantas almas ameaçadas pela Revolução, e para que se afastem os cataclismos que ameaçam a sociedade temporal. E para isto deve apoiar-se na Igreja, e humildemente servi-la, em lugar de imaginar orgulhosamente que A salva¹⁵².

As etapas da contra-revolução são basicamente duas: converter os revolucionários em contra-revolucionários e ajustar suas idéias e modos de sentir a uma posição contra-revolucionária. Assim, se estará restaurando e promovendo a cultura e a civilização católica.

A obra contra-revolucionária de Plínio é consagrada a Nossa Senhora, a medianeira entre os homens e Jesus Cristo e, por vontade divina, a padroeira desta luta. Sua principal mensagem contra-revolucionária foi confiada a três pastorinhos, em 1917, na cidade de Fátima. Trata-se dos três segredos de Fátima, considerados por Plínio como o maior acontecimento do século XX, por tratar-se de uma mensagem que condenou os desvios da religião e os erros do comunismo, estabelecendo ainda castigos para os que não emendarem seus pecados.

Nossa Senhora apareceu para as três crianças portuguesas, em 1917, e revelou três segredos que, segundo Fedeli, seguiam o seguinte esquema:

1. Deus estava muito ofendido pelos pecados do mundo moderno.

¹⁵² OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. *Revista Catolicismo*. São Paulo, N° 100, p. 05-61, março, 1959. p. 56.

2. Por isso, exigia penitência.
3. Caso não fosse feita, viria um castigo¹⁵³.

Mas, o que nos interessa no momento, é o estudo dos dois primeiros segredos, dado que Plínio os conheceu e analisou, transpondo sua visão para a TFP e esta, para o público em geral¹⁵⁴. No primeiro segredo Nossa Senhora mostrou aos pastores o inferno, para onde vão os pecadores, e lhes explicou que foram os pecados dos homens que provocaram a I Grande Guerra (1914-1918). O segundo segredo inicia afirmando que a Grande Guerra vai acabar, mas se não houver emenda dos pecados outra pior acontecerá (II Grande Guerra), além de prever a difusão do comunismo, caso os homens não reparem seus erros. Conforme o relato:

¹⁵³ FEDELI, Orlando. Fátima: um “segredo” contendo um enigma envolto em um mistério. **Montfort – Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/cadernos/>> Acesso em 30/agosto/2001.

¹⁵⁴ O terceiro segredo foi transcrito conforme redigido pela Irmã Lúcia, uma das crianças que tiveram a visão em 1917: *“Depois das duas partes que já expus, vimos ao lado esquerdo de Nossa Senhora um pouco mais alto um anjo com uma espada de fogo em a mão esquerda; ao cintilar, despedia chamas que parecia iam incendiar o mundo; mas apagavam-se com o contato do brilho que da mão direita expedia Nossa Senhora ao seu encontro. O anjo, apontando com a mão direita para terra, com voz forte disse: ‘Penitência, Penitência, Penitência!’ E vimos uma luz imensa que é Deus “algo semelhante como se vêem as pessoas num espelho quando lhe passam por diante” um Bispo vestido de branco “tivemos o pressentimento de que era o Santo Padre”. Vários outros Bispos, Sacerdotes, religiosos e religiosas subir uma escabrosa montanha, no cimo da qual estava uma grande cruz de troncos toscos como se fora de sobreiro com a casca; o Santo Padre, antes de chegar aí, atravessou uma grande cidade meio em ruínas, e meio trêmulo com andar vacilante, acabrunhado de dor e pena, ia orando pelas almas dos cadáveres que encontrava pelo caminho; chegando ao cimo do monte, prostrado de joelhos aos pés da grande cruz, foi morto por um grupo de soldados que lhe dispararam vários tiros de armas de fogo e setas, e assim mesmo foram morrendo uns atrás aos outros os bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, e várias pessoas seculares, cavalheiros e senhoras de várias classes e posições. Sob os dois braços da cruz estavam dois anjos, cada um segurando um regador de cristal em a mão, neles recolhiam o sangue dos mártires e com ele regavam as almas que se aproximavam de Deus. Tuy, 3-1-1944.”* Apud: FEDELI, Orlando. Fátima: um “segredo” contendo um enigma envolto em um mistério. **Montfort – Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/cadernos/>> Acesso em 30/agosto/2001.

Nossa Senhora mostrou-nos um grande mar de fogo que parecia estar debaixo da terra. Mergulhados em esse fogo os demônios e as almas, como se fossem brasas transparentes e negras, ou bronzeadas com forma humana, que flutuavam no incêndio levadas pelas chamas que delas mesmas saíam, juntamente com nuvens de fumo, caindo para todos os lados, semelhante ao cair das fagulhas nos grandes incêndios, sem peso nem equilíbrio, entre gritos e gemidos de dor e desespero que horrorizava e fazia estremecer de pavor. Os demônios distinguiam-se por formas horríveis e asquerosas de animais espantosos e desconhecidos, mas transparentes e negros. Esta vista foi um momento, e graças à nossa boa Mãe lá do céu, que antes nos tinha prevenido com a promessa de nos levar para o céu (na primeira aparição). Se assim não fosse, creio que teríamos morrido de susto e pavor. Em seguida, levantamos os olhos para Nossa Senhora, que nos disse com bondade e tristeza: ‘Vistes o inferno, para onde vão as almas dos pobres pecadores. Para as salvar, Deus quer estabelecer no mundo a devoção a meu Imaculado Coração. Se fizerem o que eu disser, salvar-se-ão muitas almas e terão paz’. O segundo segredo: “A guerra vai acabar, mas, se não deixarem de ofender a Deus, no reinado de Pio XI começará outra pior. Quando virdes uma noite iluminada por uma luz desconhecida, sabe que é o grande sinal que Deus vos dá de que vai punir o mundo de seus crimes, por meio da guerra, da fome e de perseguições à Igreja e ao Santo Padre. Para a impedir, virei pedir a consagração da Rússia a meu Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados. Se atenderem a meus pedidos, a Rússia se converterá e terão paz; se não, espalhará seus erros pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja, os bons serão martirizados, o Santo Padre terá muito que sofrer, várias nações serão aniquiladas, por fim o meu Imaculado Coração triunfará. O Santo Padre consagrar-me-á a Rússia, que se converterá, e será concedido ao mundo algum tempo de paz.”¹⁵⁵

¹⁵⁵ Apud: FEDELI, Orlando. Fátima: um “segredo” contendo um enigma envolto em um mistério. **Montfort – Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/cadernos/>> Acesso em 30/agosto/2001.

A partir desta mensagem, em essência contra-revolucionária, Plínio partiu para a difusão dos segredos de Fátima como forma de informar aos homens sobre os terríveis males que os atingiria se estes não se convertessem à “verdadeira fé” e não reparassem seus pecados. A mensagem tem uma importante função pedagógica, conforme a análise de Cantoni¹⁵⁶, pois ela esclarece com uma incrível simplicidade como o erro (pecado) será punido, tornando, assim, facilmente assimilável para os que conhecerem a mensagem o seu caráter punitivo (pedagogia do medo). As mensagens seguem o seguinte esquema lógico: a) As crianças têm a visão do inferno, para onde irão os pecadores; b) Deus quer que se estabeleça a devoção ao Imaculado Coração de Maria para que as almas sejam salvas; c) A guerra irá acabar; d) Se os homens não deixarem de ofender a Deus, outra guerra iniciará no reinado de Pio XI, para punir o mundo de seus crimes; e) Para impedir tal punição é necessária a consagração da Rússia ao Imaculado Coração e a comunhão reparadora nos primeiros sábados; f) Se o pedido não for atendido, a Rússia espalhará seus erros pelo mundo; g) Por fim o Imaculado Coração triunfará, o Santo Padre consagrará a Rússia ao Imaculado Coração e os homens terão algum tempo de paz.

Plínio explica que toda preservação moral autêntica e toda regeneração moral derivam da graça, portanto, de Nossa Senhora, já que a graça depende de Deus, mas Deus, por um livre ato de sua vontade, desejou que a distribuição da graça dependesse da Santa Virgem. Portanto, a ajuda da Virgem é indispensável para a vitória da Contra-Revolução. Para que o bem prevaleça sobre o mal (Revolução), a devoção Mariana deverá ser praticada, ou seja, esta devoção é condição *sine qua non* para que a Contra-Re-

¹⁵⁶ CANTONI, Giovanni. Fátima e la Contro-Rivoluzione del secolo XXI. *Cristianità*. Nº 301-302, 2000. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>> Acesso em 02/outubro/2001.

volução vença. A graça, distribuída por Nossa Senhora, choverá sobre quem A dedicar verdadeiro devotamento¹⁵⁷.

Plínio acredita que a Revolução é fruto do demônio. É ele quem excita, exacerba e dirige seu rumo, ou seja, dirige a ação revolucionária dos homens. Conforme o pensamento de Plínio, seria difícil que o homem chegasse ao extremo da crueldade, da impiedade e do cinismo, aos quais chegou diversas vezes no curso de sua história, sem o concurso do espírito do mal. O que nos confortaria seria o conhecimento de que este fator propulsivo da Revolução depende completamente de Nossa Senhora. Bastaria que ela lançasse uma ordem sobre o inferno para que este horror, este terror se retraia e desapareça da vida humana¹⁵⁸. Para tanto, repetimos, é necessário o verdadeiro devotamente a Santa Virgem. O devotamento à Virgem indicado por Plínio, e efetivado pelos tefepistas, segue o modelo traçado por São Luís Maria Grignon de Montfort na obra *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*.

O método de Montfort consiste em uma profunda devoção, sem limites, à mãe de Jesus, a medianeira entre os homens e seu filho. Montfort parte de duas premissas sobre a Virgem: a primeira considera a maternidade espiritual de Nossa Senhora em relação ao gênero humano, e a segunda enfatiza a mediação universal de Maria Santíssima. A devoção montfortiana é baseada na escravidão de amor à Santíssima Virgem, ou seja, é uma entrega integral, uma renúncia do eu para dedicar-se à outrem. Segundo Montfort,

¹⁵⁷ “La sterilità e perfino la nocività di tutto quanto si fa contra l’azione della grazia, e l’enorme fecondità di quanto si fa con il suo aiuto definiscono con precisione la posizione della Madonna nella lotta fra la Rivoluzione e la Contro-Rivoluzione, dal momento che l’intensità delle grazie ricevute dagli uomini dipende dalla maggiore o dalla minore devozione che hanno avuto verso di Lei”. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *La devozione mariana e l’apostolato contro-rivoluzionario. Cristianità*. n.º 247-248, 1995. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

¹⁵⁸ Idem.

pela escravidão, um homem depende inteiramente de outro durante toda a vida e deve servir a seu senhor, sem esperar salário ou recompensa alguma, como um dos animais sobre que o dono tem direito de vida e de morte.¹⁵⁹

Esta escravidão compreende os bens materiais e espirituais do homem, é uma devoção sem limites, já que, como bem colocou Montfort, um escravo não possui nada de seu. Apesar de parecer um método radical, como lembra Plínio, incompatível com a exaltação da liberdade dos dias modernos, é uma devoção pouco compreendida e até contrariada. Mas, para os contra-revolucionários, esta devoção – um instrumento real do amor a Nossa Senhora - é a maneira mais perfeita de vencer as forças maléficas e derrotar a Revolução.

Por fim, Plínio lembra que quando a Revolução for vencida, reinará a paz entre os homens: será uma época áurea - semelhante à Idade Média -, e totalmente influenciada pela verdadeira religião. Será o Reino de Maria (noção montfortiana), inaugurado com o triunfo do Imaculado Coração de Maria (prometido em Fátima), uma época de fé e virtude¹⁶⁰, segundo a descrição de Montfort:

Ah! Quando virá este tempo feliz (...) em que Maria será estabelecida Senhora e Soberana nos corações, para submetê-los plenamente ao império de seu grande e único Jesus? Quando chegará o dia em que as almas respirarão Maria, como o corpo respira o ar? Então, coisas maravilhosas acontecerão neste mundo, onde o Espírito Santo, encontrando sua querida Esposa como que reproduzida nas al-

¹⁵⁹ MONTFORT, São Luís Maria Grignon de. **Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem**. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 74.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. La devozione mariana e l'apostolato contro-rivoluzionario. **Cristianità**. n° 247-248, 1995. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

mas, a elas descerá abundantemente, enchendo-as de seus dons, particularmente do dom da sabedoria, a fim de operar maravilhas de graça. Meu caro irmão, quando chegará esse tempo feliz, esse século de Maria, em que inúmeras almas escolhidas, perdendo-se no abismo de seu interior, se tornarão cópias vivas de Maria, para amar e glorificar Jesus Cristo? Esse tempo só chegará quando se conhecer e praticar a devoção que ensino, “Ut adveniat regnum tuum, adveniat regnum Mariae”¹⁶¹.

2.2. MEIOS DE ATUAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA TFP

Estilo de viver, de lutar e de agir da TFP:
“No idealismo, ardor; no trato, cortesia;
na ação, devotamento sem limites ao ideal;
na presença do adversário, circunspeção;
na luta, altaneira e coragem.
E pela coragem, vitória!”

Plínio Corrêa de Oliveira

A ação da TFP junto a sociedade é efetuada por meio de campanhas públicas especialmente em defesa da família monogâmica e indissolúvel e da propriedade privada, contra o comunismo e socialismo – “*elementos perturbadores da ordem natural das coisas*”¹⁶²-, contra o desarmamento civil, contra os casamentos homossexuais, contra as imoralidades televisivas, e contra o que consideram uma infiltração esquerdista no clero brasileiro. Estas campanhas se realizam através de coleta de assinaturas em apoio as suas petições, objetivando sensibilizar as autoridades

¹⁶¹ MONTFORT, São Luís Maria Grignon de. *Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 210/211.

¹⁶² KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3239.

eclesiásticas, civis e militares para suas lutas. Como as iniciativas da entidade foram pouco divulgadas pela imprensa, a TFP atingia o público através de megafones, faixas, slogans, panfletos, livros doutrinários e didáticos, seminários e músicas¹⁶³. Segundo Kornis,

quando em campanha, os militantes da TFP – apenas homens – postam-se nas ruas mais movimentadas ou na frente das igrejas, envergando capas púrpuras sobre ternos escuros e empunhando estandartes com o emblema da organização. Fazendo uso abusivo de megafones, procuram convencer os passantes a assinar seus manifestos.¹⁶⁴

Já Alves enfatiza que durante as campanhas de rua, em especial durante o período militar, os membros “ordeiros” da TFP participavam de conflitos com os transeuntes que contrariavam suas posições, adotando uma postura de crítica ou negação das premissas apresentadas como verdadeiras pelos tefepistas¹⁶⁵. Para Pedriali, as atitudes dos tefepistas revelavam um “*fanatismo cego, arrogante, violento, implacável*”¹⁶⁶. O autor complementa sua posição esclarecendo que tal fanatismo é cego porque é incapaz de permitir o livre confronto de idéias, é arrogante já que acredita possuir a verdade absoluta, é violento porque se armava para

¹⁶³ MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 210.

¹⁶⁴ KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3239.

¹⁶⁵ Conforme o autor “*apesar de seus conhecimentos técnicos de judô, das suas armas e da proteção da polícia, envolvem-se freqüentemente em brigas que, mais tarde, serão inscritas na lista de laureis do movimento como outras tantas vitórias contra o demônio*”. ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 230.

¹⁶⁶ PEDRIALI, José Antônio. **Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP**. São Paulo: EMW Editora, 1985. p. 13.

combater os que se opusessem, e implacável por não conceder clemência aos adversários¹⁶⁷.

Esta postura de confronto com o que é diverso da concepção de mundo que acreditam ser a correta é herdada do fundador da entidade que, conforme Lima não aceita a diferença como legítima, ou seja, para Plínio “a *inteligência é condenável se não chega às posições que [...] julga corretas*”¹⁶⁸, ou seja, Plínio parte da premissa de que somente existem duas posições a se defender, ou se defende a verdade, ou o erro (visão maniqueísta da realidade). Em decorrência desta crença, qualquer discordância com as suas idéias é considerada ilegítima, uma vez que Plínio julga defender a “verdade” absoluta. Diferir desta verdade seria compartilhar com o erro, com o mal, com as falsas doutrinas que se contrapõe à Igreja, a portadora da verdade revelada.

Também existiam as caravanas para divulgar as atividades da entidade por todo o Brasil. Estas caravanas desenvolviam um apostolado itinerante que abrangia o interior do país¹⁶⁹. Outra forma de obter a atenção dos transeuntes foi a utilização de símbolos que identificassem o movimento para o grande público. Para tanto, a TFP passou a levantar estandartes rubros com um leão durante suas campanhas (1965) e trajar capas vermelhas (1969); indumentária e estandarte que identificam o apostolado público da TFP ainda hoje. Para Plínio o apostolado feito com estandartes era muito significativo, pois “*produz sobre a opinião pública um choque vivificante e salutar que simboliza a contra-ofensiva do bem*”¹⁷⁰. Por fim, a TFP beneficia-se dos chamados “correspon-

¹⁶⁷ Idem, p. 13.

¹⁶⁸ LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP. p. 33.

¹⁶⁹ MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 212.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Obstáculo à corrida para o caos, *Revista Catolicismo*, Janeiro de 1994. Apud: MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 210.

denes-esclarecedores”¹⁷¹, que realizam o trabalho de divulgação das idéias contra-revolucionárias da entidade em seu ambiente familiar e profissional.

Com o avanço dos *mass media*, em especial com o surgimento e difusão da internet, a TFP passou a utilizar também este veículo de comunicação para propagandear suas atividades, bem como para fazer suas campanhas publicitárias. Em 1989 a TFP criou o site *O amanhã de nossos filhos*, que serve à luta por uma programação televisiva mais enriquecedora para a formação moral e intelectual da juventude brasileira. O site foi criado “para servir de voz às milhares de pessoas que se sentem desrespeitadas pela degradação moral propiciada por inúmeros programas de televisão”¹⁷². A campanha nacional *Vinde Nossa Senhora de Fátima, não tardeis!* também tem seu espaço na internet. Esta campanha foi criada por Plínio Corrêa em 1993, pois acreditava que as revelações de Fátima auxiliavam no entendimento da crise do mundo moderno e, por isto, desejava que sua mensagem fosse divulgada por todo o país, fazendo com que o maior número possível de pessoas tivesse contato com as suas revelações contra-revolucionárias. A Aliança de Fátima é uma coligação dos participantes da campanha *Vinde Nossa Senhora de Fátima, não tardeis!* que contam com a grande expansão da campanha, para que assim

toque[m] o Coração Imaculado de Maria, fazendo com que a Virgem Santíssima intervenha o quanto antes, no sentido de impedir que o mundo role ir-

¹⁷¹ Para a TFP, “*esses Correspondentes e Simpatizantes atuam – nas horas que suas obrigações familiares e profissionais lhes deixam livres – nas grandes, médias e pequenas cidades, em todos os Estados brasileiros, à maneira de gotas de azeite que embebem a textura de uma folha de papel, na qual está desenhado o mapa do Brasil. Sua ação se faz ora de maneira capilar, ora em grandes mobilizações, sempre para promover algum bem ou evitar algum mal para o Brasil*”. **SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

¹⁷² **O AMANHÃ DE NOSSOS FILHOS**. Disponível em: <<http://www.oanfilhos.org.br/>>

remediavelmente para o fundo do abismo ao qual presentemente se dirige¹⁷³.

As demais campanhas, via internet, são: *S.O.S. Fazendeiro*, que combate a Reforma Agrária Socialista e anticristã, e *Pró Legítima Defesa*, “voltada contra a absurda tentativa de desarmar o cidadão honesto, deixando-o a mercê de bandidos e agitadores que não obedecem lei nenhuma”¹⁷⁴. Esta campanha foi iniciada no ano de 2000, visando combater “uma flagrante violação do direito de legítima defesa, assegurado pelo direito natural, previsto em nossa Carta Magna e no Código de Direito Penal”¹⁷⁵. A campanha *Pró Legítima Defesa* utiliza como argumento básico a premissa de que todos os animais, quando atacados, se defendem¹⁷⁶.

Além das campanhas públicas reais e virtuais, a TFP patrocina alguns boletins e revistas, de modo a difundir amplamente suas lutas e ideais. Entre eles destacam-se: a Revista *Catolicismo*, que também possui edições on-line¹⁷⁷; o encarte *Ecos de Fátima* que está inserido na revista *Catolicismo* e desempenha o papel de difusor da campanha *Vinde Nossa Senhora de Fátima, não tardeis!*; o *Informativo Rural*, dirigido aos proprietários rurais e aos que preocupam-se com as invasões de terra e com a reforma agrária socialista e confiscatória; o boletim da campanha *O amanhã de nossos filhos* que promove manifestações, protestos e abaixo-assinados contra a imoralidade e violência na televisão, o *TV Debate*

¹⁷³ VINDE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NÃO TARDEIS! Endereço Eletrônico: <<http://www.fatima.org.br/>>

¹⁷⁴ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

¹⁷⁵ PRÓ LEGÍTIMA DEFESA. Disponível em <<http://www.prolegitimadefesa.org.br/>> Acesso em 02/julho/2002.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ *Catolicismo* é um mensário de cultura e o órgão oficial da TFP, na internet é encontrado pelo seguinte endereço <<http://www.catolicismo.com.br/>>. “Oferece uma análise dos fatos à luz dos ensinamentos tradicionais da Igreja”. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

e, por fim, o *Informativo Operário*, que aborda os problemas do operariado, sem impulsionar para a luta de classes.

Com a redemocratização, ocorrida nos anos 80, Plínio alterou expressivamente sua estratégia de divulgação e ação. Neste novo contexto, agora de pluralismo ideológico, tornaram-se possíveis os confrontos de projetos divergentes, sendo que a diferença e a crítica passaram a fazer parte do próprio funcionamento político. Para tanto, um novo modo de agir passou a permear as relações sociais, políticas e econômicas – a tolerância. Este quadro de competição pela audiência da população também gerou a necessidade de uma atuação constante por parte das associações, partidos e entidades que desejassem conservar a atenção em torno de si e de seus ideais. A nova configuração política do país fez com que a entidade reunisse suas forças para pleitear reformas constitucionais - ou barrar tentativas de mudança das leis -, através da mobilização de tefepistas para atuar como “grupo de pressão”¹⁷⁸ frente à sociedade, legisladores e meios de comunicação. Esta nova estratégia de atuação evidenciou uma mudança de postura frente às transformações ocorridas na sociedade, mudanças estas que geralmente foram consideradas revolucionárias, mas que sua força e influência durante as décadas anteriores não puderam deter.

¹⁷⁸ Consideramos como grupos de pressão as “organizações, entes, institutos que, diante dos próprios interesses inseridos em uma estratégia mais ou menos vasta, intervêm – exercitando a influência que possuem ou pressionando – nas atividades dos partidos, dos homens políticos, no governo, no parlamento, e em outras assembléias e centros de poder político, com o fim de obter uma particular política ou específica ação e iniciativa em próprio favor, ou conseguir influenciar uma decisão importante”. Esta definição é de autoria de J. Maynaud. Apud: PATRÍCIO, Djalma José. **Poder, grupos de pressão e meios de comunicação**. Blumenau: Editora da FURB, 1998. p. 22.

2.3. OS TEMAS QUE MOBILIZARAM A TFP

A TFP, sempre preocupada com a defesa da doutrina cristã e da trilogia tradição, família e propriedade promoveu incessantemente campanhas públicas expondo seu pensamento acerca dos temas mais em voga na sociedade. Assim, tornou-se uma entidade de ação, na qual qualquer “desvio” doutrinário ou filosófico foi atacado, rechaçado e negado, no intuito de preservar o país do perigo comunista e de manter os resquícios da civilização cristã ainda presentes, mas regularmente apunhalados pelo processo revolucionário.

Entre os temas que surgiram com maior relevância nas campanhas da TFP podemos destacar: a contrariedade à reforma agrária (que será analisada no próximo capítulo), a luta contra o divórcio, a negação da legalização do aborto, o combate ao socialismo e ao comunismo, e, a denúncia da infiltração comunista no clero brasileiro, ou esquerdização. Analisaremos brevemente os principais argumentos utilizados pela entidade durante o apostolado público da TFP.

2.3.1. DIVÓRCIO E ABORTO

A TFP também se preocupou em frear o andamento das leis que viessem a “golpear” a família brasileira. Com este intuito, a entidade promoveu grandes campanhas contra a implantação da lei do divórcio (em 1966 e 1975) e para impedir a legalização do aborto (1972).

Em 1966, tramitava na Câmara Federal o projeto do novo Código Civil. Entre seus dispositivos, surgia o projeto de legalização do divórcio no Brasil. A TFP empenhou-se em alertar a população para esta medida que seria prejudicial ao ideal de “família

cristã”. Segundo o argumento da entidade, o matrimônio possui um caráter sacral,

por sua natureza, o matrimônio é um contrato indissolúvel. Elevando-o à dignidade de Sacramento, Nosso Senhor Jesus Cristo conferiu a essa indissolubilidade um fundamento sobrenatural. A civilização católica nasceu e prosperou sobre a base da família cristã indissolúvelmente constituída.¹⁷⁹

Na visão de Plínio, a indissolubilidade do matrimônio foi questionada por elementos esquerdistas como resultado da fermentação neopagã vivida pela sociedade moderna. Esta agitação divorcista, para os tefepistas, só beneficiaria os socialistas, já que estes acreditam e defendem o amor livre, sem freios morais¹⁸⁰. Anos mais tarde foi explicitada a posição de Plínio Corrêa de Oliveira acerca da incompatibilidade entre o socialismo e a família monogâmica, representante fiel da tradição cristã:

do ponto de vista do socialismo, a prostituta serve à coletividade, ela é por assim dizer um patrimônio de todos. A esposa é ao mesmo tempo “proprietária” e “propriedade” do esposo. Ela constitui o bem, não da coletividade, mas tão-só de um indivíduo. E, como tal, deve desaparecer do mundo coletivizado.¹⁸¹

A estratégia utilizada na campanha de 1966 foi a promoção de um abaixo-assinado intitulado *Apelo aos altos Poderes civis e eclesiásticos em prol da família brasileira*. A coleta de assinaturas

¹⁷⁹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 152.

¹⁸⁰ Idem, p. 152.

¹⁸¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. SOLIMEO, Gustavo Antonio. SOLIMEO, Luiz Sérgio. *As CEB's... das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são*. São Paulo: Vera Cruz, 1982. p. 43.

obteve a marca de 1.042.359 participantes, tendo sido feita entre os dias 02 de junho a 22 de julho de 1966. Poucos dias após o início da campanha, o projeto de lei foi retirado da Câmara Federal.

Anos depois o projeto de lei do divórcio voltou a tramitar na Câmara Federal e no Senado. A iniciativa inicial contra a medida partiu de Dom Antonio de Castro Mayer, bispo de Campos e membro da TFP, que publicou uma carta pastoral sobre o tema. A carta *Pelo Casamento Indissolúvel* foi divulgada nas ruas das grandes cidades pelos membros da TFP. Mesmo com o trabalho feito pelos grupos antidivorcistas no país inteiro a emenda constitucional que legalizou o divórcio foi aprovada em 26 de novembro de 1977.

Já a questão do aborto foi discutida em 1972, durante os debates sobre o novo Código Civil. A medida promovida pela TFP foi a apresentação de um memorial ao então Ministro da Justiça, Sr. Alfredo Buzaid. No memorial estava salientado que qualquer aborto, direto ou voluntário, deveria ser considerado como criminoso e que o aborto é causa e efeito da degradação moral e da corrupção dos costumes¹⁸². A TFP estabeleceu a ligação entre a liberalização do aborto e o comunismo, enfatizando, ainda, que as medidas contraceptivas e de controle de natalidade, estão em desacordo com a tradição cristã. O memorial destacou que

o governo, que propõe a combater essas três facetas do processo revolucionário universal (comunismo, terrorismo, subversão), não pode fechar os olhos à degradação dos costumes que se manifesta por sinais como a mentalidade permissiva em relação ao aborto; o uso generalizado de anticoncepcionais; o nudismo e a imoralidade chocante das modas que invadem todos os ambientes...; a pornografia propagada livremente pelos meios de comunicação

¹⁸² SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p.230.

social; o tráfico de tóxicos e entorpecentes. Fechar os olhos a tudo isso, através de uma legislação permissiva, é prestar enorme serviço aos desígnios do comunismo internacional em relação à nossa Pátria.¹⁸³

A legalização do aborto ainda não foi aprovada no Brasil, embora muito se discuta sobre o tema.

2.3.2. COMUNISMO E SOCIALISMO

“o diabo foi tornado político-partidário, munido de capa vermelha, de foice e martelo, ele veio para destruir nossos lares e nossas famílias”.

Astor Antônio Diehl

O comunismo foi negado com a publicação da obra *Revolução e Contra-Revolução*, de 1959, por ser considerado como uma etapa do processo revolucionário. Assim, Plínio e os tefepistas esforçaram-se em “alertar” a população para os reais objetivos do comunismo, bem como na explicação do processo revolucionário do qual o comunismo seria pertencente.

O anticomunismo parte de uma incompatibilidade radical com o campo oposto. No plano interno, Lembra Bonet, o anticomunismo extremo é geralmente do tipo fascista e reacionário, de forma que apóia uma sistemática repressão. Este anticomunismo também considera como norma julgar qualquer oposição de base popular de comunista, deslegitimando, assim, sua mobilização¹⁸⁴. Togliatti define com primor o que significava ser anticomunista

¹⁸³ Idem, p. 230.

¹⁸⁴ BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 35.

significa dividir categoricamente a humanidade em dois campos e considerar... o dos comunistas... como o campo daqueles que já não são homens, por haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana.¹⁸⁵

Na identificação do comunismo foram utilizados os elementos do imaginário anticomunista, já difundidos pela sociedade, de maneira que a simbologia bem / mal foi dominante. O comunismo foi identificado com o diabo, vermes, vírus, doença infecciosa, de maneira que estas imagens estivessem sempre aterrorizando a sociedade para este intenso mal. A ênfase também foi dada aos direitos que o comunismo queria destruir: religião, família, livre iniciativa, pátrio poder e propriedade privada. Como forma de “esvaziar” o discurso comunista da necessidade de justiça social - com a conseqüente luta de classes -, dever-se-ia promover a justiça social antes do início da agitação dos opositores, adiantando-se aos seus argumentos persuasivos.

Em março de 1962, Dom Sigaud publicou uma carta pastoral contra o comunismo, explicitando que a nova estratégia comunista era a utilização da palavra socialismo no lugar de comunismo. Assim, os comunistas conseguiriam uma maior adesão das pessoas propensas a aceitar regimes de esquerda, mas que recebiam a radicalidade do comunismo. Para o Bispo, a palavra socialismo foi utilizada para mascarar e confundir a população, tal feito, segundo o autor, constituiu-se a maior proeza do processo revolucionário. Por fim, Dom Sigaud apontou algumas medidas a serem tomadas:

¹⁸⁵ Apud: BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 34.

1. Legislação de repressão ao comunismo.
2. Ruptura das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia.
3. Proibição (efetiva) do Partido Comunista Brasileiro.
4. Expurgo dos propagandistas e agentes comunistas nos meios militares, estudantis, sindicais, etc.
5. Expurgo nas empresas privadas.
6. Análoda ação nas repartições públicas e organismos paraestatais.
7. Eleição de deputados e senadores anti-comunistas e anti-socialistas.¹⁸⁶

Em 1963, durante o Concílio Vaticano II, Plínio Corrêa de Oliveira lançou o ensaio *A liberdade da Igreja no Estado comunista*¹⁸⁷, no qual descreveu que os católicos devem rejeitar qualquer acordo com os comunistas, argumentando que fazendo isto se incorreria na omissão da defesa de dois Mandamentos da Lei de Deus ligados a propriedade privada: Não roubarás e Não cobiçarás as coisas alheias. O ensaio foi traduzido para outras línguas para que fosse entregue uma cópia do estudo a cada um dos 2.200 Padres Conciliares. Também os 450 jornalistas receberam o ensaio de Plínio¹⁸⁸. Alguns meses depois, em dezembro de 1963, 213 Padres Conciliares entregaram uma Petição à Secretaria de Estado da Santa Sé, solicitando que o Concílio condenasse o marxismo, o socialismo e o comunismo em seus aspectos filosóficos, sociológicos e econômicos, e que premunisse os católicos contra

¹⁸⁶ SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*. Catolicismo, nº 135, março de 1962. Apud: LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP. p. 131/132.

¹⁸⁷ O ensaio foi publicado pela Revista Catolicismo, nº 152, de agosto de 1963. A partir do ano seguinte as edições receberam o título de *Acordo com o regime comunista: para a Igreja, esperança ou autodemolição?*

¹⁸⁸ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Meio século de epopéia anticomunista**. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 137.

a mentalidade de espíritos que preparava para a aceitação destes falsos sistemas¹⁸⁹. Entre os solicitantes, os bispos brasileiros ligados a TFP: Dom Mayer e Dom Sigaud. Estes acontecimentos evidenciam a preocupação dos tefepistas com a direção em que o Concílio se encaminhava. A insistente petição para que as falsas ideologias fossem condenadas acabou não ocorrendo, sendo mais um motivo para a crítica de Plínio ao Concílio Vaticano II.

Anos mais tarde, foi promovida uma nova investida contra o comunismo, que foi iniciada com a publicação de *Baldeação ideológica inadvertida e diálogo o mais recente estratagema comunista para conquistar a opinião mundial*, de Plínio Corrêa de Oliveira. No livro o autor denunciou a alteração do sentido de certas palavras para debilitar a resistência popular ao comunismo, tal processo é descrito como baldeação ideológica inadvertida, ou seja, “consiste em atuar sobre o espírito de outrem, levando-o a mudar de ideologia sem que o perceba”¹⁹⁰. Segundo a crença dos tefepistas, o fracasso comunista não diminuía sua expansão, dada a infiltração de sua propaganda e a degeneração dos costumes em curso. Portanto, a aparente derrota dos adversários, não seria mais do que um recuo tático, no qual as estratégias de doutrinação são revistas e modernizadas.

Em 1989, pouco depois da histórica Queda do Muro de Berlim, foi publicado o manifesto *Comunismo e anticomunismo na orla da última década deste milênio*, no qual o autor, Plínio Corrêa de Oliveira, questiona os responsáveis pela tragédia comunista que destruiu muitas nações e povos.

O manifesto escrito por Plínio Corrêa de Oliveira interpelava todos os responsáveis – diretos e indiretos, do Ocidente e do Oriente – pela monumen-

¹⁸⁹ Idem, p.137/138.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo. O mais recente estratagema comunista para conquistar a opinião mundial*. 5ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1974. p. 42.

tal tragédia, toda ela feita de irreligião, escravidão, fome e miséria, a que foram arrastadas as nações comunistas. E alertava para uma ação camuflada do comunismo, daí em diante.¹⁹¹

Além destas campanhas específicas contra comunismo/ socialismo, a TFP ampliou as discussões das campanhas supracitadas (reforma agrária, divórcio e aborto, esquerdismo católico) apontando a responsabilidade comunista por todos estes acontecimentos. Plínio também acusou o comunismo de ser responsável pela degradação moral vivenciada no século XX e clamou aos católicos para que participassem da luta em favor dos bons costumes, da verdadeira religião e da liberdade, ou seja, uma luta onde o processo revolucionário possa ser enfim destruído.

Mesmo após o falecimento de Plínio, a TFP manteve-se “alerta” para o perigo comunista, bem como para suas inúmeras metamorfoses – ensinamento deixado por Plínio de maneira a interpretar as várias mudanças ocorridas no comunismo, e em outros movimentos revolucionários - para despertar a simpatia da opinião pública e poder prosseguir sua expansão pela sociedade de maneira a disfarçar seu radicalismo. Entre as metamorfoses do comunismo podemos citar o socialismo, a autogestão, o ecologismo tribalista, etc¹⁹².

¹⁹¹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

¹⁹² SÁ, Xico. Plínio Corrêa de Oliveira é eleito presidente perpétuo. Sociedade acredita que comunismo não morreu, está apenas ‘metamorfoseado’ e representa uma ameaça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil.

2.3.3. ESQUERDISMO CATÓLICO

“La Sociedad Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade è nata nella città di San Paolo, in Brasile, nel 1960. La costituì um gruppo di cattolici militanti, preoccupati dall’aggressività del sinistrismo cattolico – e anche del progressismo -, allora nella prima fase di espansione nel paese”.

Plínio Corrêa de Oliveira

Plínio Corrêa de Oliveira sempre enfatizou seu apreço e sua adesão total à ortodoxia cristã. Em seus trabalhos, individuais ou coletivos, sublinhou que sua motivação principal sempre foi a defesa da doutrina tradicional da Santa Igreja Católica Apostólica Romana. Tendo em mente a sua formação, e a forte influência ultramontana e integrista que recebeu, percebemos que seu intenso conflito com o chamado “clero progressista”, ou esquerdistas, deve-se ao fato de que qualquer modernismo deveria ser negado, bem como pela visão de incompatibilidade entre a Igreja e o mundo moderno, enfatizados pelos movimentos supracitados. Unindo estas concepções ao pensamento de processo revolucionário em curso, Plínio afirmou que a esquerdização do clero é mais uma etapa deste processo, cujo fim último é a destruição da Igreja Católica e da civilização cristã.

Com o intuito de informar religiosos e leigos sobre esta questão, Plínio, através da TFP, empreendeu sucessivas campanhas de denúncia e esclarecimento nas quais os “desvios” da doutrina tradicional foram divulgados. Plínio acreditava que a partir da década de 30 começaram a chegar ao Brasil as influências do movimento que surgiu na Europa no primeiro pós-guerra.

Neles, entretanto, achava-se incubado o vírus de uma mentalidade discrepante do que o autor con-

siderava a boa doutrina. E com as lufadas do bem, vieram também os germes do mal¹⁹³.

Esta nova mentalidade progressista seria, para Plínio, determinada pela obsessão de conciliar a Igreja com o mundo neopagão. Esta “fermentação progressista” teria se generalizado especialmente na Ação Católica¹⁹⁴ e no movimento litúrgico¹⁹⁵. Os traços marcantes destes movimentos seriam a defesa do igualitarismo (tendência ao nivelamento antinatural na Igreja e no Estado) e do liberalismo (obsessão por ajustar a Igreja às transforma-

¹⁹³ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Meio século de epopéia anticomunista**. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 421.

¹⁹⁴ A influência da Ação Católica, especialmente a carioca (liderada por Alceu Amoroso Lima), baseava-se no neo-tomismo de Jacques Maritain, muito criticado por Plínio. Em sua obra *Humanismo Integral*, de 1936, propôs uma nova filosofia da história e da sociedade, e ofereceu as bases para uma evolução da AC de forma oposta ao programa de Pio XI. Maritain, na visão de Mattei, quis substituir a Civilização cristã sacral por uma *civitas humana profana*, ou seja, “*um regime temporal ou uma era da civilização cuja forma inspiradora seria cristã e que corresponderia ao clima histórico dos tempos que entramos*”. MARITAIN, Jacques. Apud: MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 115. Em obra da TFP, é lembrado que a partir de 1937 Jacques Maritain começou a exercer influência deletéria em certos setores da Ação Católica. “*Ele preconizava que os católicos aceitassem a “política de mão estendida”, que lhes era então oferecida pelos comunistas.*” SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta: Homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira**. São Paulo: Editora Brasil de Amanhã, 1989. p. 35.

Touchard esclarece que Maritain, em *Humanismo Integral*, expõe que os planos temporal e espiritual são nitidamente distintos, mas que não podem ser separados, “*abstrair do cristianismo, pôr Deus e Cristo de lado quando se trabalha nas coisas do mundo, é, afirma ele [Maritain], uma pessoa cindir-se em duas partes. O cristão agirá portanto como cristão tanto no plano espiritual como no material*”. TOUCHARD, Jean (Dir). *Cristianismo e Democracia*. In: **História das Idéias Políticas**. Vol. 7. 2ª edição. Publicações Europa-América, 1976. p. 146.

¹⁹⁵ O movimento litúrgico, para os tefepistas, conduzia ao solapamento do princípio hierárquico e dos ensinamentos da Igreja sobre o Sacramento da Ordem, identificando e nivelando o Sacerdote celebrante com o simples fiel. Induziam também à subestima dos atos de piedade particular, em nome da oração comunitária. Convidavam a uma atitude reticente em relação à devoção ao Sagrado Coração de Jesus, à comunhão fora da Missa. Disseminavam frieza e reservas face à devoção à Nossa Senhora, aos santos e às imagens. Qualificavam de desatualizadas certas normas de ascese clássica. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta: Homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira**. São Paulo: Editora Brasil de Amanhã, 1989. p. 32 e 33.

ções mais extremadas do mundo neopagão, horror ao esforço, ao sacrifício e à ascese)¹⁹⁶.

Plínio também descreveu o que considerou a pré-história da infiltração comunista no clero na obra *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: Apelo aos Bispos silenciosos*. Conforme suas conclusões, até cerca de 1948 a Igreja postava-se como inimiga declarada do comunismo, sendo um dos organismos que mais lutaram contra seu avanço¹⁹⁷. A situação alterou-se quando a luta contra o comunismo passou a localizar-se no interior da própria instituição,

*isto é, enquanto inimigo que atacava a Igreja abertamente e de fora para dentro, o comunismo continuou a ser rijidamente (sic) repelido. Mas o mesmo já não se pode dizer da reação católica contra uma nova frente de ataque aberta pelo comunismo: era a infiltração discreta na própria Igreja, para atacá-la por dentro.*¹⁹⁸

O fator que originou tal mudança de atitude teria sido a “*politique de la main tendue*” que, segundo o autor, se tratava de uma manobra divisionista em favor de Moscou¹⁹⁹. A “mão estendida” aos comunistas foi angariando adeptos com rapidez e ocasionou um enfraquecimento da ação dos anticomunistas. No Brasil, esta influência teria iniciado através do Centro Dom Vidal, e daí difundiu-se pelas demais organizações católicas. Logo se iniciou um confronto dentro da Ação Católica entre os que apoiavam a mão estendida e os ortodoxos, menos dispostos a diálogos.

¹⁹⁶ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. *Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p. 422 e 423.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: Apelo aos Bispos silenciosos*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1977. p. 38.

¹⁹⁸ Idem, p. 38.

¹⁹⁹ LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 101.

Em 1952 foi fundada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por iniciativa de Dom Hélder Câmara e Dom Jaime de Barros Câmara. Satisfazendo a necessidade de organização dos Bispos, a CNBB assumiu rapidamente o papel de porta-voz da hierarquia eclesiástica²⁰⁰. A questão da justiça social tornou-se central a partir de 1958, com o impulso papal legado ao tema, e com os esforços da CNBB neste intento. Em especial, a CNBB enfatizou a necessidade latente da efetivação de uma Reforma Agrária no país, motivo de muitos conflitos com a TFP.

Embora os temas de conflito entre as entidades fossem diversos (reforma agrária, regime militar, repressão em meios católicos, progressismo, conflito com membros da hierarquia, etc), a mola mestra de todas as questões foi a postura diante do comunismo. Para Plínio Corrêa os “desvios” da hierarquia eram causados pela crença destes em valores comunistas (igualdade, justiça, fim da exploração) ou pela própria adesão ao comunismo, considerado melhor que o capitalismo na visão de alguns religiosos. Plínio sempre ressaltou que é o próprio comunismo, seita filossófico-atéia e materialista²⁰¹ que é incompatível com a religião, portanto, não há como estabelecer um vínculo entre ambos.

As desavenças entre TFP e parte da hierarquia se agravaram durante a ditadura militar, iniciada em 1964. A TFP louvou o golpe militar desde o seu princípio, enquanto que a CNBB esteve dividida entre grupos que apoiaram o golpe e grupos que se opuseram ao mesmo. Para Salem, a maioria da hierarquia manteve a “tradição” de legitimar o regime aderindo à nova ordem instituída à força²⁰². Segundo o padre Joseph Comblim,

²⁰⁰ KORNIS, Mônica. MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984.

²⁰¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo. O mais recente estratagema comunista para conquistar a opinião mundial**. 5ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1974. p. 22/23.

²⁰² SALEN, Helena (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates,

os militares se apresentam como defensores de uma nova sociedade construída a partir dos princípios cristãos que constituem a tradição nacional. Como prova destas intenções, oferecem às instituições eclesiais favores e privilégios, prestígio e apoio. Mas o cristianismo que o sistema de segurança nacional quer promover é, essencialmente, uma cultura: consta de tradições, ritos, costumes, símbolos, palavras, temas e linguagem, gestos sociais como a esmola, a assistência etc. Ora, todos esses elementos, deixados a si próprios e separados de um movimento interior e subjetivo de liberdade, são elementos mortos: são a superfície da Igreja sem alma, são uma máscara sem vida... A ideologia de segurança nacional quer manter e promover a cultura cristã como uma máscara morta. Interessa-lhe esta máscara porque representa um conjunto de símbolos capazes de mobilizar a nação e, ao mesmo tempo, é incapaz de perturbar a estratégia de segurança nacional. Interessa-lhe uma religião estilizada, inerente e puramente simbólica.²⁰³

Logo após o golpe militar se iniciaram as denúncias da TFP aos militares sobre os religiosos considerados “subversivos”. Plínio sempre defendeu a repressão nos meios católicos. Acreditava que com o governo militar, os progressistas seriam derrotados na CNBB. Para acelerar tal processo, encabeçou, juntamente com os tefepistas, ataques a progressistas de destaque, em especial a Dom Hélder Câmara. Sua visão era de que o comunismo escolhera a Igreja como disfarce e que se esta não fazia um auto-exurgo, era o Estado quem deveria fazê-lo²⁰⁴. O impasse resultou, em 1968, numa advertência da CNBB à TFP, declarando-a uma entidade desligada de qualquer reconhecimento da hierarquia, como sociedade católica²⁰⁵.

1981. p. 17.

²⁰³ Apud: ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 51.

²⁰⁴ LIMA, Lizanias de Souza. *Plínio Corrêa de Oliveira – Um cruzado do Século XX*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 146.

²⁰⁵ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II, de*

A TFP continuou promovendo campanhas de rua para colocar a ação da Igreja sob constante suspeita. Também assumiu uma postura de auxiliar do governo militar, “a TFP cooperava numa campanha permanente que levasse o povo a admirar e a colaborar na ação anti-subversiva”²⁰⁶.

Com o anúncio do Concílio Vaticano II, Plínio acreditava numa possível condenação do comunismo, o maior dos males do século e o estágio atual da Revolução. Durante o Concílio (1962-1965) dois grupos principais atuaram para influenciar os Bispos Conciliares. O primeiro, aglutinado pelo Centro Internacional de Informação e Documentação relativa à Igreja Conciliar (IDO-C), buscava manter a ortodoxia, mas aliada ao “*aggiornamento*”²⁰⁷ desejado por João XXIII. O segundo reunia os padres tradicionalistas no Grupo Internacional dos Padres, que recusava o “*aggiornamento*” pela possibilidade de dar ocasião a desvios heterodoxos. Estes conservadores, entre eles Dom Mayer e Dom Sigaud, foram auxiliados pelo Grupo de *Catolicismo* e pela TFP²⁰⁸.

O Concílio terminou sem uma clara condenação ao comunismo, o que desagradou os tefepistas. Plínio, em uma análise sobre os resultados do Concílio, avaliou que os mecanismos revolucionários fizeram com que a minoria organizada impusesse à maioria passiva e desorientada a sua vontade²⁰⁹. Para o autor, o Concílio foi “*uma das maiores calamidades, senão a maior, da história da Igreja*”²¹⁰.

Medellín a Santo Domingo. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 88/89.

206 Idem, p. 145.

207 Segundo Mattei, “*aggiornamento*” seria uma reformulação dos ensinamentos da Igreja através de uma linguagem adaptada aos novos tempos. MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira.** Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 277.

208 ETCHEBEHERE JR, Lincoln. O Concílio Vaticano II: “progressistas” e “tradicionalistas”. Mimeo.

209 MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira.** Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 178.

210 REVISTA CATOLICISMO. Às vésperas do século XXI, análise retrospectiva do século em ocaso. **Revista Catolicismo.** Dezembro de 2000. Disponível em: <http://

Além de não satisfazer suas expectativas em relação ao Concílio, Plínio teve ainda de enfrentar a nova ênfase pontifícia sobre a questão social. A CNBB, como representante oficial da Santa Sé, intensificou suas críticas ao regime, progrediu na luta em defesa dos direitos humanos (contra as atrocidades das torturas²¹¹), e a defesa dos pobres e oprimidos. A TFP acabou por ignorar o Concílio Vaticano II, e seus membros mais proeminentes passaram a criticar as teses defendidas pelos papas João XXIII e Paulo VI²¹².

Os embates entre os tefepistas e membros do clero continuaram. A CNBB cada vez se comprometia mais com a missão social. Em consequência das críticas internas de religiosos contra a TFP, a CNBB nomeou uma comissão especial para investigar as atividades da organização. Conclusão: a TFP não representava a Igreja brasileira, e constituía um entrave ao seu desenvolvimento²¹³. Beozzo narra parte deste conflito,

O Governo contou inclusive com apoios internos dentro da Igreja do Brasil, que foram se debilitando a medida que a repressão se fez mais dura. O caso mais clamoroso dessa conexão interna talvez tenha sido o do grupo de arcebispos e bispos que, em julho de 1968, escreveu ao presidente da República, marechal Costa e Silva, denunciando a onda de pronunciamentos de eclesiásticos e leigos católicos de tendências subversivas e fazendo votos de “íntima cooperação do Poder Espiritual, com o Civil e Militar”. Perdurou ainda nas denúncias de D. Geral-

www.catholicismo.com.br/> Acesso em 26/abril/2001.

²¹¹ Dom Sigaud, o Bispo ligado à TFP, em entrevista na cidade de Roma sublinhou sua adesão às torturas ao excluir que não se pode “arrancar confissões oferecendo bombons”. Para Catão, o bispo parecia ter perdido toda a compostura cívica e religiosa. CATÃO, Francisco. VILELA, Magno. **O Monopólio do Sagrado: uma análise da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. p. 201.

²¹² KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3239.

²¹³ Idem, p. 3240.

do de Prouença Sigaud contra D. Pedro Casaldáliga, acusando-o de comunista e de responsável pelo clima de tensão existente entre a Igreja e o Governo, no momento em que, em 1977, corriam rumores sobre sua eminente expulsão.²¹⁴

Apesar desta nova tentativa dos bispos conservadores, o acusado não foi punido. Até mesmo Paulo VI²¹⁵ defendeu Dom Casaldáliga e promoveu um afastamento dos setores complacentes com o regime militar brasileiro.

Anos mais tarde, devido aos intensos ataques da TFP aos religiosos, a CNBB emitiu uma nota de esclarecimento na qual enfatiza a não comunhão entre a Igreja e a TFP. Segue o texto integral:

TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE

É notória a falta de comunhão da T.F.P. (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) com a Igreja do Brasil, com sua Hierarquia e com o Santo Padre.

O seu caráter esotérico, o fanatismo religioso, o culto prestado à personalidade de seu chefe e genitora, a utilização abusiva do nome de Maria Santíssima, conforme notícias veiculadas, não podem de forma alguma merecer a aprovação da Igreja.

Lamentamos os inconvenientes decorrentes de uma sociedade civil que se manifesta como entidade religiosa católica sem ligação com os legítimos pastores.

Sendo assim, os bispos do Brasil exortam os

²¹⁴ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 210/211.

²¹⁵ A TFP enviou um abaixo-assinado a Paulo VI, em 1968, denunciando a infiltração comunista no clero e solicitando medidas eficazes contra tal situação. O documento representava as TFP's brasileira, Argentina, chilena e uruguaia, e obteve 2.038.112 assinaturas. Não houve resposta da Santa Sé. *SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Meio século de epopéia anticomunista*. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980. p 181 a 184.

católicos a não se inscreverem na T.F.P. e não colaborarem com ela.

*Itaici, 19 de abril de 1985.*²¹⁶

Além de confrontar a hierarquia brasileira, Plínio criticou as próprias orientações papais que, a seu ver, estavam em desacordo com a tradicional doutrina cristã. Para Plínio, a obediência à hierarquia não é incondicional, ela possui limites, já que é preciso obedecer antes a Deus que aos homens. Assim, quando um católico acreditar que as orientações estão divergindo da verdade revelada, são legítimos o desacordo e a desobediência às orientações enganosas dos religiosos, conforme argumenta Mattei,

esta legítima desobediência a uma ordem em si injusta em matéria de fé e moral pode estender-se, em casos particulares, até a resistência mesmo pública à autoridade eclesiástica²¹⁷.

Muitas campanhas seguiram-se às supracitadas²¹⁸. A TFP manteve sua posição de “defensora da ortodoxia cristã” e ainda hoje avalia as decisões e atuações da CNBB. Qualquer “desvio doutrinal” é alvo de novas campanhas e ataques.

²¹⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Tradição, Família, Propriedade. In: **Pronunciamentos da CNBB 84- coletânea – 85**. nº 35. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 35.

²¹⁷ MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do século XX – Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 298.

²¹⁸ Entre as campanhas contra o progressismo católico podemos citar: Campanha contra a Ação Católica de Belo Horizonte, em 1964; Campanha contra a comunização do clero, em 1968; Denúncia de organismos semi-clandestinos - IDO-C e “grupos proféticos”, em 1969; Campanha contra a política de distensão do Vaticano, em 1974; Publicação da obra *A Igreja ante a escalada da ameaça comunista – Apelo aos Bispos silenciosos*, em 1976; Publicação da obra *Tribalismo Indígena; ideal comunio-missionário para o Brasil do século XXI*, em 1977; Publicação da obra *As CEB’s... das quais muito se fala, pouco se conhece. A TFP as descreve como são*, em 1982; entre outras.

2.4. IMAGINÁRIO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO: BASE DA ATUAÇÃO DA TFP

A prática social de uma entidade deve reunir, de modo ordenado, comportamentos individuais voltados para finalidades comuns. Para tanto, pressupõe uma estrutura de designação, de integração significativa, de valores, de um código coletivo e interiorizado²¹⁹, em outros termos, uma rede de sentidos capaz de evidenciar a seus membros os conceitos, identidades, valores básicos que serão os elos comuns a seus participantes. Esta rede de sentidos é o que chamamos imaginário social. Rodeguero esclarece as funções do dispositivo imaginário:

interfere nas práticas dos indivíduos ou instituições; forja sentidos, identidades; define comportamentos; inculca valores; atribui méritos; corrobora ou condena atitudes, dele derivando uma poderosa força de instauração ou de legitimação social. Além disso, o imaginário propõe estereótipos e paradigmas que são apresentados como verdades, definindo-se alguns papéis como naturais e desqualificando-se outros considerados como inconcebíveis.²²⁰

Baczko define o imaginário como uma “*representação global e totalizante da sociedade*”, que designa a identidade de si e dos outros, que estabelece a distribuição de papéis e posições sociais, e que imprime e impõe crenças comuns²²¹. Consideramos que a eficácia da TFP resultou, em grande medida, da utilização / criação de um imaginário contra-revolucionário difundido, e vivido, intensamente pelos seus membros.

²¹⁹ ANSART, Pierre. Os Imaginários Sociais. A eficácia do simbólico. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 21.

²²⁰ RODEGUERO, Carla Simone. O Diabo é Vermelho. Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Editora UPF, 1998. p. 22.

²²¹ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia EINAUDI. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 309.

As épocas de crise são as mais propícias para o acirramento das disputas que apelam ao imaginário. Laplantine considera que os momentos de crise efetuam a dilatação do imaginário ao infinito, e apelam para o que chamamos de sagrado, sendo que três tipos de comportamento se tornam centrais: a espera messiânica ou milenarista, a possessão e a utopia. Todos almejam a salvação e a regeneração do mundo através de seu fim, seguido do advento do Reino²²². Transpondo este estudo para a TFP, que foi fundada em uma época de crise (1960), acreditamos que dois elementos estiveram presentes: a espera messiânica e a utopia. A espera messiânica, segundo Laplantine, seria uma resposta sociológica normal de uma sociedade ameaçada interna ou externamente em seus fundamentos (lembremos do “perigo comunista” e das crises social, política e econômica vigentes). Nestes casos, continua o autor, grandes profetas ou pequenos iluminados transformam o desespero de multidões em esperança. Já a utopia seria a perfeição atingida, mas que para se construir frente a uma sociedade que detesta, toma emprestado desta sociedade todos os seus materiais invertendo-os²²³ (sociedade ideal X sociedade real).

Através dos depoimentos dos egressos da TFP, podemos perceber que seu líder foi tratado como profeta pelos seus discípulos. Plínio era visto por estes como o “*profeta enviado por Deus para combater e vencer o Mal*”²²⁴. Plínio amaria tanto a Igreja que teria feito dela sua própria razão de ser, portanto poderia ser classificado como “catolicismo em pessoa”; seria ele, e por extensão a TFP, quem representaria, nos nossos dias, a verdadeira Igreja. Para os tefepistas, Moisés teria sido um dos maiores profetas, o

²²² LAPLANTINE, François. As três vozes do Imaginário. **Labi-Nime**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0001_a0030/a0028.shtml/> Acesso em 14/agosto/2002.

²²³ Idem.

²²⁴ PEDRIALI, José Antônio. **Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP**. São Paulo: EMW Editora, 1985. p. 86.

homem que teve a nobre missão de libertar os judeus do Egito e conduzi-los à terra prometida. A missão de Plínio poderia ser comparada à de Moisés com segurança. Pedriali nos expôs a conclusão deste pensamento:

se a TFP, esse núcleo de pessoas recrutadas para combater a Revolução, tem a nobre missão de, mais cedo ou mais tarde, instaurar o Reino de Maria, é porque a pessoa que nos dirige possui todas as virtudes e forças espirituais necessárias para que atinjamos nosso objetivo. Dominus Plinius não tem visões, não fala diretamente com Deus, mas tem conceito claro sobre o futuro, e, tal como Moisés, foi incumbido de guiar os eleitos – nós, os católicos autênticos – à terra prometida. A terra que nos foi prometida não se chama Canaã, mas, sim, Reino de Maria. Por isso, não tenha dúvida: Dominus Plinius é profeta!²²⁵.

Além de profeta, Plínio seria também o pai espiritual dos tefepistas, o responsável por terem “*rompido com o pecado e conhecido a Luz*”²²⁶. Ele seria o escravo perfeito de Maria, e teria sido escolhido por Ela para aniquilar a Revolução e implantar o Seu Reino. Fedeli, outro egresso, destacou que foi o próprio Plínio que se declarou profeta (ainda na década de 60), sendo que mais tarde teria ampliado suas qualidades individuais designando-se inerrante, proclamando-se o maior santo de toda a história, fazendo crer que era imortal e prometendo fundar o Reino de Maria “*de tal forma milenarista, que nele haveria ruas de porcelana, e a “angelização” de seus sequazes. Os outros - - os que ele apodava de “fumaça preta”, e os pecadores – seriam animalizados*”²²⁷. Este Reino idealizado, nos recintos da TFP, foi convertido num futuro

²²⁵ Idem, p. 87.

²²⁶ Ibidem, p. 85.

²²⁷ FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. **Montfort - Associação Cultural. Disponível em** <<http://www.montfort.org.br/perguntas/TFP3.html/>> Acesso em 11/agosto/2002.

a ser alcançado: o Reino de Maria (componente utópico mencionado por Laplantine). Pedriali esclareceu a visão que a TFP teria sobre o seu papel neste Reino, bem como o futuro de seu fundador:

Implantado o 'Reino de Maria', Plínio seria levado num carro de fogo, escoltado por legiões de anjos, à Montanha dos Profetas, onde permaneceria até a luta final entre Deus e o anti-Cristo. E nós, seus discípulos – discípulos do Profeta de Maria – ficaríamos encarregados de zelar pela integridade do Reino²²⁸.

Estas considerações nos remetem aos estudos dos mitos políticos efetuado por Girardet, que nos lembra que, geralmente, os mitos encontram impulso no interior de grupos minoritários, ameaçados ou oprimidos, sendo que surgem como um fenômeno de não-identificação com a ordem ou o poder dominante²²⁹. Em sua análise sobre o mito do *Salvador*, o autor nos revelou que a mitologização de um herói se opera em três tempos: o tempo de espera - quando o Salvador é desejado-, o tempo de presença, e o tempo de lembrança, quando a figura do herói é lançada no passado e modificada pelo jogo da memória:

o Vidente, o Chefe profético não aparece mais, então como simples representante, o simples executante da vontade geral. Ele é sua encarnação no sentido mais profundamente religioso do termo: encarna-o na totalidade de suas dimensões sociais: encarna-o também na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e em seu futuro²³⁰.

²²⁸ PEDRIALI, José Antonio. O Estado de São Paulo – 30/06/1985. Apud: OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Guerreiros da Virgem – A réplica da autenticidade: A TFP sem segredos**. São Paulo: Vera Cruz, 1985. p. 237.

²²⁹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 180.

²³⁰ Idem, p. 79/80.

Na TFP, seu salvador também seria o responsável pela implantação do Reino de Maria, uma era sacral e cristã por excelência, semelhante à Idade Média, marcada por um profundo respeito aos “direitos” da Igreja, pela sacralização da vida, pelo espírito de hierarquia e pela diligência em detectar e combater o mal²³¹.

Outro mito presente nos recintos da TFP se refere à *Idade de Ouro*, ou o tempo de antes, que seria a própria imagem de uma ordem, de uma sociedade, de um tipo de civilização. O mito que identifica esta idade de ouro na Idade Média teria ressurgido no entre guerras, pela busca de um tipo de sociedade que recusasse os princípios do individualismo liberal e do estadismo totalitário. Este retorno às fontes medievais de nossa cultura e civilização viria acompanhada de um projeto preciso de restauração política e social: a união do trono e altar. Também faria referência ao sonho rural, onde o contato com a terra protegeria o homem da degradação do tempo²³².

Além dos mitos, o imaginário coletivo trabalha de várias outras maneiras, sendo uma delas a operação por uma série de oposições, que estruturam as forças afetivas que vão agir sobre a vida coletiva, unindo a estas a dimensão intelectual desta vida coletiva²³³. Estas oposições são situadas após o estabelecimento das identidades do eu e do inimigo, sendo que a partir desta definição surgem oposições que legitimam / invalidam, acusam / justificam, incluem / excluem, etc. Dutra, em seu estudo sobre o imaginário político dos anos 30, sublinha que o ego se esforça para introjetar o bom e projetar o mau, buscando mantê-lo afastado de si²³⁴. Percebemos que esta atitude foi uma constante na

²³¹ MATTEI, Roberto de. *O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 344.

²³² GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 100 e 112/113.

²³³ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia EINAUDI*. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 312.

²³⁴ DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário. Imaginário político no Brasil dos*

TFP, como nos demais grupos sociais, já que sua auto-identificação exaltou a luta pelos considerados valores positivos da civilização cristã ocidental, em contraposição aos “revolucionários”, inspirados por Lúcifer, impulsionados pelo mal absoluto para destruir a obra divina. Conforme a autora,

ao projetar o mal (mau), identificam-se nele todas as ameaças de decomposição, do esfacelamento social e defendem-se instituições que garantam a identidade e confirmem segurança contra a decomposição – a pátria, a propriedade, a família, a autoridade, a civilização, o cristianismo, a moral²³⁵.

A projeção do mal beneficia a identificação do bem, ou seja, se o mal, para os tefepistas, é encarnado no comunismo, nas seitas anticristãs, nas religiões concorrentes da católica, no progressismo, na imoralidade, no modernismo, etc, os membros da TFP, contrários a estas doutrinas, só podem ser vistos como representantes dos valores positivos citados por Dutra. Esta concepção nos remete ao estudo de Maffesoli que considera que os pares antitéticos – deus bom e deus mau, criador e destruidor, clareza e sombra, deus e satã – impregnam mitologias e exprimem uma fascinação de dupla face, sendo que é esta “sideração” ambígua que permite ao poder legitimar seu exercício²³⁶. No caso em questão, o imaginário contra-revolucionário da TFP, percebemos que entre os pares antitéticos citados, se destacam os seguintes: ordem / desordem, propriedade / comunismo, desigualdade / igualitarismo, Deus / demônio, elites / massa.

O par antitético ordem e desordem engloba uma infinidade de representações que estimulam e/ou causam aversão e que au-

anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 22.

²³⁵ Idem, p. 23.

²³⁶ MAFFESOLI, Michel. *A violência totalitária. Ensaio de antropologia política*. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 250.

xiliam no posicionamento das pessoas; a ordem projeta-se na civilização, harmonia, hierarquia, segurança, moral, bem, unidade, etc; já a desordem remete à morte, fragmentação, anarquia, doença, indisciplina, barbárie, injustiça, sofrimento, instabilidade, mal, etc. Plínio definiu a ordem como a reta disposição das coisas segundo seu fim próximo e remoto, físico e metafísico, natural e sobrenatural²³⁷, baseado nos escritos de São Tomás de Aquino. A ordem por excelência seria a “*disposição dos homens e das coisas segundo a doutrina da Igreja, Mestra da Revelação e da Lei Natural*”²³⁸, que teria sido efetivada com a cristandade medieval. Para Plínio esta foi a única ordem verdadeira entre os homens, a civilização cristã. Esta ordem viria sendo destruída pela Revolução, que se constituiria na desordem por excelência²³⁹. Percebemos que o trabalho do imaginário efetuou a reunião de representações coletivas que serviram para legitimar a postura defendida por Plínio, e em conseqüência pela TFP, e produziu, como resultado, uma imagem desvalorizada dos adversários, visando a sua deslegitimação.

Telles Jr., em sua análise sobre o tema da desordem, lembra que esta comporta as condutas desregradas, a prática do mal, o sofrimento, a dor, a injustiça, ou seja, os acontecimentos que não nos agradam. A percepção de desordem que o autor propõe, e que consideramos bastante interessante, é de que a desordem não é a ausência de ordem, como versa o senso comum, mas é uma ordem contrária à outra ordem. Todos os seres estão submetidos a uma ordem universal, portanto, seria equivocada a premissa da ausência de ordem. A desordem é o nome dado a uma

²³⁷ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Auto-retrato filosófico. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade**. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001.

²³⁸ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolução e Contra-Revolução. **Revista Catolicismo**. São Paulo, Nº 100, p. 05-61, março, 1959. p. 28.

²³⁹ Idem, p. 28 e 30.

ordem não desejada, não querida ou não procurada, uma ordem que contraria os interesses humanos. É uma ordem que prejudica, decepciona. O homem a chama de desordem porque ela não lhe é conveniente.

O que faz que, a essa ordem, se confira o nome de desordem é o desacordo entre a ordem existente na realidade e a idéia que o homem faz da ordem. É o desacordo entre a realidade e o imaginário.²⁴⁰

Para o autor o que chamamos de desordem compreende dois elementos: o objetivo, quando esta ordem é criada pela vontade humana ou por determinismo físico, e o subjetivo, quando resulta de uma representação ou idéia de ordem; a ordem é um simples acordo entre o sujeito e o objeto; na verdade ordem e desordem são mais nomes que idéias²⁴¹.

O antagonismo imagético existente entre propriedade e comunismo é intenso, especialmente pelos valores ligados à propriedade e pelo rico imaginário anticomunista difundido desde as primeiras décadas do século XX. A propriedade foi considerada legítima pelos direitos natural e positivo durante séculos. Seu questionamento, além de alterar a visão jurídica sobre a posse e o uso da terra, provocou um acirramento do conflito das representações sobre o tema. Martignetti expôs os valores vinculados à propriedade, e que abarcam forte carga emotiva: a) estabilidade (segurança), *“trata-se de um valor claramente entendido num sentido econômico, no âmbito de um sistema social que tem na Propriedade privada uma estrutura essencial; no indivíduo ele se baseia na necessidade psicológica de garantir, com suficiente segurança, a possibilidade de sobreviver”*²⁴²;

²⁴⁰ TELLES Jr., Goffredo. Meditações sobre a desordem. **Labi-Nime**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0049.shtml/> Acesso em 14/agosto/2002.

²⁴¹ Idem.

²⁴² MARTIGNETTI, Giuliano. Propriedade. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI,

b) reciprocidade (justiça), a propriedade é entendida como uma compensação de uma prestação passada ou presente (dinheiro para aquisição, risco enfrentado, esforço feito, ato de benevolência, etc); c) a propriedade também é vista como testemunho e símbolo de sucesso, de um indivíduo ou grupo, na competição social e econômica, ela traduz-se socialmente em prestígio; d) legitimidade, valor intrínseco ao direito de propriedade mas que começa a ser revisto, para Plínio a propriedade é legítima porque deriva da Lei Natural, da vontade de Deus que sabiamente determinou que os homens fossem desiguais em seus acidentes (qualidades) e, decorrente disto, em suas posses²⁴³; e) poder, “*a Propriedade parece identificar-se com uma possível definição de “poder”, entendido como capacidade de controlar e impor a própria vontade*”²⁴⁴.

Contraopondo-se ao poder, estabilidade, reciprocidade, sucesso e legitimidade, surge o comunismo, que, para Plínio é definido como uma seita imperialista, filosófica, atéia, hegeliana e materialista, enfim, uma organização subversiva mundial²⁴⁵. Quando lidamos com o comunismo, devemos ter presente que inúmeras imagens, emoções e valores surgem em nossa mente, de maneira que a propriedade é apenas um elemento deste emaranhado de representações. Acreditamos que todas as imagens vão interferir na defesa ou recusa da proposta de propriedade dos comunistas, ou seja, dificilmente uma pessoa que crê nas

Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 1027.

²⁴³ MAYER, Antonio de Castro. SIGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 64/65.

²⁴⁴ MARTIGNETTI, Giuliano. Propriedade. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 1026.

²⁴⁵ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo. O mais recente estratagema comunista para conquistar a opinião mundial**. 5ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1974. p. 22 e 23.

mensagens difundidas (os comunistas comem criancinhas, abusam sexualmente das meninas, destroem as famílias e acabam com o pátrio poder, etc) defenderá o modelo de propriedade coletiva dos meios de produção proposta pelos seus teóricos. Esta premissa se torna ainda mais presente quando pensamos que a polarização da guerra fria, que nos foi determinada pelos EUA, não *admitiu* “meios termos”, de forma que as identidades foram estabelecidas somente de duas maneiras: mundo livre e capitalista (bem) X mundo opressor comunista (mal). A conexão entre o Eu e os Outros se exprime através de um complexo sistema de alteridades, que funciona em todos os registros, da diferença mínima à alteridade radical, sendo que esta última leva o Outro para além dos limites da humanidade, em uma zona próxima da animalidade (como ocorreu com o anticomunismo) ou do divino²⁴⁶.

O estudo de Rodeghero sobre o anticomunismo católico nos revela que a definição das identidades (comunistas X católicos), foi ancorada especialmente no campo ético-moral (lícito/ilícito, bem/mal, amor/ódio, certo/errado, natural/antinatural, humano/desumano, divino/diabólico, fiel/ateu, etc), visando a desqualificação dos considerados “subversivos” e a naturalização destes esteriótipos. Qualidades animais foram transferidas para os comunistas, como também os relacionaram com o diabólico²⁴⁷. O interesse foi delimitar, identificar qualquer atitude, postura ou idéia considerada má ou prejudicial com o comunismo, legitimando assim uma punição aos membros coniventes. Acreditamos que estas representações desfavoráveis alcançaram extremo êxito, basta apelarmos à memória para percebermos que esta carga imagética chegou também a nós, como princípio ou como insensatez, mas ainda está presente.

²⁴⁶ BOIA, Lucian. *Pour une Histoire del’imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998, p.33.

²⁴⁷ RODEGUERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho. Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Editora UPF, 1998. p. 23 a 27.

A questão do comunismo também nos remete à oposição Deus / Diabo, porque foi especialmente nestes termos que foram baseadas as acusações contra os comunistas. Para os tefepistas, a luta anticomunista foi traduzida na luta entre os filhos da Luz e os cavaleiros do Apocalipse. Deus é o autor da criação, o senhor de tudo, o ente que encarna o bem. Seu oponente é o diabo, que antes servia ao bem, mas, após se corromper, transformou-se no representante do mal. Rodrigues indica que o parâmetro mais remoto entre estes seres seria uma ruptura entre Deus e Lúcifer, uma cisão radical entre o bem e o mal. Para a autora o prefixo di (di-abo) seria o indicativo da divisão, do rompimento de uma unidade em duas partes que passaram a se opor de forma irreduzível²⁴⁸. Já Gustavo Antônio e Luiz Sérgio Solimeo (tefepistas), baseados na tradição cristã, acreditam que o demônio é um anjo, que foi criado por Deus, mas que se revoltou contra o seu criador. Juntamente com outros anjos decaídos, Lúcifer foi expulso do Céu e transformou-se em demônio. Para os autores, Deus quis que os seres racionais (homens e anjos) fossem os agentes de sua própria felicidade ou responsáveis pela sua desgraça, através de sua livre escolha pela colaboração, ou não, com a graça divina²⁴⁹. Como conclusão, sublinham que não devemos ter um medo extremado do demônio, nem exagerar seus poderes, mas manter a distância, evitando superstições e principalmente o pecado, porque este nos torna mais vulneráveis à ação do maligno. Sobretudo devemos ter uma devoção sincera e enlevada para com a Rainha dos Anjos, a Santíssima Virgem²⁵⁰, padroeira da Contra-Revolução.

²⁴⁸ Neste artigo Rodrigues apresenta a obra *Uma História do Diabo*, do francês Robert Muchembled. RODRIGUES, Maria Madalena. Demônio no Tempo. **Informativos UnB**. Disponível em <<http://www.unb.br/informativos/a2002/demo.htm/>> Acesso em 22/agosto/2002.

²⁴⁹ SOLIMEO, Gustavo Antônio. SOLIMEO, Luiz Sérgio. **Anjos e demônios: a luta contra o poder das trevas**. São Paulo: Artpress, 1994. p. 61/62.

²⁵⁰ Idem, p. 235 a 239.

A Igreja Católica já produziu inúmeras representações deste ser maligno, sendo que foi somente a partir do século XII que a sua figura passou a encarnar uma noção teológica e aterrorizante. A crença anterior seria de um demônio um tanto ingênuo. Também seus poderes foram alterados ao longo dos séculos: inicialmente o diabo era exterior ao homem, mas podia ludibriá-lo para chegar aos seus fins maléficos, no entanto, a partir dos séculos XVI e XVII, predominou o espectro do diabo poderoso diante do qual o homem não teria chance²⁵¹. Mas afinal, desacreditar na existência do demônio não pode resultar no descrédito da existência do próprio Deus?

O Vaticano novamente assegurou “um lugar ao sol” para o demônio ao baixar novas normas para o ritual do exorcismo, em 1999. Também aumentou o número de sacerdotes aptos para desempenhar tal função. Nestes novos tempos, o demônio católico foi alterado, despido de sua aparência ameaçadora para tornar-se tão somente a “causa do mal”,

cuja presença evidencia-se desde a crença de que a felicidade se encontra no dinheiro, no poder e na concupiscência carnal, ou relativismo que induz o homem a não atender “à vontade de Deus”. Satã tornou-se assim sutil e requintado, mas ainda individual e poderoso²⁵².

Deus X Diabo, mais do que pares opostos, cada qual é o “fermento” de seu rival, a força de ambos está intrinsecamente relacionada. Quando aumentam os temores ao diabo, aos poderes satânicos, crescem também os apelos à misericórdia divina para tentar ficar imune ao diabólico. De maneira semelhante, quan-

²⁵¹ RODRIGUES, Maria Madalena. Demônio no Tempo. **Informativos UnB**. Disponível em <<http://www.unb.br/informativos/a2002/demo.htm/>> Acesso em 22/agosto/2002.

²⁵² MORAIS, Jomar. Satã vive. **Planeta Jota**. Disponível em: <http://www.planetajota.jor.br/diabo.htm>> Acesso em 22/agosto/2002.

do não acreditamos nos poderes divinos, não nos mobilizaremos diante dos poderes malignos. A existência e a crença no imaginário demoníaco tem alguns pontos potencialmente positivos, dos quais recordaremos apenas dois: primeiro, a crença no demônio sustenta os debates sobre o bem e o mal de maneira sobrenatural, logo não manipulável pelos humanos, sua existência também garante a crença e a recorrência a Deus (o que conforta multidões de fiéis em todo o mundo); em segundo lugar, porque é um elemento aglutinador de nossas culpas, é o bode expiatório de nossa civilização. Por fim recordamos a postura de Plínio sobre a Revolução (impulsionada por Lúcifer para destruir a Igreja e a civilização cristã), que consiste na convicção de que esta é filha do pecado e que não podendo admitir tal procedência, acaba por negar a própria noção de pecado, e com ela a distinção entre bem e mal²⁵³, ou como lembra Baudelaire, “*o mais belo estratagema do Diabo seria o de nos persuadir de que ele não existe*”²⁵⁴.

Os tefepistas defendem a premissa cristã de Criação divina. Baseados nesta crença apóiam a desigualdade social como forma de defender a própria obra divina que, segundo a Igreja, é hierárquica e desigual. Cada reino da criação (mineral, vegetal, animal, humano, angelical) é desigual do outro, e em cada reino existem proporcionadas desigualdades entre seus elementos / entes. No caso específico dos humanos existem duas esferas distintas, mas complementares, conforme salienta Plínio: na primeira esfera todos somos iguais porque derivamos da mesma natureza – animais racionais, compostos de corpo e alma -, também “*porque criaturas de Deus, dotadas de corpo e alma, e remidas por Jesus Cristo*”²⁵⁵;

²⁵³ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolução e Contra-Revolução. **Revista Catolicismo**. São Paulo, Nº 100, p. 05-61, março, 1959. p. 36.

²⁵⁴ BAUDELAIRE, Charles. Apud: MORAIS, Jomar. Satã vive. **Planeta Jota**. Disponível em: <http://www.planetajota.jor.br/diabo.htm> Acesso em 22/agosto/2002.

²⁵⁵ MAYER, Antonio de Castro. SINGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 64.

e na segunda, todos somos naturalmente diferentes pela virtude, inteligência, saúde, capacidade de trabalho, etc, ou seja, pelos acidentes (qualidades). Os filhos de Deus recebem capacidades diferenciadas porque tal estratificação social “*está nos planos da Providência como meio de promover o progresso espiritual e material da humanidade pelo estímulo aos melhores e mais capazes*”²⁵⁶. É da igualdade fundamental (mesma natureza e filhos de Deus) que decorrem os direitos naturais: direito de viver, alimentar-se trabalhar, descansar, reproduzir-se, ter propriedade, saber a verdade, amar o bem, etc²⁵⁷. Suas conclusões, baseadas também em documentos da Igreja, é de que a desigualdade é uma lei da natureza, sendo que entre os homens tal lei também é válida.

Plínio é crítico da sociedade moderna, que rejeitaria os ensinamentos de Deus e rumaria para a degeneração. Seu modelo ideal de sociedade, como já mencionamos, é a Idade Média, portanto, as mudanças ocorridas nestes últimos séculos, mudanças estas que afastaram a sociedade do modelo ideal, são negativamente consideradas. Em *Revolução e Contra-Revolução* o autor esclarece o que considera a vertente impulsionadora destas idéias igualitárias, a paixão desordenada do orgulho. O orgulhoso, para Plínio, odeia o jugo de alguém que pesa sobre ele, por extensão acaba odiando o próprio princípio de autoridade e superioridade, “*o orgulho pode conduzir, assim, ao igualitarismo mais radical e completo*”²⁵⁸.

Estas considerações sobre a decadência da sociedade moderna relacionam-se também com o pensamento de Plínio sobre o papel das elites e das massas no processo histórico, baseado na interpretação da doutrina cristã. Pio XII, em suas Alocuções ao Patriciado e à Nobreza Romana, enfatizou o papel que as eli-

²⁵⁶ Idem, p. 65.

²⁵⁷ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Revolução e Contra-Revolução*. *Revista Catolicismo*. São Paulo, N° 100, p. 05-61, março, 1959. p. 32.

²⁵⁸ Idem, p. 30.

tes têm a desempenhar frente à coletividade, elas devem exercer um papel de guias da sociedade, que não saberia se ordenar sozinha²⁵⁹. Canetti nos revela que as religiões universais históricas, como o catolicismo, têm um sentimento de desconfiança em relação à massa, especialmente pelo seu rápido crescimento, pela possibilidade de apostasia (abandono público de uma religião), pela sua imprevisibilidade e pela supressão das distâncias obrigatórias (hierarquia). No princípio, estas religiões querem alcançar e conquistar a todos, aspiram uma massa universal. Aos poucos surge a necessidade de uma instituição que assegure a sua solidariedade e permanência, mas esta instituição também tenta conter os impulsos da massa, especialmente o de desintegração. Conforme o autor,

O próprio peso das instituições, que passam então a ter uma vida própria, vai aplacando pouco a pouco o ímpeto da finalidade inicial. As igrejas são construídas de maneira a acolherem os fiéis que já existem. Elas somente são ampliadas com reservas e cautelas, e somente quando existe uma verdadeira necessidade de que isso seja feito. Existe uma tendência acentuada para reunir os fiéis em unidades que sejam separadas entre si. Justamente porque agora eles chegaram a ser tantos, a tendência à desintegração é muito grande – um perigo que deve ser enfrentado permanentemente²⁶⁰.

Canetti lembra que em substituição à massa, as religiões universais querem um obediente rebanho que, entre outras coisas, renuncia ao rápido crescimento, conforma-se com a ficção passageira de igualdade entre os fiéis, contenta-se com determinada

²⁵⁹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. p. 87 a 101.

²⁶⁰ CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo, Brasília: Melhoramentos, Editora da UnB, 1983. p. 23.

densidade que é mantida sob limite e com forte direção. No lugar do crescimento, as religiões colocam a repetição, que, segundo o autor, é tão necessária quanto o alimento essencial quando a massa se acostuma com ela. Para manter o rebanho, sua permanência, estas religiões aumentam a distância dos fiéis em relação à sua meta (salvação). Um forte exemplo destas considerações é a procissão. Esta é formada pela massa lenta, que vai crescendo progressivamente, com o ingresso de novos fiéis pelo caminho. Esta massa deve ser vista pelo maior número de pessoas para mostrar que todos caminham em busca de um objetivo comum (veneração conjunta dos fiéis) e, por fim, esta massa é a própria imagem de uma hierarquia²⁶¹; enfim, é uma massa passiva (um rebanho), guiado pelo seu pastor (sacerdote) – massa de fiéis X elite religiosa.

Para Pareto, todas as sociedades apresentam uma classe superior que geralmente detém o poder político e econômico, esta classe é designada elite ou aristocracia²⁶². Como já mencionamos, Plínio, baseado principalmente em Pio XII, confere às elites um papel de destaque na sociedade, sua função é ser guia, participar da direção em qualquer setor condigno da sociedade para aí imprimir suas qualidades relevantes que a tradição lhe proporciona²⁶³. Seu oposto é a massa que, segundo o ensinamento de Pio XII, se constitui de uma multidão amorfa, inerte, que não se move senão por um elemento extrínseco, que espera impulso de fora, um *“joguete nas mãos de quem quer que lhe explore os sentidos e as impressões”*²⁶⁴. O contraponto positivo de massa é povo, este

²⁶¹ Idem, p. 170 a 174.

²⁶² BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 385.

²⁶³ PIO XII, Alocuções ao Patriciado e à Nobreza Romana, 1945. Apud: OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. p. 92/93.

²⁶⁴ PIO XII, Radiomensagem de Natal de 1944. Idem, p. 49/50.

sim vive e se move por vida própria, vive da plenitude da vida dos homens que o compõe, cada um de seus membros é cômico de suas responsabilidades e convicções²⁶⁵. Devemos lembrar que o termo massa recebeu forte carga ideológica, de maneira que visou exprimir valores negativos e relacioná-los principalmente com os governos socialistas e totalitários. Esta valoração também foi absorvida pela Igreja, sendo que suas reflexões sobre o tema referendaram o paradigma vigente.

Plínio delega todas as subversões da massa à irresponsabilidade de elites revolucionárias. Sua idéia é a de que as massas não se movem sozinhas, que precisam de elementos de destaque para pô-las em movimento. Desta forma, qualquer “subversão” à ordem desejada por Plínio foi percebida como obra das elites revolucionárias que, se tivessem guiado a massa em direção oposta, teria produzido resultados positivos.

Um estudo exato da História nos mostra, com efeito, que não foram as massas que fizeram a Revolução. Elas se moveram num sentido revolucionário porque tiveram atrás de si elites revolucionárias. Se tivessem tido atrás de si elites de orientação oposta, provavelmente se teriam movido num sentido contrário. O fator massa, segundo mostra a visão objetiva da História, é secundário; o principal é a formação das elites.²⁶⁶

Lembramos também que, apesar de condenar muitos membros da elite por aderirem conscientemente ou não ao processo revolucionário, Plínio acredita que sem as elites uma sociedade não pode sobreviver, ou seja, “*ao país que se extinguem as elites*”

²⁶⁵ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. p. 49/50.

²⁶⁶ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Revolução e Contra-Revolução**. *Revista Catolicismo*. São Paulo, Nº 100, p. 05-61, março, 1959. p.46.

*sucede, em pouco tempo, exatamente o mesmo que a um corpo do qual se corta a cabeça*²⁶⁷.

Para concluir este breve estudo sobre o imaginário contra-revolucionário da TFP, que preza pela ordem, desigualdade, propriedade, Deus e elites, recordaremos um pouco do estudo de Frangiotti, que auxilia no entendimento da postura da TFP diante da religião e da própria realidade. Frangiotti elaborou um interessante estudo sobre a doutrina da Providência e suas implicações sóciopolíticas, sendo que também discutiu as mudanças da percepção de Deus na História. Estas mudanças na imagem de Deus foram marcadas pelos interesses humanos, Deus foi transformado na garantia de interesses de pessoas ou grupos. O autor acredita que existem certas formas de crer e representar Deus que forneceram suporte à dominação, sendo o exemplo mais perceptível o Deus-providência, que sacraliza todo poder, toda autoridade e torna ilusória a história humana. Este Deus se impõe, deve ser temido e obedecido²⁶⁸. Frangiotti complementa que esta visão induz à crença de que

o cristão vive num mundo maravilhoso, harmonioso. Perfeito. Cada um aprende da Providência como fazer o melhor uso possível de suas riquezas, e os pobres como se contentar com a porção que a Providência lhes reservou. Pobres e ricos aprendem, enfim, como colocar seus tesouros nos céus. Os senhores aprendem como governar seus servos e os servos como ser submissos aos seus senhores²⁶⁹.

Grenet é também muito explícito ao afirmar que existe uma necessidade de desigualdade nos bens, que a existência de pobres

²⁶⁷ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. SOLIMEO, Gustavo Antonio. SOLIMEO, Luiz Sérgio. *As CEB's... das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são*. 6ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1983. p. 17.

²⁶⁸ FRANGIOTTI, Roque. *A Doutrina Tradicional da Providência. Implicações sóciopolíticas*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 08.

²⁶⁹ Idem, 159/ 160.

e ricos é essencial, “*pois que se não houvesse pobres para trabalhar e ricos para pagar, a sociedade se extinguiria na miséria*”²⁷⁰. Este autor lembra ainda que existe, entre todos os homens – monarcas, súditos, servos, senhores, etc -, uma igualdade de felicidade, de privilégios sobrenaturais, de destinação e de fim último. Para Frangiotti, esta doutrina ensina que o homem não deve escapar desta tirania divinamente instituída. Deve sim glorificar os humildes, o que é feito a fim de os recuperar e os manter na submissão. Pregam que a verdadeira felicidade está na humildade, no desprezo do mundo e da riqueza. O autor conclui que esta doutrina manteve os pobres imóveis e os dispôs a serem mais facilmente “presas” de ricos e exploradores. Em um plano mais amplo, esta doutrina se expressa numa aceitação sem questionamento da ordem estabelecida, por considerá-la uma realidade intocável. Este discurso conduz à resignação e mantém a paz social e a hierarquia, legitimando os que detêm o poder político e econômico. Esta doutrina sim, para Frangiotti, merece a acusação de ópio do povo²⁷¹.

* * *

Nesta exposição de características, doutrinas e imaginário da TFP, percebemos que a sua atuação exprimiu um espírito de cruzada, com a utilização de símbolos medievais, e revelou um comportamento guerreiro, de reconquista, pelos seus membros. A disciplina, a piedade intimista e o senso hierárquico da sociedade constituem outras características dos ideais sustentadas pelo círculo de pessoas que gravitaram em torno de Plínio

²⁷⁰ GRENET, P. Apud: FRANGIOTTI, Roque. **A Doutrina Tradicional da Providência. Implicações sóciopolíticas**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 160.

²⁷¹ FRANGIOTTI, Roque. **A Doutrina Tradicional da Providência. Implicações sóciopolíticas**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 163 e 164.

Corrêa de Oliveira²⁷². A inspiração integrista da TFP, bem como sua base doutrinal contra-revolucionária, puderam exprimir com maestria os elementos propostos por Plínio, ou seja, a defesa de uma sociedade aristocrática, monárquica, cristã, baseada em privilégios e na resignação dos subordinados.

A TFP serviu como suporte institucional para fazer “ecoar” o pensamento de seu fundador, seu profeta, que se considerava “o representante da verdadeira Igreja”, ainda não corrompida pelo mundo moderno e revolucionário. Bourdieu lembra que a força do profeta depende da aptidão de seu discurso e de sua prática para mobilizar os interesses religiosos virtualmente heréticos. Este profeta deve efetivar com maestria a dessacralização do sagrado e a sacralização do sacrilégio²⁷³. O “profeta de Higienópolis”, como também era chamado Plínio nos recintos da TFP, estaria utilizando elementos do discurso tradicional da Igreja para defender um ponto de vista próprio, mas divergente do discurso religioso oficial,

o profeta (ou o heresiarca) e sua seita, pela ambição que têm de satisfazer eles mesmos suas próprias necessidades religiosas sem a mediação ou a intercessão da Igreja, estão em condições de constatar a própria existência da Igreja colocando em questão o monopólio dos instrumentos de salvação, estando obrigados a realizar a acumulação inicial do capital religioso pela conquista (e/ou pela reconquista incessante) de uma autoridade sujeita às flutuações e às intermitências da relação conjuntural entre a oferta de serviço religioso e a demanda religiosa de uma categoria particular de leigos²⁷⁴.

Desta forma a TFP refletiu intensamente o ideário de Plínio,

²⁷² SÁNCHEZ, Jesus Hortal. Tradizione Famiglia Proprietà: religioni e politica nei tropici. Disponível em: <<http://www.kelebekler.com/cesnur/txt/TFP-it.htm>> Acesso em 12/setembro/2002.

²⁷³ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 60.

²⁷⁴ Idem, p. 59.

sendo que sua adesão ao movimento católico, e não ao movimento eclesial de base, reafirmou a falta de comunhão de Plínio com as novas diretrizes da Igreja Católica.

A TFP foi o ‘lugar institucional’ do qual Plínio difundiu seu discurso, daí a ênfase que demos a instituição neste trabalho. Com uma base institucional que visou exprimir uma fidelidade a ortodoxia cristã, Plínio pôde incorporar um estatuto de autoridade que não conseguiria falando somente em “seu nome”, ou seja, a base institucional da TFP garantiu maior legitimidade às suas teses, maior eficácia ao seu discurso.

O DISCURSO ANTI AGRRORREFORMISTA DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

“Desde logo convém, entretanto, jogar por terra as fantasias, os tabus, as barreiras psicológicas que enclausuraram a reforma, apresentando-a como personagem deletéria, desagregadora, infestada de subversão material e moral. Estas e outras fantasmagorias de igual calibre são produtos do desespero reacionário, que na impossibilidade de conter a avalanche reformista, remédio heróico para uma situação heróica, estende o véu da mistificação, cuidadosamente tecido pelo tear da mentira, da intriga e desvirtuamento. Da reforma, tiram um perigo, e do perigo, fazem uma ameaça.

Desse modo as forças do conservadorismo extremado conseguem conter o ímpeto das correntes inovadoras, erguendo-lhes diques psicológicos de grande feito”.

Coutinho Cavalcanti

Neste capítulo pretendemos analisar de que forma Plínio Corrêa de Oliveira utilizou-se do discurso religioso – autoritário e unilateral – para transferir a reforma agrária²⁷⁵ do domínio público para o domínio religioso / moral e, com isto, transformar uma lei de benefício coletivo em um pecado coletivo. A tese defendida pelo autor de que a reforma fundiária confiscaria as terras devolutas tal qual um roubo de bens privados - o que seria contrário as leis naturais de Deus -, e ainda pregar que a atitude governamental de estímulo ao agrorreformismo abriria as portas

²⁷⁵ Entendemos por reforma agrária “... a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola”. VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984. p. 07.

do país para um avanço comunista, fez com que a consciência nacional, marcada pelo anticomunismo difundido pelos setores conservadores, fosse colocada em questão.

É em busca de legitimação social que Plínio utiliza-se de dispositivos discursivos²⁷⁶ para desqualificar a reforma agrária e legitimar o direito à propriedade privada como um direito divino e natural. Também, procura criar novas técnicas de combate no domínio do imaginário através da produção de “<<discursos>> nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas”²⁷⁷ que podem legitimar, cada vez mais, sua postura político-social. Procura constituir uma imagem desvalorizada do adversário, procurando invalidar a sua legitimidade ao mesmo tempo em que exalta, através de representações engrandecedoras, o poder que deseja validar. Por fim, utiliza-se do dispositivo da produção de visões futuras (a invasão comunista, o fim da civilização crista, o reino do caos, etc), onde os imaginários sociais operam de maneira ainda mais vigorosa “na produção de angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro”.²⁷⁸

Para que possamos compreender melhor a produção do discurso de Plínio Corrêa de Oliveira devemos considerar que o mesmo foi gerado em um determinado contexto histórico, ou seja, existe uma história dos discursos, e existe um porquê de sua aceitação ou recusa pela sociedade em determinado momento histórico. Costa enfatiza que todo discurso possui historicidade, e que, portanto, devemos tomar também as fontes como construções discursivas. É a historicidade que possibilita o ca-

²⁷⁶ Para Foucault um dispositivo é um conjunto heterogêneo que compreende discursos, instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentarias, leis, medidas institucionais, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, ou seja, “as estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por elas”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. P. 246.

²⁷⁷ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia EINAUDI*. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 311.

²⁷⁸ Idem, p. 313.

ráter vivo do discurso, um caráter de constante transformação, onde os sentidos não devem ser tomados como naturais, mas sim como naturalizados²⁷⁹. A análise do discurso nos auxiliará para um melhor entendimento das facetas da persuasão²⁸⁰ ou da manipulação²⁸¹ preteridas pelo orador, que faz de seu texto um meio de convencimento do público. Entendemos que a análise do discurso procura compreender a língua fazendo sentido, ou seja, trabalha com

a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.²⁸²

Segundo Cardoso e Vainfas, um pressuposto essencial para qualquer análise do discurso é considerar que “*um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente*”²⁸³. Foucault nos revela, em “*A ordem do discurso*”, que além do convencimento, o poder também é almejado em qualquer discurso,

²⁷⁹ COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org). **História no Plural**. Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 197.

²⁸⁰ “Quando um sujeito tenta persuadir outro a abraçar uma certa crença ou a adotar um determinado comportamento, ele indica-lhos explícita e abertamente, formulando de modo igualmente explícito e aberto as razões que favorecem essa crença ou esse comportamento.” STOPPINO, Mario. Manipulação. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1986, pp. 727.

²⁸¹ Nas palavras de Mario Stoppino: “A Manipulação é uma relação em que A determina um certo comportamento de B, sem que, ao mesmo tempo, A solicite abertamente esse comportamento a B, mas antes lhe esconda sua intenção de obtê-lo (ou então a natureza da sua ação para o conseguir), e sem que, por outro lado, B note que o seu comportamento é querido por A (ou então que é provocado pela intervenção de A), mas antes acredite que é ele que o escolhe livremente (ou mediante uma decisão consciente).” Idem, p. 727.

²⁸² ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001. p. 16.

²⁸³ CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **História e Análise de Textos**. In: **Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro, Campus, 1997. p. 377.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder²⁸⁴.

Mas, mesmo sendo esta a intenção de qualquer discurso, devemos perceber que o discurso não possui nenhum poder que não lhe seja transmitido pelos seus ouvintes. Tendo como base a produção textual de Plínio, pretendemos perceber de que forma foram articulados os argumentos de negação de uma reforma fundiária, tendo em vista a utilização de “leis naturais” para sua justificação.

3.1. O DISCURSO ANTI AGRORREFORMISTA DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA²⁸⁵

“Pio XII não tinha contemplação com esses arengadores que se dão ares de ortodoxia a fim de defender, em nome do Cristianismo, tão enormes abusos que se tornaram escandalosos.

Caricaturando o conceito cristão de propriedade privada, preparam o caminho justamente para aqueles que a impugnam. Mais que quaisquer outros, são “inocentes úteis” às tramas revolucionárias do marxismo materialista e ateu; e esta carapuça, que gostam de destinar aos outros, serve-lhes às mil maravilhas. Sua conduta, dizia Pio XII, é inqualificável. (...) Conduta inqualificável, porque falseia o pensamento da Igreja, querendo reduzi-lo a ser apenas um anteparo que resguarde os erros da “ordem estabelecida”. Quer fazer crer que o princípio

²⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

²⁸⁵ Consideramos, neste trabalho, que as obras publicadas por Plínio e pela TFP refletem o discurso difundido por Plínio, portanto, analisaremos as obras individuais e coletivas lançadas pelo autor e pela entidade.

cristão do direito à propriedade privada legítima e sanciona, automaticamente, o atual estado das estruturas econômicas e sociais”.

Paul-Eugène Charbonneau

O tema da reforma agrária foi o que mais gerou obras e campanhas pela TFP²⁸⁶. Desde a sua fundação (1960) a TFP esforçou-se por divulgar a contrariedade às medidas agrorreformistas argumentando que, com isto, se estaria dando o primeiro passo para a implantação do comunismo no Brasil. Todas as medidas de reforma agrária propostas foram consideradas “revolucionárias, esquerdistas e malsãs”²⁸⁷, ou seja, contrárias à propriedade, ao bem comum e ao país.

A partir dos anos 50, e em especial na década posterior, a reforma agrária surgiu no cenário nacional como forma de abrandar as desigualdades sociais, diminuir os conflitos pela terra e alterar a estrutura fundiária - baseada nos latifúndios de exploração e especulação. Nos anos 60 o país se comprometeu a impulsionar a reforma agrária segundo as diretrizes estabelecidas na Conferência de Punta Del Este²⁸⁸ (ditadas pelos EUA), de modo

²⁸⁶ Entre as obras publicadas e divulgadas pela TFP e contrárias ao agrorreformismo podemos citar: *Reforma Agrária: Questão de Consciência*, de 1960; *Declaração de Morro Alto*, de 1964; *Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?*, de 1981; *Agitação social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita*, de 1984; *A propriedade privada e a livre iniciativa no tufão agrorreformista*, de 1985; *No Brasil a Reforma Agrária leva miséria ao campo e à cidade*, de 1986; *Projeto de Constituição angustia o país*, de 1987; *Reforma Agrária: 'terra prometida', favela rural ou 'kolkhozes'?* *Mistério que a TFP desvenda*, de 1987; entre outras.

²⁸⁷ MAYER, Antonio de Castro. SIGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. XIX.

²⁸⁸ As linhas principais da política fundiária da Conferência de Punta Del Este (Uruguai), que aconteceu entre os dias 22 e 31 de janeiro de 1962, foram: “*Impulsionar programas de reforma agrária integral, modificação dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios*”. Fomentadas pelos EUA, governado por Kennedy, este programa gerou vários ensaios de reforma agrária de caráter conservador e em resposta à pressão dos movimentos de massa do campo. VIDEOLAR, **Atlas Histórico Istoé Brasil 500 Anos**: Multimídia da História do Brasil, 2000. 1 CD ROM.

a agilizar o desenvolvimento do capitalismo no campo, evitando o surgimento de novas “Cubas” no continente. A reforma agrária seria feita de cima para baixo, sem a participação popular e sem causar graves lesões ao direito de propriedade, desta forma houve uma despolitização da questão, isolando-a assim de qualquer debate público e surgindo como “ato de bondade” dos governantes.

O golpe de março de 1964 trouxe grandes esperanças para Plínio Corrêa, que sempre apoiou um governo autoritário e hierárquico, mantenedor da ordem e que impedisse a divulgação do “erro / mal” comunista. Além de atender a estas exigências, o governo militar também se encarregou de aprovar o Estatuto da Terra (ET)²⁸⁹ orientando as novas diretrizes agrárias para o país. Embora esta medida tenha sido reprovada pela TFP, logo se mostrou efetivamente mínima, ou seja, esta lei, como muitas das demais criadas posteriormente pelo governo militar, estabelecia novos parâmetros para a agricultura, mas, na prática constituía a manutenção da estrutura agrária (dominada pelos latifúndios) e favorecia a expansão e exploração de zonas de baixa demografia pelos grandes empresários e estrangeiros. Portanto, apesar das inovações legais, a estrutura agrária manteve o seu caráter latifundiário e também as lutas camponesas dentro de limites toleráveis – quando estes movimentos estavam passando dos limites de segurança e prejudicando os grandes proprietários, o governo concedia algum pedaço de terra para “esfriar” o movimento e frear as reivindicações populares por algum tempo.

Mesmo com a constatação de que estas medidas agrorrefor-
mistas não alterariam em grandes proporções a estrutura agrá-

²⁸⁹ Com o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964), foi revogado o Art. 141 da Constituição, permitindo o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública (antes o pagamento deveria ser à vista e em dinheiro). O ET também classificou os imóveis rurais em quatro tipos: minifúndio, latifúndio por exploração e por extensão e empresa rural. VIDEOLAR, *Atlas Histórico Istoé Brasil 500 Anos*: Multimídia da História do Brasil, 2000. 1 CD ROM.

ria, Plínio não abrandou suas mobilizações, mantendo-se sempre como paladino de uma luta em favor da propriedade privada. Utilizando-se da doutrina do direito natural, Plínio agregou à reforma agrária um sentido pecaminoso e ofensivo às leis divinas que contraria, ao mesmo tempo, a natureza das coisas, o direito de propriedade, o direito à ascensão natural pela capacidade particular, a legitimidade da hereditariedade e da desigualdade. Além do mais, é de competência do Estado manter o equilíbrio entre as classes, evitando qualquer tipo de confronto ainda mais quando do

lançamento da “idéia bomba” da Reforma Agrária – [que] se apoiada por uma poderosa publicidade –projeta na vida rural de um país toda espécie de estilhaços: discussões, tensões, reivindicações, contestações. A atmosfera se satura assim de germes da discórdia.²⁹⁰

Estando a desigualdade em conformidade com as leis divinas, nada mais natural do que a disparidade existente e o esforço estatal para manter a harmonia social. Embora natural, há que se enfatizar que existem duas categorias a serem abordadas no que tange à desigualdade, como já mencionamos. Na primeira todos somos iguais “*porque criaturas de Deus, dotadas de corpo e alma, e remidas por Jesus Cristo*”; e na segunda todos somos naturalmente diferentes pela virtude, inteligência, saúde, capacidade de trabalho... Os filhos de Deus recebem capacidades diferenciadas porque tal estratificação social “*está nos planos da Providência como meio de promover o progresso espiritual e material da humanidade pelo estímulo aos melhores e mais capazes.*”²⁹¹

²⁹⁰ Idem, p. 42.

²⁹¹ MAYER, Antonio de Castro. SINGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**, 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 64 e 65.

Enquanto a TFP e os organismos conservadores da Igreja esforçaram-se por negar esta “violação ao sagrado direito de propriedade”, os religiosos progressistas, amparados pela CNBB, tomaram a questão da reforma agrária como bandeira de honra. Esta posição de busca por uma maior justiça social reflete a postura dos papas João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978), que impulsionaram um maior comprometimento social da Igreja. Tal situação gerou muitos conflitos no interior da instituição e foi motivo de inúmeros ataques da TFP e outras entidades conservadoras.

É pela defesa do bem comum que os estudiosos da doutrina social tratam a questão da reforma agrária como desejável e necessária. Os que a criticam, afirma Charbonneau, se apóiam numa “fidelidade aos princípios cristãos” defendendo violentamente o direito de propriedade, tido como sagrado e intocável, afirmativa esta que não condiz com os rumos da doutrina social e com o dever de incentivar a justiça social pelos cristãos. Quando a propriedade torna-se um meio de opressão e exploração, é tempo de rever estas atitudes de contrariedade ao agrorreformismo e questionar se os apelos ao “sagrado direito de propriedade” não são mais do que o “*vergonhoso ponto de apoio de um egoísmo sórdido*”²⁹². Para Oliveira, a propriedade tem uma importante função social, e não pode ser um pretexto para a acumulação inútil de bens, ela deve servir ao bem de todos. Este autor lembra ainda que a omissão da caridade também é um pecado, pois constitui o uso egoísta dos bens²⁹³.

Outra é a percepção dos tefepistas, que acreditam na inviolabilidade e no direito natural da propriedade privada. Sua concepção é de que a intervenção da Igreja no terreno temporal ex-

²⁹² CHARBONNEAU, Paul-Eugène. *Cristianismo, Sociedade e Revolução*. 2ª edição. São Paulo: Editora Herder, 1967. p. 548.

²⁹³ OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. *A doutrina social ao alcance de todos*. São Paulo: LTr, 1991.

trapola sua função primeira, a espiritual, que é de salvar as almas. Apesar das divergentes visões sobre a questão agrária, ambos, eclesiásticos e tefepistas, basearam suas conclusões em documentos da Igreja, ou seja, os documentos religiosos dão suporte a ambas interpretações, o que possibilita um confronto sobre esta questão política com aporte em documentos de fonte mais espiritual do que temporal. A seguir apresentaremos a visão da TFP sobre a necessidade da propriedade privada, bem como a percepção romântica dos períodos medieval e colonial esboçada pelos seus membros.

Como já mencionamos, a sociedade ideal, para Plínio, foi realizada na Idade Média. Neste tempo romantizado três classes – clero, nobreza e povo - conviviam harmoniosamente e viviam em conformidade com a doutrina da Igreja de Cristo, do mais íntimo do seu lar até nas funções públicas. Todas estas classes participariam do governo, na visão de Plínio, mas cada qual ao seu modo e medida. Ao clero cabia a missão espiritual de ensinar, governar e santificar; já aos fiéis cabia o papel de serem ensinados, governados e santificados, conforme a ordenação hierárquica da Igreja. A segunda classe era a nobreza - de caráter essencialmente militar e guerreiro -, que defendia o país das agressões externas; internamente defendia a ordem política e social. O povo estava voltado para o trabalho produtivo, sendo que seus encargos eram mais pesados porque não faziam muito pelo bem comum²⁹⁴. Estas considerações nos remetem também ao estudo de Poulantzas, que afirma que as classes dominantes do campo exploram o mito da “unidade camponesa”, da “solidariedade da terra” e de uma “comunidade de solo”, buscando unir o conjunto do campesinato contra a indústria e as cidades²⁹⁵ - lembremos da mística do bom

²⁹⁴ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. p. 53 a 58.

²⁹⁵ POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

camponês, difundida entre os cristãos e que utiliza a representação do homem do campo como exemplo de família, religiosidade e solidariedade. Jolles também sublinha a representação que une o camponês à família, mencionando o seu isolamento de outros camponeses e da cidade, o que tornaria mais persistente os vínculos mantidos em casa. Este autor também analisa o trabalho de ordenamento da natureza pelo camponês²⁹⁶. Relacionando esta posição com o discurso de Plínio sobre a desordem, o caos, percebemos que uma representação como esta pode incorporar-se positivamente ao imaginário contra-revolucionário dos tefepistas, receosos de qualquer desordenamento, e o camponês, ao ordenar a natureza, transforma o caos natural em um microcosmo, em uma ordem, no qual animais e plantas gravitam.

Esta idealização da Idade Média ressurgiu, como lembra Girardet, no entre guerras, pela busca de um projeto de restauração do trono e altar e a uma idealização da imagem do camponês²⁹⁷. Frangiotti sublinha que a imagem de Deus, durante a Idade Média, baseava-se na representação paternal e providencial do Criador sobre o povo. Este Deus providência revelaria aos homens que todos são seus filhos e, ao mesmo tempo, legitimaria uma sociedade hierarquicamente ordenada e providencialmente distribuída em categorias – tal qual Plínio preconiza. Para o autor,

O laço feudal é aquele onde o camponês está ligado ao proprietário da terra, o senhor aos seus suseranos, e, através de toda uma hierarquia, cada suserano está ligado ao único monarca, imperador ou rei, reconhecido como instituído e consagrado por Deus. Nesta hierarquia, cada um tem seu lu-

p. 297.

²⁹⁶ “O camponês produz, seu trabalho consiste em ordenar a natureza de modo tal que o homem e converta em centro a cujo redor as coisas se agrupam”. JOLLES, André. **Formas Simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 21.

²⁹⁷ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 100 e 112/113.

gar, num sistema fundamentalmente desigual. A sociedade é sustentada pela religião e a religião é sustentada pela sociedade. Desobedecer aos que governam a sociedade é o mesmo que desobedecer a Deus. A sociedade é assim sacralizada, como o é também aquele que nela detém o poder e o exerce na qualidade de ministro de Deus²⁹⁸.

Nosso período colonial também foi romantizado por Plínio, que o considerou como livre de grandes conflitos e baseado nos fundamentos medievais: hierarquia, monarquia, aristocracia e política de privilégios. Suas considerações acerca do período colonial brasileiro relacionam-se, também, com a busca de um “tempo pré-revolucionário”, ainda não afetado pelas doutrinas malélicas à sua civilização cristã idealizada.

Para os tefepistas, o Brasil é considerado um tesouro que recebemos de Deus e dos antepassados, que, com sua labuta e coragem forjaram a estrutura religiosa, social, política e econômica de nossa pátria. Este tesouro seria indissociável da civilização católica dos que aqui aportaram²⁹⁹. A colonização portuguesa teria sido justificada, para muitos historiadores, principalmente pelos seus fins econômicos, sendo que nela o ideal evangelizador teria apenas um lugar secundário. Para Plínio esta premissa não corresponderia com a verdade, e destaca que “*o empenho missionário tinha grande importância, na mente dos reis como de todo o povo português*”³⁰⁰. A pré-condição necessária para os interessados em habitar na colônia – plebeus, burgueses ou nobres -, era a

²⁹⁸ FRANGIOTTI, Roque. *A Doutrina Tradicional da Providência. Implicações sócio-políticas*. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 184.

²⁹⁹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Manifesto: Em defesa da unidade nacional ameaçada pelo MST. S.O.S. Fazendeiro. Disponível em: <<http://www.sos-fazendeiro.org.br/manif.html/>> Acesso em 15/fevereiro/2002.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1993. p. 164.

adesão integral à Fé católica, emenda Plínio. Nosso país teria sido marcado pelo trabalho de grandes figuras como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, que voltaram seus esforços para a catequização dos “*pobres indígenas*”, visando “*livrá-los do extremo primitivismo e da inqualificável barbárie* [antropofagia, infanticídio, suicídio ritual, homossexualismo, escravidão de mulheres, etc] *e decadência em que então jaziam*”³⁰¹. Portanto, foram os portugueses que iniciaram a obra civilizatória em nosso território, sem olvidar da união entre a Igreja e o Estado, que trouxe inúmeros frutos a todos os habitantes da colônia. As bases de nossa unidade territorial e nacional estariam na verdade (civilização cristã e ocidental) e na sabedoria lusa³⁰².

A base econômica brasileira foi ancorada desde cedo no campo, na produção agrícola para a exportação: primeiro com a cana-de-açúcar e mais tarde com o café. Mattei defende que o primeiro tipo aristocrático brasileiro foi formado pelos “senhores de engenho”, os cultivadores de açúcar, cujas plantações e engenhos teriam constituído o início da civilização agrícola brasileira³⁰³. A partir do século XVIII iniciou a outra era agrícola nacional, com a produção de café. Agora os “barões do café” apareciam com destaque na economia e política nacional, fato que se manteve até os anos de 1930.

Para Plínio, foram os proprietários os principais responsáveis pelo progresso econômico e intelectual do Brasil. O autor narrou a saga dos proprietários na obra *Reforma Agrária: Questão de Consciência*, de 1960, nos seguintes termos:

³⁰¹ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Manifesto: Em defesa da unidade nacional ameaçada pelo MST. S.O.S. **Fazendeiro**. Disponível em: <<http://www.sos-fazendeiro.org.br/manif.html/>> Acesso em 15/fevereiro/2002.

³⁰² Idem.

³⁰³ MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1997. p. 26/27.

Senhor de terras adquiridas pelo trabalho árduo e honrado ou por uma legítima sucessão hereditária, não se contentava em tirar delas, preguiçosamente, o estrito necessário para sua subsistência e a dos seus. Pelo contrário, movido por um nobre anseio de crescente bem-estar e ascensão cultural, aspirava ele ao pleno aproveitamento da fonte de riqueza que tinha em mãos³⁰⁴.

Este senhor de terras aliou seu trabalho ao do trabalhador assalariado e desta união resultava o sustento de ambos. As relações entre patrão e empregado, para Plínio, eram de ajuda mútua, compreensão, estima e harmonia. Seria uma relação fraternal, que não se limitaria ao contato econômico / funcional, mas iria muito além. Esta relação traduziria a ordem social desejada por Deus, por refletir a harmônica desigualdade social. Como resultado do trabalho dos proprietários, Plínio lembra que ocorria a ascensão econômica e cultural desta aristocracia rural, que deu origem à elite social do Brasil:

nascida espontaneamente das profundezas da ordem natural das coisas, a propriedade agrícola deu origem entre nós a uma elite social que foi, de início, composta de desbravadores valentes e dinâmicos, a que sucederam gerações de agricultores fixados em suas glebas postos em luta constante com a natureza bravia do sertão³⁰⁵.

Esta elite seria formada pelos proprietários mais citadinos e constantemente renovada pelos seus filhos que, tendo ampliadas as suas oportunidades de estudo e viagens, aumentava sua instrução, cultura e distinção de maneiras. Esta elite proveniente das propriedades agrícolas formaria o quadro de intelectuais,

³⁰⁴ MAYER, Antonio de Castro. SINGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 15.

³⁰⁵ Idem, p. 16.

estadistas, industriais, comerciantes, damas e senhores da sociedade. Assim, conclui Plínio, a lavoura seria também a “*base da prosperidade nacional*”³⁰⁶. Plínio lembra ainda que esta elite também era renovada pelos elementos de destaque que ascendessem das fileiras do salariado para terem acesso à propriedades rurais. Esta situação de possibilidade de ascensão – legítima e em conformidade com a moral cristã -, seria violada pelo socialismo coletivista e igualitário que visaria implantar a reforma agrária³⁰⁷. Uma reforma agrária que respeitasse os direitos adquiridos e a doutrina cristã seria desejável, mas, enfatiza o autor, esta não é a orientação que os debates sobre a questão agrária vão tomando no país. As propostas debatidas estariam rumando para os moldes socialistas e igualitários, portanto, foram deslegitimadas. Na compreensão de Plínio, existem dois tipos de reforma agrária, que não se confundem e não se assemelham, dada a base doutrinária que as orienta. Para o autor,

pode-se falar de uma reforma agrária sadia, que constitua autêntico progresso, em harmonia com nossa tradição cristã. Mas também pode se falar de uma reforma agrária revolucionária, esquerdista e malsã, posta em desacordo com esta tradição. Este último tipo de reforma agrária importa em golpear a fundo ou até eliminar a propriedade privada. Por isto mesmo ele deve ser tido como hostil também à família.³⁰⁸

Seu discurso anti agrorreformista é permeado por argumentos religiosos. O tema mais invocado para desqualificar a reforma agrária é a eventual contrariedade aos Mandamentos de Deus, sobre a questão da propriedade. Para Plínio, qualquer adesão de um católico a uma reforma agrária “socialista e confiscatória”

³⁰⁶ Ibidem, p. 17.

³⁰⁷ Ibidem, p. 18.

³⁰⁸ Ibidem, p. XIX.

contraria violentamente a Lei de Deus, especialmente quanto às regras estabelecidos no 7º e 10º Mandamentos, ou seja, *Não furtarás* e *Não cobiçarás as coisas alheias*. Desta maneira, os cristãos deveriam repudiar o roubo de bens preterido pelo Estado, já que a Lei de Deus, anterior e superior às leis do Estado, restringiria a violação da propriedade individual. Qualquer incurção estatal no assunto traria como conseqüência um pecado coletivo que, segundo Plínio, teria efeito nocivo sobre toda a vida religiosa do país³⁰⁹. Conforme seu pensamento, os católicos não poderiam participar de uma reforma agrária porque tal atitude não seria coerente com os ensinamentos da Igreja, portanto, não seria correto receber terras roubadas de outros³¹⁰. Se os cristãos recebessem estas terras, completa Plínio, não poderiam receber os Sacramentos da Confissão, Eucaristia ou Enfermos antes de restituir os bens recebidos³¹¹.

A compreensão de Plínio, e da TFP, é de que a doutrina social católica defende o sagrado direito de propriedade. As principais teses defendidas nas obras do autor são de que:

1. A propriedade privada constitui elemento necessário da ordem natural criada por Deus. Ela está assegurada no 7º e 10º Mandamento do Decálogo: “Não furtarás” e “Não cobiçarás as coisas alheias”.
2. Tal direito confere ao homem a faculdade de se apoderar legitimamente da coisa não possuída, que é naturalmente do primeiro ocupante.
3. Não é só a ocupação que confere ao homem o direito de propriedade. Também do trabalho decorre esse direito. Dono de si mesmo, o

³⁰⁹ MAYER, Antonio de Castro. SINGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1961. p. 191.

³¹⁰ Idem, p. 196.

³¹¹ SINGAUD, Dom Geraldo de Proença. MAYER, Dom Antônio de Castro. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Declaração do Morro Alto**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1964. p. 10.

- trabalhador é naturalmente dono do que sua inteligência e seus braços produzem, e tem direito a uma compensação proporcionada, em razão do acréscimo de valor que seu trabalho produza quando aplicado ao bem de terceiros. Em qualquer dos casos, o trabalhador faz jus àquela remuneração da qual se torna dono.
4. Esse direito de propriedade não pode ser extinto por ação do Estado, pois ele não é concessão do Estado. Provém tal direito, como acima foi dito, da ordem natural das coisas criada por Deus, a qual é anterior ao Estado, e da qual o próprio Estado deriva.
 5. A desapropriação é legítima quando o bem comum a exige. Por exemplo, a desapropriação de uma faixa de terra necessária para que nela passe uma via pública indispensável para o tráfego. Mas, em tal caso, a desapropriação deve normalmente ser feita mediante o pagamento prévio e integral, pelo poder expropriante, do justo valor do imóvel expropriado. O que se mede habitualmente pelo valor de venda do mesmo.
 6. O direito de propriedade importa no direito de alienar o bem. Isto é, de o doar ou vender. E, como o filho é carne da carne e sangue do sangue de seus pais, é maximamente direito destes doar seus bens a seus filhos. Ou de deixar a estes por sucessão hereditária.³¹²

Os pressupostos para tais teses são de que há legitimidade na diferença de classes nos planos econômico e social, de que existem possibilidades de cada um ter uma existência digna e plenamente humana com as condições que lhe são próprias e, por fim, de que o bem do país passa pela necessidade de que esta desigualdade seja comedida e harmônica³¹³. Na defesa da harmô-

³¹² OLIVEIRA, Plínio Corrêa de & CAMPO, Carlos Patrício del. *A Reforma Agrária socialista e confiscatória. A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufo agrorreformista*. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985. p. 20.

³¹³ MAYER, Antonio de Castro. SIGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio

nica hierarquia social, Plínio se aproxima da doutrina do Corpo Místico de Cristo, onde a utilização da imagem do corpo explicita a fonte do poder, bem como a desigualdade dos órgãos evidencia a importância de cada um dos diversos membros. A mensagem mais ampla é de que existem membros mais e menos nobres, mas que a unidade e harmonia entre todos é que faz o corpo funcionar. Cada um deve aceitar seu papel e desempenhar bem a sua função para o bem comum. Esta resignação é embasada na imagem do Deus-Providência, que assegura a coerência da ordem social na própria escala de desigualdades e fortifica a união dos homens entre si. Para esta doutrina, a verdadeira igualdade e felicidade estão na vida eterna. Assim,

o cristão se convence de que está num “vale de lágrimas” para expirar os seus e os “pecados do mundo”. Qualquer queixa, qualquer lamentação, qualquer impaciência é interpretada como revolta, como novo pecado, como “desobediência” à vontade divina³¹⁴.

Plínio conforta os proprietários e demais pessoas que contrariam a reforma agrária afirmando que estes não estão transgredindo os direitos naturais, ao contrário, os estão defendendo. Por fim, lembra aos leitores que, da mesma forma que é ilícito que uma pessoa subtraia os bens de outra, também é ilícito ao Estado confiscar os bens dos cidadãos³¹⁵. A reforma agrária, conclui, levará o país a uma crise de consciência:

Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 19.

³¹⁴ FRANGIOTTI, Roque. **A Doutrina Tradicional da Providência. Implicações sócio-políticas**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 164.

³¹⁵ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de & CAMPO, Carlos Patrício del. **Sou católico: posso ser contra a reforma agrária? Posso e devo ser contra a Reforma Agrária**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1982. p. 24.

A implantação desta [Reforma Agrária] criará um estado de tensão entre o país, que é católico, e a legislação, que será inspirada por princípios opostos aos da civilização cristã. Daí uma crise religiosa, e sobretudo uma grave questão de consciência.³¹⁶

Em sua defesa da propriedade privada, elabora um esquema lógico, onde os direitos de proprietários e trabalhadores são lembrados, de modo a caracterizar o agrorreformismo como medida radical e desnecessária para o país. Considera que todos têm direito à vida, integridade física, usufruto de condições de existência suficientes, dignas e estáveis. Também é justo que os mais aptos e capazes tenham mais devido às suas capacidades individuais. Desta desigualdade natural entre os homens, decorre o princípio bíblico de que devemos amar ao próximo como a nós mesmos. Quem ama o próximo sofre com a desigualdade que é injusta, portanto, os cristãos praticam a caridade e auxiliam os que pouco tem para sobreviver. Mas se temos o suficiente para viver e recebemos a justa remuneração pelo nosso trabalho, não temos o direito de deplorar o que as demais famílias têm a mais, já que isto incorre nos pecados do orgulho e inveja, além de ferir o mandamento de Deus de não cobiçar as coisas alheias. As desigualdades que não prejudiquem os direitos à digna existência do próximo “*devem ser reconhecidas por legítimas, e até protegidas pela lei*”³¹⁷, já que a hierarquia social é válida. Também é justo que os trabalhadores se transformem em proprietários, mas, abolir a propriedade sem uma justa causa ou indenização mostra que ela está à mercê da lei. O direito de propriedade é da ordem natural das coisas, que é anterior ao Estado, portanto, este não pode dispor dos bens dos proprietários. O correto seria que

³¹⁶ MAYER, Antonio de Castro. SIGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Reforma Agrária: Questão de Consciência**. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 55.

³¹⁷ Idem, p. 103.

o próprio Estado, o maior proprietário, dividisse primeiramente as suas terras, pois existe uma reserva de terras úteis e incultas suscetíveis de serem aproveitadas pelos camponeses antes de pretender desapropriar as terras de particulares. Por fim, lembra que a reforma agrária é desnecessária no Brasil, “*para esse problema inexistente, parece inteiramente natural uma solução falsa: a reforma igualitária da estrutura rural, isto é, a Reforma Agrária*”³¹⁸, e afirma que o regime de terras é bom, mas deve ser melhorado em alguns pontos. Também enfatiza que a partilha de terras não vai melhorar a vida dos trabalhadores, como os agrorreformistas acreditam. Conclui afirmando que

se a “Reforma Agrária” fosse o único meio de preservar da ruína o bem comum, certamente ela se legitimaria com isso (...), como ela não é, não só desnecessária, mas altamente nociva aos interesses nacionais, não deve ser implantada³¹⁹.

Também a livre iniciativa seria violentamente golpeada com a implantação de uma reforma agrária. A liberdade do homem é consequência da condição de ente dotado de corpo e alma, sua liberdade consiste em fazer o bem. Para o autor, a livre iniciativa incide no direito de utilizar em seu favor sua inteligência, sua vontade e sua sensibilidade³²⁰, “*negá-la, mutilá-la, criar-lhe entraves usurpatórios, é tratar o homem parcial ou inteiramente como coisa, como objeto inanimado*”³²¹. Para Faoro, membro da TFP, “*de onde se tira a livre iniciativa e a propriedade privada são inevitá-*

³¹⁸ Ibidem, p. 28.

³¹⁹ Ibidem, p. 151.

³²⁰ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de & CAMPO, Carlos Patrício del. **A Reforma Agrária socialista e confiscatória. A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agrorreformista.** 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985. p. 21.

³²¹ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Projeto de Constituição Angustia o País.** São Paulo: Vera Cruz, 1987. p. 143.

veis o desinteresse, a confusão, a discórdia, a estagnação”³²². Plínio acredita que as posições agro-igualitárias pressupõe que a propriedade privada e a livre iniciativa são opostas ao interesse comum, o que julga ser incorreto pois,

não é possível que a ordem posta por Deus, infinitamente sábio e bom, seja contrária ao interesse social. A realidade é que o favorecimento de interesses privados importa na promoção do bem comum. Pois a coletividade se compõe de indivíduos. E se determinada situação sócio-econômica favorece a todos, ipso facto favorece a coletividade³²³.

Segundo Plínio, a propriedade comporta sim uma função social, mas somente em casos especiais, já que o direito à vida de alguns se sobrepõe ao direito de propriedade dos outros³²⁴. Mas, afora tais casos, o direito natural de propriedade é legítimo e soberano às decisões estatais. Os proprietários cristãos também têm o dever de caridade, portanto, devem se antecipar e auxiliar o próximo por amor, evitando, desta forma, que a justiça tenha de desempenhar o confisco de terras para que os pobres possam garantir sua sobrevivência. É desta forma que os cristãos devem agir, antecipando-se às reivindicações dos agro-socialistas e esvaziando seu discurso de uma maior justiça social, especialmente porque os intensos debates sobre o tema estariam induzindo, quase que despercebidamente, a uma mentalidade esquerdista e socialista na opinião pública nacional, que faria com que as idéias socialistas se infiltrassem e ganhassem força perante a socieda-

³²² FAORO, Atílio Guilherme. *Reforma Agrária: ‘terra prometida’, favela rural ou ‘kolkhozes’? Mistério que a TFP desvenda*. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1987. p. 11.

³²³ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de & CAMPO, Carlos Patrício del. *A Reforma Agrária socialista e confiscatória. A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufo agrorreformista*. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985. p. 24.

³²⁴ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *Projeto de Constituição Angustia o País*. São Paulo: Vera Cruz, 1987.

de, alterando o rumo das discussões e, em conseqüência, das ações³²⁵.

Com o intuito de modificar a mentalidade da opinião pública é que os socialistas investiriam na propaganda, divulgando amplamente seu ponto de vista sobre a questão agrária. Para Plínio algumas das estratégias da propaganda socialista são: silenciar sobre os benefícios da agricultura para o trabalhador rural e para o país; generalizar e realçar as condições infra-humanas de alguns trabalhadores; generalizar os problemas e gerar soluções abstratas para problemas abstratos; utilizar propagandas sensacionalistas e simplistas; afastar as soluções sensatas do conhecimento do público; e empregar palavras “elétricas”, ou seja, palavras que se revestem de uma extraordinária riqueza sugestiva (ex: evolução, social, latifúndio, justiça social, democracia, etc)³²⁶.

Os tefepistas, lideradas por Plínio, elaboraram um programa positivo de política agrária, no qual evidenciaram maneiras de resolver os defeitos do sistema de posse de terras no Brasil sem apelar a uma solução confiscatória, igualitária e socialista. O objetivo deste programa seria resolver a fundo os problemas do campo sem desfigurar a estrutura rural vigente, ou seja, amenizar os problemas dos trabalhadores rurais com vistas a manter a posse de terra nas mãos dos grandes proprietários. Lembramos ainda que este programa não pode ser considerado como uma “reforma agrária sadia”, conforme o termo definido por Plínio na obra *Reforma Agrária: Questão de Consciência*, primeiramente porque as linhas do programa positivo de política agrária não representam uma reforma agrária, conforme a concebemos³²⁷,

³²⁵ MAYER, Antonio de Castro. SIGAUD, Geraldo de Proença. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. *Reforma Agrária: Questão de Consciência*. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962. p. 4.

³²⁶ Idem, p. 46 a 48.

³²⁷ “... a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda agrícola”. VEIGA, José Eli. *O que é Reforma Agrária*. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984. p. 07.

em segundo lugar porque este programa configura-se como um paliativo, e não como uma real solução para os problemas de concentração de terras no campo.

O programa proposto pelos tefepistas foi constituído de treze linhas mestras, que foram expostas *Declaração de Morro Alto*³²⁸. De forma sucinta elucidam as seguintes idéias: 1) Como forma de os agricultores influírem no estabelecimento dos preços de seus produtos, devem utilizar o contrapeso das cooperativas frente aos intermediários, portanto, deve haver um incentivo ao regime federativo de cooperativas³²⁹; 2) Deve ser estabelecida uma política de preços mínimos aos produtores agrícolas; 3) A situação dos trabalhadores pode melhorar com a industrialização ou semi-industrialização dos produtos, feito no próprio campo; 4) É necessária a construção de uma rede nacional de armazéns e silos para estoques reguladores. Desta forma estará sendo garantida uma justa remuneração ao produtor e um abastecimento normal para as populações urbanas; 5) As restrições na obtenção

³²⁸ A obra foi escrita com a colaboração de Carlos Amaral Cintra, Clóvis de Moraes Carvalho, Francisco José Ribeiro, João Baptista de Campos Cintra, João Baptista Cunha, Osvaldo da Rocha Mello, Raul do Amaral Cintra e Sérgio D'Alessandro Ribeiro – agricultores e técnicos de SP e MG, além dos quatro autores.

³²⁹ Algumas vantagens do regime de cooperativas: "A) Elas garantiriam maior estabilidade aos preços pagos ao produtor, reduzindo as grandes variações existentes entre a época do plantio e a da colheita, e atuando favoravelmente, pela sua própria índole, como estímulo moralizador na comercialização de produtos; B) A renda do produtor rural se tornaria menos aleatória, permitindo-lhe fazer previsões e adotar iniciativas colimando esse resultado; C) O produtor poderia expandir muito sua produção, sem o temor de que, uma vez obtidos os produtos, fossem eles vendidos a preços vis; D) O fortalecimento da posição econômica do produtor o habilitaria a recorrer ao sistema bancário privado para obtenção de crédito; E) As cooperativas de produtos poderiam auxiliar grandemente a adoção de novas técnicas pelos lavradores. A prática tem demonstrado sensível melhoria, sob esse aspecto, nas culturas dos cooperados; F) De tudo isso adviria para o consumidor a vantagem da existência do produto em todas as épocas do ano a preço estável; G) A multiplicação de cooperativas ofereceria aos Poderes Públicos uma organização ligada aos produtores em condições de realizar determinadas tarefas, tais como distribuição de sementes, fertilizantes, aquisição de produtos eventualmente armazenados etc." SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. MAYER, Dom Antônio de Castro. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. *Declaração do Morro Alto*. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1964. p. 20.

de crédito (prazos e juros) seriam amenizadas com um sistema cooperativo e com o seguro agrícola; 6) O governo deve resolver o problema da produção de inseticidas e fertilizantes produzindo-os em larga escala. Esta atitude baratearia os preços, tornando estes produtos mais acessíveis; 7) Implementação da mecanização para zonas onde há falta de mão de obra. O alto preço deste artifício ainda restringe a utilização. O Poder Público deve racionalizar a produção de máquinas para garantir seu acesso aos produtores rurais; 8) Falta de um seguro agrícola estruturado, eficaz e generalizado. Uma instituição deste porte só poderia ser satisfatoriamente organizada pelo Poder Público; 9) Os tabelamentos devem atingir todos os níveis da produção, e não somente o produto final. 10) Efetivar um amplo programa de colonização e zoneamento agrícola; 11) Elaborar planos de safras eficazes, que evitem incertezas e descontentamentos dos produtores; 12) Evitar os abusos da iniciativa particular; 13) Estabelecimento de uma política salarial – os baixos salários dos trabalhadores rurais se devem à baixa renda do setor agropecuário. A melhoria salarial deve decorrer, principalmente, do próprio esforço (aptidões e conhecimentos práticos) e, para tanto, deve-se impulsionar a difusão de centros de treinamento, escolas técnico-agrícolas, etc. Também devem ser elaborados planos habitacionais para o campo³³⁰.

Plínio enfatiza que estas sugestões fazem parte de um programa, e não de um projeto de lei. Lembra ainda que tais medidas só poderiam ser aplicadas em leis sucessivas para que produzissem o efeito desejado. Este projeto também dependeria da iniciativa privada, que teria um papel essencial na resolução dos problemas, assim como as cooperativas - em especial na determi-

³³⁰ SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. MAYER, Dom Antônio de Castro. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Declaração do Morro Alto**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1964. p. 19 a 28.

nação de uma política de preços. Os autores lembram que os itens abordados no programa têm sido pleiteados com insistência. Sua incorporação ao programa defendido pela TFP é um clamor para que sejam finalmente reconhecidos. A mensagem evidencia que a solução para o problema agrário estaria a nosso alcance e que não haveria necessidade de uma reforma socialista e confiscatória.

O programa é uma contribuição para que também a hierarquia econômica e social seja conservada, já que é característica das sociedades cristãs a coexistência pacífica entre as classes hierarquizadas. Conforme Plínio, “*a luta de classes, a abolição da família e da hierarquia social é inerente ao comunismo e às formas mais francas e correntes de socialismo*”³³¹. O autor suplica para que se elevem as condições de vida do trabalhador rural. Cabe aos proprietários incentivar os trabalhadores ao desejo de um trabalho bem remunerado e intenso, e pela poupança, que lhes garantirá a futura propriedade. Lembra ainda que sem uma boa formação moral e religiosa isto parece impossível. A saída, como sempre será encontrada na religião católica e nas verdades reveladas por Deus.

Plínio utilizou o princípio da subsidiariedade da doutrina cristã como forma de auxiliar na solução da questão agrária. Sua compreensão de subsidiariedade é baseada na Encíclica *Mater et Magistra*, que considera que

cada pessoa deve ser livre para promover honradamente a si mesma em toda a medida de suas forças, intervindo a família apenas subsidiariamente para fazer pela pessoa o que ela não possa³³².

³³¹ Idem, p. 15.

³³² JOÃO XXIII, Carta Encíclica *Mater et Magistra*. Apud: SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. MAYER, Dom Antônio de Castro. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Declaração do Morro Alto**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1964. p. 13/14.

Conforme a compreensão de Plínio sobre a Encíclica, a saída para o problema agrário está no próprio agricultor, que deve buscar uma melhor condição de vida pela sua vontade, capacidade e inteligência. Desta forma o autor anulou a responsabilidade estatal pela injusta distribuição de riquezas no país, e reafirmou sua posição de apoio as desigualdades naturais entre os homens. Desigualdades estas que definem a própria posição dos homens na sociedade, a partir dos dons e faculdades inerentes a cada indivíduo.

Nas últimas décadas, os tefepistas se ocuparam também do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), criado oficialmente em 1984³³³, especialmente pela atuação da Igreja na orientação e apoio ao movimento³³⁴. O braço da CNBB para a questão agrária é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, que desde cedo orientou a luta camponesa não subordinada ao Estado (sindicatos). As formulações da Igreja acerca da questão da terra, e que orientaram os trabalhos com os camponeses, foram descritas por Martins, e dão conta da diferença entre a “terra de trabalho”, que pertence ao trabalhador, ao camponês, ao parceiro, ao posseiro, que a utilizam para dela extrair o seu sustento e o de sua família; e a “terra de exploração”, que pertence ao

³³³ Foi durante o encontro nacional de trabalhadores, ocorrido em Cascavel/PR, que o MST foi oficializado. Os objetivos gerais, estabelecidos neste encontro foram: a) que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; b) lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; c) ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical pra conquistar a reforma agrária; d) organizar os trabalhadores rurais na base; e) estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; f) dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; g) articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. História do MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Disponível em <<http://www.mst.org.br/>>

³³⁴ O MST surgiu na década de 80 com o apoio da CPT, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária – de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra. **Revista Olho na História**. Nº 3. Disponível em <<http://www.ufba.br/~revista/03camara.html/>> Acesso em 26/fevereiro/2002

latifundiário, que a utiliza como reserva de valor, pastagem, etc, preocupado com o lucro e não com a sobrevivência dos que nela habitam³³⁵. Câmara lembra que

via CPT, o fio que tece a luta pela reforma agrária é mantido. Segmentos da Igreja Católica, inspirados na teologia da libertação, unificam Marx e Cristo: a justiça divina, mediatizada pelo cristianismo, aproxima-se do marxismo que informa as formas de exploração sobre o capitalismo. Esta mística marxista-cristã permite aos religiosos comprometidos com a reforma agrária pronunciarem-se em favor desta e interferirem na organização do movimento camponês, fomentando-o onde parecia extinto³³⁶.

O discurso da TFP sobre o Movimento dos Sem-Terra estruturou-se nas seguintes acusações: a) o MST é baseado no marxismo, portanto, é incompatível com as orientações da Igreja Católica; b) o MST utiliza a bandeira da reforma agrária para implantar o socialismo no país; c) o objetivo deste movimento é a tomada do poder; d) MST age como guerrilha, levando o terror ao campo. No manifesto *Em defesa da unidade nacional ameaçada pelo MST*, publicado em 2000, a TFP alertou:

caso as autoridades não atuarem agora com energia e decisão, o caos instalar-se-á no País, e daí, poder-se-á descambar para uma guerrilha e mesmo para a guerra civil³³⁷.

³³⁵ MARTINS, José de Souza. Apud: CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária – de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra. *Revista Olho na História*. N° 3. Disponível em <<http://www.ufba.br/~revista/03camara.html>> Acesso em 26/fevereiro/2002.

³³⁶ CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária – de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra. *Revista Olho na História*. N° 3. Disponível em <<http://www.ufba.br/~revista/03camara.html>> Acesso em 26/fevereiro/2002.

³³⁷ SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Manifesto: Em defesa da unidade nacional ameaçada pelo MST. S.O.S. **Fazendeiro**. Disponível em: <<http://www.sos-fazendeiro.org.br/manif.html>> Acesso em 15/fevereiro/2002.

O MST teria iniciado sua trajetória nos anos 80 com o patrocínio da ala progressista do clero e com o apoio de políticos de esquerda e da mídia. Teria se beneficiado, também, da complacência das autoridades que queriam ver neles apenas um movimento social, mas logo se mostrou um movimento anti-social: as reintegrações de posse teriam mostraram o caráter ilegal do esbulho possessório praticado pelo MST. Plínio foi um paladino na luta contra o movimento, denunciou o perigo das ocupações organizadas pelo MST e que evoluíram da espoliação para o confronto, mas foi uma voz pouco ouvida. O manifesto conclui que a atuação do MST pouco se difere da guerrilha da Colômbia³³⁸.

Para Lopes, o século XX foi marcado pela luta em prol da reforma agrária, que tem sido o “cavalo de batalhas” da esquerda. Líderes como Emiliano Zapata (México), Salvador Allende (Chile), João Goulart (Brasil) e Fidel Castro (Cuba) teriam utilizado a questão agrária como bandeira e pretexto para a violência. Plínio esforçou-se em denunciar a trama que estava em curso no país para implantar tal reforma entre 1960 e 1995, buscando esclarecer o povo, as autoridades e as cúpulas rurais sobre a questão, mas seu esforço ainda não foi reconhecido. Este reconhecimento chegará, para Lopes, quando o triunfo do Imaculado Coração de Maria acontecer, quando iniciar esta nova era, inspirada na doutrina tradicional cristã³³⁹.

O imaginário tefepista sobre o MST estrutura-se em vários elementos, sendo que todos possuem forte carga contra-revolucionária. O movimento é considerado uma grave ameaça ao país, por patrocinar a desordem social, apelar ao uso da violência e agir à margem da lei e, especialmente, por buscar o estabelecimento de um regime socialista no país. Neste sentido, o MST se-

³³⁸ Idem.

³³⁹ LOPES, Gregório Vivanco. Reforma Agrária no Brasil: Fracasso reconhecido e teimosamente sustentado. *Catolicismo*. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 02/janeiro/2001.

ria o portador do caos social; o germe da desunião dos brasileiros, da violência contra os inocentes, do esbulho de propriedades alheias, do socialismo confiscatório, da luta de classes, da degradação da família, do fim da Igreja e da Civilização Cristã; enfim a encarnação do mal.

3.2. ORIGINALIDADE DISCURSIVA DE PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

Nosso estudo buscou analisar o discurso sobre a questão agrária de Plínio Corrêa de Oliveira, discurso este que foi bastante difundido pela sociedade, em especial, nas grandes cidades brasileiras e entre os grandes ruralistas do país, tendo sistematizado uma argumentação contrária ao agrorreformismo, baseado em uma interpretação da doutrina cristã tradicional. Uma das estratégias de Plínio foi o imbricamento, em uma mesma fala, de diferentes ordens e formas discursivas (política, religiosa, social, etc), ocasionado a ligação dos variados sentidos existentes em cada uma delas. A estrutura de sustentação de seu discurso foi pautada em elementos do discurso religioso, embora a dimensão política não pudesse ser afastada por tratar-se de uma questão política em sua origem: a alteração das leis com vistas a uma distribuição mais eqüitativa de terras.

Acreditamos que a análise de Setzer sobre os discursos político e religioso pode também ser transposta para a TFP pela similaridade das funções dos dispositivos religiosos e simbólicos utilizados. Para esta autora, no discurso religioso o sujeito é dominado por Deus, é um indivíduo submisso ao discurso e que aceita o mesmo em virtude de sua crença; já a argumentação é fundamentada em textos (Sagrada Escritura, textos de santos, escritos pontifícios, obras de doutores da Igreja, etc), sendo que

seu signo é fechado, imutável; conclui estabelecendo o lócus de tal discurso: a Igreja. Este discurso se difere muito do discurso político, no qual o sujeito tem maior autonomia, é responsável pelo discurso e tem o direito de revidar; já a argumentação é baseada em diversas leituras, sendo que o signo é aberto, polisêmico; já o lócus deste discurso é o Estado³⁴⁰. Relacionando estas qualidades atribuídas aos discursos religioso e político podemos perceber algumas vantagens da utilização do primeiro: discurso unilateral, autoritário³⁴¹, fechado, transcendente. Estas atribuições já bastam para sua utilização política, mas, lembramos ainda que a utilização do aparato simbólico religioso propicia mais; Orlandi lembra que nas religiões ocidentais o sujeito-religioso se evidencia pela submissão, se constitui como aquele que é “*falado por Deus*”. O discurso divino se realiza no sujeito pela sua total adesão, ele reflete em si a palavra divina, como um espelho. A ordem do discurso religioso, sendo marcada pela submissão ao Deus onipotente e onisciente, propicia a manipulação³⁴².

Plínio se considera um representante da tradição cristã e fiel defensor da Santa Igreja Católica Apostólica Romana. O autor sempre utilizou elementos do discurso oficial da Igreja (documentos pontifícios, pronunciamentos de membros da hierarquia, estudos de teólogos e Santos, etc) para defender o que acreditava ser correto. Esta atitude demonstra que há uma intensa relação entre os discursos existentes em uma sociedade, ou seja, não

³⁴⁰ SETZER, Rachel. Os homens estão criando um mundo que Deus não quer: contradição e conflito no discurso religioso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Palavra, Fé, Poder**. São Paulo: Fontes, 1987. p. 98.

³⁴¹ Utilizamos a designação do discurso religioso como autoritário seguindo o estudo de Orlandi. As principais características deste discurso seriam que o referente está ausente, oculto pelo dizer; que não existem interlocutores, mas sim um agente exclusivo; que a polissemia é contida; e que é um discurso de poder. ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso religioso. In: **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996. p. 239-262.

³⁴² ORLANDI, Eni Puccinelli. Os falsos da forma. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Palavra, Fé, Poder**. São Paulo: Fontes, 1987. p. 15.

existe independência entre os discursos, mas sim, um imbricamento destes de forma que um novo discurso sempre parte, ou utiliza, elementos pré-existentes. Desta forma, Plínio garantiu maior legitimidade ao seu ponto de vista e a si próprio, ao apresentar-se como representante da doutrina cristã.

O discurso de Plínio estruturou as idéias e ações da TFP, uma entidade que se apresenta como cívico-cultural e de caráter assistencial, mas que, em sua atuação pública ultrapassa as finalidades de seu estatuto. A TFP, ao lutar contra o comunismo, a imoralidade televisiva, o agrorreformismo, o igualitarismo, os movimentos sociais, o maior compromisso da Igreja com os pobres, etc, atua como um grupo de pressão política, moral e religiosa frente a sociedade e o Estado. Suas campanhas utilizaram a mobilização popular para conter medidas consideradas prejudiciais ao país ou à Igreja. Nos últimos anos uma nova estratégia de combate foi implementada: a utilização da mala-direta para pressionar os parlamentares e autoridades civis, militares e eclesiásticas visando barrar eventuais avanços legais que seriam nocivos à trilogia: família, tradição e propriedade.

Após este estudo sobre as idéias anti agrorreformistas de Plínio Corrêa de Oliveira, podemos deduzir que existe um limite para o seu catolicismo, assim como para o seguimento de todas as outras teses ou doutrinas que utiliza. Em seus estudos - sobre teologia, história, sociologia, política e cultura -, não segue radicalmente um autor, mas sim, utiliza o que lhe for conveniente. Isto significa dizer que o pensamento criado por Plínio é original, único. Difere até mesmo das vertentes que lhe auxiliaram na elaboração deste sistema de idéias. Este fato pode ser melhor compreendido se utilizarmos os estudos de Chartier³⁴³ como referência para a análise da história da leitura e das formas de

³⁴³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

apreensão do texto. Este autor mostrou, a partir dos estudos de Rojas e Bourdieu, que a apreensão de um texto não é a mesma pelos seus diferentes leitores. Bourdieu sublinha que um livro muda pelo fato de não mudar enquanto o tempo muda, ou seja, a compreensão que a sociedade tem sobre as questões se transforma progressivamente, daí a compreensão variar juntamente com o texto³⁴⁴. Já Rojas considera a leitura como uma atividade produtora de sentidos singulares, não redutíveis às intenções do autor³⁴⁵. Esta particularidade na apreensão discursiva é chamada por Chartier de invenção criadora no processo de recepção³⁴⁶, esta concepção valoriza o leitor enquanto sujeito ativo no processo de interiorização de mensagens³⁴⁷. Segundo Teves, a apreensão do mundo pelo homem é intencional, o mundo conhecido é instituído seletivamente³⁴⁸, desta forma, a apreensão do discurso pode ser considerada como proposital, ou seja, é determinada pelos desejos, sonhos e interesses do leitor.

Transpondo estas análises para o estudo de Plínio Corrêa, acreditamos que este autor fez de suas leituras, aparatos para a formação e a criação de seu sistema de idéias. Mas, durante este processo, idéias, teses ou doutrinas que não lhe pareciam advindas da ‘verdade revelada’ foram descartadas. Isto significa que a leitura seletiva e a invenção criadora no processo de recepção, unidos, formaram o que hoje conhecemos como o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira, um sistema de idéias ímpar que an-

³⁴⁴ Este pensamento de Bourdieu foi citado em CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 131.

³⁴⁵ Chartier sublinha que geralmente o leitor é pensado como alguém que irá compreender corretamente o sentido original dos textos. Idem, p. 123

³⁴⁶ Ibidem, p. 136.

³⁴⁷ Este trabalho não se propõe a estudar a recepção do discurso de Plínio, já que as dificuldades para tal análise são inúmeras. Pretendemos trabalhar apenas com a constituição de seu discurso.

³⁴⁸ TEVES, Nilda. O Imaginário na configuração da Realidade Social. In: TEVES, Nilda (Coord.). **Imaginário Social e Educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, Faculdade de Educação da UFRJ, 1992. p. 10.

tagoniza com suas vertentes ao mesmo tempo em que preza pela defesa das mesmas.

* * *

Plínio Corrêa de Oliveira foi um cristão polêmico que utilizou o discurso religioso para defender e também para atacar a instituição religiosa. Ainda transportou o discurso religioso para o domínio público com o intuito de defender teses antiprogressistas, especialmente contra a reforma agrária, vista como aparato para a invasão comunista no país. Um elemento central em sua argumentação foi a intransigência contra tudo o que fosse contrário às suas premissas, de forma que as idéias diversas foram paulatinamente desqualificadas como sinais do erro e do mal. Esta postura engloba idéias e atitudes, de maneira que a defesa da ‘verdade’ (o que Plínio acredita ser correto e decorrente da verdade revelada) inclui até mesmo a exclusão do ‘outro’, do diferente, do próprio direito de existir³⁴⁹. Seu radicalismo revela-se em textos, palestras, debates e ações, de forma que sua vivência foi permeada de esforços contra a difusão do “erro” pela sociedade. Também direcionou seus esforços para a criação de uma elite cristã combativa, de maneira que esta elite viesse a corroborar seu pensamento e guiar o povo pelo “caminho da luz”.

Um elemento chave de seu discurso foi o anticomunismo, que permeou toda a sua obra. Plínio absorveu o imaginário anti-comunista difundido pela Igreja e Estado nos anos 20/30 e durante a Guerra Fria. Este fator foi marcante, pois, para Plínio, o comunismo constituiu a etapa contemporânea do processo revolucionário em curso, que surgiu em fins da Idade Média, e que

³⁴⁹ Lima comenta que para Plínio, o “outro” deve ser excluído do direito de existir, e a inteligência é condenável quando não se aproxima das suas posições. LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX**. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. P. 33.

visa destruir a Igreja e a civilização cristã, instaurando o reino do caos. O maniqueísmo difundido nestas épocas de receio ao comunismo justificou a intensa repressão existente na sociedade. Desta forma, tornou-se necessário definir a identidade dos comunistas e contrapor à sua própria, buscando valorizar e enfatizar a eterna luta do bem contra o mal, entre lícito/ilícito, natural/anti-natural, humano/desumano, fiel/ateu, etc. Esta luta foi expressa especialmente por elementos simbólicos de sentido conotativo, para provocar maior impacto e aversão (diabo, satanás, vermelhos, vermes, abutres, monstros, etc). O importante foi delimitar muito bem os campos: a Igreja e a ordem com Deus, e o comunismo com o Diabo. Esta identificação acarretou aos comunistas a adjetivação de qualidades animais, de forma que estes foram considerados animais e inferiores aos homens de bem:

o homem comunista é um animal que caminha ereto (...). Esse animal, porém, é muito mais perigoso que os lobos ou chacais, porque tem uma inteligência para aperfeiçoar a própria crueldade, para usar seus instintos de fera com mais precisão.³⁵⁰

A partir do anticomunismo, Plínio elaborou seu sistema de negação de qualquer espécie de reforma agrária no país. Utilizando elementos do discurso religioso, defendeu intensamente o que considerava o sagrado direito de propriedade privada e, como consequência, deslegitimou e contrariou as lutas por uma maior justiça social no campo.

Plínio, através da TFP, também elaborou uma série de argumentos contrários à reforma e os sistematizou na obra *A Reforma Agrária Socialista e Confiscatória: A propriedade e a livre iniciativa no tufão agrorreformista*, tendo como base obras publicadas sobre

³⁵⁰ LÓPEZ, Salvador. Apud: RODEGUERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho. Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Editora UPF, 1998. p. 30.

o assunto. A sua argumentação pautou-se na premissa de que a produção da agricultura brasileira é satisfatória, o que descartaria a necessidade de uma alteração na estrutura rural, sendo que os defeitos desta estrutura poderiam ser sanados paulatinamente com políticas de colonização e estímulo rural, não necessitando de uma reforma agrária para serem resolvidos. Plínio também explicitou que entre os defeitos verificados, está a situação precária de vida de muitos trabalhadores, que em alguns locais chega a ser desumana e injusta, mas salienta que em determinados lugares esta situação é próspera. O autor conclui que a fragmentação das propriedades em dimensões familiares não é uma solução satisfatória para o campo, já que grandes, médias e pequenas propriedades tem seu papel na agricultura, ou seja, conforme a natureza do solo e da cultura a que se destinam. A pequena propriedade só seria aconselhável em algumas zonas onde há necessidade de partilha e onde o tipo de cultura favoreça esta situação, o que exclui uma partilha homogênea para todo o país. Plínio ainda sublinha que o Estado detém cerca de 4,6 milhões de Km² de terras incultas, portanto, a partilha deve iniciar por estas terras antes da expropriação de proprietários, além disto, a desapropriação proposta pelo governo seria injusta - por indenizar com um valor menor ao que valem as terras, e pela pressão tributária que recai sobre os proprietários. O autor enfatiza ainda que na raiz do problema está a questão de consciência. Como a população é de maioria católica, ela resolverá esta questão pela doutrina cristã, que é incompatível com a desapropriação, pois tal atitude atenta contra os Mandamentos e contra a lei natural.

Além de crer que a situação brasileira não necessitava de uma reforma rural, dado que o sistema possuía apenas alguns defeitos e estes poderiam ser sanados com medidas sucessivas, Plínio atribuía a qualquer espécie de reforma o adjetivo de pecaminosa, buscando sensibilizar os católicos contra as medidas

“socialistas” pleiteadas pelo governo. A argumentação religiosa utilizada pelo autor baseou-se em princípios da tradicional doutrina cristã. Esta doutrina tradicional serviu a um contexto diverso do vivido por Plínio, sendo que a constante evolução doutrinal foi desconsiderada. Esta atitude revela que mesmo os progressos da Igreja não foram aceitos pelo autor, postura esta que deriva de sua formação ultramontana que recusa qualquer espécie de modernismo (político, social, econômico ou religioso).

Visando restaurar uma sociedade hierárquica guiada por elites (nobreza) e ordenada pela Igreja Católica, Plínio esboçou projetos políticos de restauração monárquica e aristocrática para o Brasil. Entre os temas mais proeminentes, surgiu a questão da propriedade de terra (garantia de privilégios e poder). Os intensos e constantes debates sobre o tema da reforma agrária, que marcaram as discussões no país a partir dos anos 50/60, tornaram possível a existência e emergência do discurso de Plínio Corrêa, de forma que este se manteve entre os discursos que permearam o social por um longo tempo, embora seu poder tenha decaído após os anos 80, com a redemocratização política do país. A estrutura de plausibilidade que ocasionou o surgimento e o destaque ao seu discurso resultou do imbricamento dos discursos anticomunista, agrorreformista e repressor, de forma que Plínio sistematizou os elementos pré-existentes criando um discurso singular visando difundir seu ponto de vista (baseado em fatores já assimilados pela sociedade). Pinto é quem enfatiza tal tese ao afirmar que “*o discurso sempre, em cada época, se constitui a partir de outros discursos que adquiriram sentido denotativo na sociedade*”³⁵¹.

³⁵¹ PINTO, Céli Regina Jardim. A noção de discurso. In: **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney. O discurso do Plano Cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa apontamos algumas das mudanças ocorridas com o catolicismo no Brasil no início do século XIX, ou seja, um revigoramento que resultou da implantação do modelo de catolicismo ultramontano que, entre outras mudanças, multiplicou as dioceses e seminários, ampliou as ordens existentes no país, disciplinou o clero, uniformizou o uso do latim, da liturgia e do catecismo tridentino e centralizou o poder religioso no Vaticano. O surgimento deste modelo de catolicismo esteve ligado à reação contra a sociedade burguesa, o capitalismo, o modelo político republicano, enfim, contra o liberalismo e o mundo moderno. A defesa deste revigoramento espiritual da Igreja foi acompanhada por uma atuação social, política e cultural semelhante, ou seja, voltada para a restauração do poder da Igreja também na sociedade: o chamado “catolicismo integral”, ou simplesmente integrismo católico. O jovem militante católico Plínio Corrêa de Oliveira conviveu com este catolicismo, especialmente quando iniciou sua atuação nos meios religiosos (décadas de 20 e 30), e defendeu seus fundamentos durante toda a sua atuação pública em defesa do catolicismo.

As orientações ultramontana e integrista serviram como base para o pensamento de Plínio, como também determinaram a ação da TFP frente à sociedade. Desta maneira, a defesa austera de uma restauração da Igreja pós-conciliar nos moldes tradicionais anteriores, a crítica contumaz à sociedade moderna, o insistente apoio aos governos monárquicos – tidos como modelo político ideal -, o elogio à ordem hierárquica e aristocrática, etc,

evidenciaram que o autor fez do catolicismo sua opção social, política e cultural.

Retomando nosso problema, o discurso de oposição à reforma agrária de Plínio Corrêa de Oliveira, percebemos que sua luta em prol de valores já questionados pela sociedade moderna (casamento indissolúvel, aborto para casos especiais, desarmamento civil, direito inviolável da propriedade privada, adaptação da Igreja aos tempos modernos, pornografia na TV, etc) refletiu as influências recebidas anteriormente, o que demonstra muita coerência por parte do autor entre o que se propôs a defender e o que realmente efetuou pela “restauração” de nossa sociedade. Buscando compreender a fonte deste incansável “espírito guerreiro”, como também visando melhor compreender quem é este locutor, analisamos alguns fragmentos da biografia de Plínio. Este estudo demonstrou que a formação do autor foi marcada por modelos religiosos ancorados em uma militância ativa em defesa dos valores cristãos – modelo jesuíta, ultramontano e integrista. Significativo foi perceber que o discurso produzido pela TFP sobre seu fundador e mestre revela uma vivência pautada por uma extrema coesão entre o contexto, o pensamento e a atuação de Plínio, em particular lembramos que a decisão de lutar em prol da civilização cristã (ameaçada pelo protestantismo, espiritismo, liberalismo, comunismo, etc), em prol da contra-revolução, visando estabelecer a ordem de coisas católica, já teria sido esboçada em sua juventude e, por consequência, teria orientado toda a sua atuação posterior. Este ‘homem que fala’ revelou suas pretensões muitos anos depois, já nos recintos da TFP. Apoderou-se de títulos e adjetivos extremamente significativos em nível simbólico (profeta, santo, inerrante, imortal, perfeito escravo da Virgem, encarnação do Imaculado e Sapiencial Coração de Maria, etc³⁵²), que foram utilizados com maestria na obtenção de prestí-

³⁵² FEDELI, Orlando. Espaço do Leitor. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível

gio, sequazes e privilégios. Sua autoqualificação possibilitou inúmeros benefícios, especialmente legitimidade, autoridade para seu discurso. Postar-se como legítimo representante do discurso religioso, da ‘verdade’ revelada trouxe-lhe uma hoste de admiradores no país e no mundo, o que lhe garantiu um ‘lugar ao sol’ no campo discursivo contemporâneo.

Este espaço no campo discursivo também se tornou possível pela íntima relação entre as bandeiras de luta do autor e os anseios de inúmeros brasileiros, desta forma, com a familiaridade simbólica entre ambos os elementos, houve a legitimação deste discurso. Plínio decidiu empreender uma “cruzada”, para tanto, esboçou vários alicerces para sua luta: a defesa da contra-revolução, a restauração de uma Idade Média idealizada, a restauração da própria Igreja nos moldes tradicionais, a valorização de um modelo moral anterior, a luta em prol da manutenção da política de privilégios, a ênfase na necessidade da devoção mariana e a difusão dos segredos de Fátima. Estes foram os alicerces que o mobilizaram durante sua militância, alicerces estes considerados como advindos da vontade divina, portanto, não passíveis de erro ou crítica.

Neste íterim, a TFP surgiu como aporte institucional para o discurso de Plínio. A reunião da “família de almas” que comungava dos mesmos ideais que seu fundador serviu como centro irradiador de seu pensamento, como também exerceu as funções de mobilização, propaganda, doutrinação, arrecadação de fundos e, especialmente, venerador do seu profeta / mestre / santo e de sua “imaculada genitora”. A falta de comunhão entre a TFP e a Igreja Católica não diminuiu a força persuasiva deste discurso, baseado em uma pretensa ortodoxia, especialmente se

em <<http://www.montfort.org.br/perguntas/index-igreja.html/>> Acesso em 11/ agosto/2002.; PEDRIALI, José Antônio. *Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editora, 1985. p. 86.

retomarmos as mudanças ocorridas no campo católico contemporâneo, em especial, a intensa “volta às origens” efetivada por vários segmentos religiosos, a busca pela religião “pura”, ainda livre das influências maléficas da sociedade moderna demonstra que este movimento não foi ímpar, que a TFP, a seu modo, também fez parte desta busca pelas origens espirituais. Embora inúmeros movimentos eclesiais de base optassem pela busca da religião primitiva, tal qual a TFP, não houve uma comunhão entre ambos. A TFP surgiu como movimento religioso de defesa do catolicismo externo à Igreja oficial, e assim se mantém até nossos dias (embora elementos dissidentes tenham retornado ao seio da Igreja de Cristo). Assim, como elemento externo à hierarquia, a TFP pode exprimir seu repúdio a inúmeras decisões e orientações oficiais sem sofrer uma interferência direta, também pode cultuar seu fundador, considerá-lo profeta, etc, sem que uma contestação formal pudesse ter sido esboçada. Lembramos ainda que a TFP manteve inúmeras destas práticas intra muros, sendo que o que foi publicizado nem sempre refletiu o que realmente ocorreu internamente, esta parcialidade na exposição da entidade lhe legou inúmeras acusações de seita, sociedade secreta e gueto católico.

Neste trabalho partimos de uma revisão bibliográfica de Plínio, desta forma, analisamos a parte pública da entidade, sem, contudo, deixar de considerar algumas práticas delatadas pelos egressos da entidade. Acreditamos que ao longo do trabalho conseguimos evidenciar as condições de existência, produção e emergência do discurso de Plínio, ou seja, sua capacidade de poder, um poder derivado da adesão, de uma “comunidade de sentido”, que lhe garantiu legitimidade. Seus argumentos contrários a uma reforma fundiária reuniram com maestria os temas que permearam o campo discursivo, de maneira que a sistematização elaborada por Plínio soube atender a inúmeros extratos sociais

conservadores, embora a linha mestra do autor tenha se pautado em argumentos religiosos (direito natural da propriedade privada, contrariedade aos mandamentos de Deus, questão de consciência). O principal benefício da utilização de uma argumentação religiosa é a constatação de que, sendo o discurso religioso autoritário e unilateral, não há como existir um questionamento sobre o mesmo. Deus, em sua sabedoria infinita nos deixou seus ensinamentos pela verdade revelada e, portanto, eles são imutáveis. Como a polissemia está contida, só existe um sentido possível, o sentido já interpretado que é difundido posteriormente.

Por fim, lembramos que Plínio possui uma maneira impar de perceber o outro, o diferente, sua visão é de que somente seu discurso representa ‘a verdade’, ou seja, é o único discurso legítimo. Desta maneira, qualquer divergência de idéias é considerada como equivocada – a sua palavra representa ‘a verdade’ e qualquer outra tese é descartada como derivada do erro, do mal. Esta percepção se aplica a qualquer análise, surgindo como consequência a impossibilidade da aceitação do pluralismo ideológico como normal. Como lembra Lima, esta premissa ocasionou uma constante vigilância, suspeição e repressão contra a livre manifestação de idéias. Por fim, lembramos que nossa postura é diversa da de Plínio, mas, consideramos que o autor e a TFP são dignos de admiração: seu caráter de cruzada é pouco comum em nossos dias, como também é incomum a defesa de valores tradicionais em uma sociedade sedenta por modernismos.

FONTES

BEMELMANS, Benoît. GUIMARÃES, Gonçalo. VASCONCELOS, Renato. Porto Alegre – Davos: cidades símbolo de manobra anti-civilização cristã. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LI, nº 603, p. 16-29, março de 2001.

C.A. Brasil na Contramão da História. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LII, nº 620, p. 17-19, agosto de 2002.

FAORO, Atílio Guilherme. **Reforma Agrária: ‘terra prometida’, favela rural ou ‘kolkhozes’? Mistério que a TFP desvenda**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1987.

FRANCISQUINI, Padre Davi. Cruzada contra a imoralidade: alavanca para levantar o mundo. **Catolicismo**. São Paulo, nº 616, pp 24-33, abril/2002.

LOPES, Gregório Vivanco. Reforma Agrária: variações em torno do combate à propriedade privada. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LI, nº 606, pp 20-28, junho/2001.

_____. A denúncia-surpresa contra o MST, apresentada pela mídia. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LII, Nº 618, p. 24-33, junho/2002.

LOPES, Gregório Vivanco. URETA, José Antônio. **A pretexto do combate à globalização: Renasce a luta de classes. Fórum Social Mundial de Porto Alegre, berço de uma neo-revolução anárquica**. São Paulo: Ed. Cruz de Cristo Ltda, 2002.

MACHADO, Antônio Augusto Borelli. **As aparições e a mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia**. 43ª edição. São Paulo: Artpress, 1996.

MAYER, Antonio de Castro. SINGAUD, Geraldo de Proença.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de.

Reforma Agrária: Questão de Consciência. 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1962.

O AMANHÃ DE NOSSOS FILHOS. **TV uma “escola”, mas de quê? Os efeitos da TV no aproveitamento escolar**. São Paulo: Artpress, 1993.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Revolução e Contra-Revolução. Revista Catolicismo.** São Paulo, Nº 100, p. 05-61, março, 1959.

_____ **Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo. O mais recente estratagema comunista para conquistar a opinião mundial.** 5ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1974.

_____ **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista: Apelo aos Bispos silenciosos.** 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1977.

_____ **Tribalismo Indígena, Ideal comuno-missionário para o Brasil do século XXI.** 6ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1979.

_____ **Guerreiros da Virgem – A réplica da autenticidade: A TFP sem segredos.** São Paulo: Vera Cruz, 1985.

_____ **Projeto de Constituição Angustia o País.** São Paulo: Vera Cruz, 1987.

_____ **Nobreza e Elites Tradicionais Análogas nas Alocuções de Pio XII ao Patriciado e à Nobreza Romana.** Porto: Livraria Civilização Editora, 1993.

_____ **O arcebispo vermelho abre as portas da América Latina e do mundo para o comunismo.** In: CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Hélder: perseguições e censura.** Recife: Guararapes, 1983. p. 129-132.

_____ **A luta pela pureza. Catolicismo.** São Paulo, Ed. Padre Belchior de Pontes LTDA, nº 616, pp 02, abril/2002.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de & CAMPO, Carlos Patrício del. **Sou católico: posso ser contra a reforma agrária? Posso e devo ser contra a Reforma Agrária.** 4ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1982.

_____ **A Reforma Agrária socialista e confiscatória. A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agrorreformista.** 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. SOLIMEO, Gustavo Antonio. SOLIMEO, Luiz Sérgio. **As CEB's... das quais muito se fala, pouco se conhece – A TFP as descreve como são.** 6ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1983.

PENHA, Guilherme da. Fórum Mundial de Educação. A moderação e o radicalismo da esquerda de braços dados. **Catolicismo.** São Paulo, Ano LI, nº 612, p. 10-11, dezembro de 2001.

_____ **A pretexto do combate à globalização renasce a luta de classes.** Fórum Social Mundial de Porto Alegre, berço de uma neo-

revolução anárquica. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LII, nº 614, p. 10-19, fevereiro de 2002.

SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. A carta de Dom Sigaud ao Bispo de Münster. In: CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Hélder: perseguições e censura**. Recife: Guararapes, 1983. p. 61-65.

SIGAUD, Dom Geraldo de Proença et al. A carta ao presidente do Brasil. In: CIRANO, Marcos. **Os caminhos de Dom Hélder: perseguições e censura**. Recife: Guararapes, 1983. p. 53-54.

SIGAUD, Dom Geraldo de Proença. MAYER, Dom Antônio de Castro. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. FREITAS, Luiz Mendonça de. **Declaração do Morro Alto**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1964.

SILVA, Wilson Gabriel da. “Socialismo autogestionário em vista do comunismo: barreira ou cabeça de ponte?” – Uma das maiores campanhas das TFPs – Dezembro de 1981. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LI, Nº 612, pp. 20-27, dezembro/2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **A Propriedade Privada é um roubo?** Coleção Diálogos Sociais. Vol I. 3ª edição. São Paulo: Vera Cruz, 1972.

_____. **Meio século de epopéia anticomunista**. 3ª edição. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1980.

_____. **Um homem, uma obra, uma gesta: Homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira**. São Paulo: Editora Brasil de Amanhã, 1989.

SOLIMEO, Gustavo Antônio. SOLIMEO, Luiz Sérgio. **Anjos e demônios: a luta contra o poder das trevas**. São Paulo: Artpress, 1994.

TAVEIRO, Eloi de Magalhães. Plínio Corrêa de Oliveira: Um resumo biográfico. **Catolicismo**. São Paulo, Ano LI, nº 610, pp. 17-27, Outubro/2001.

FONTES NA INTERNET

ALLEANZA CATTOLICA. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>>

ALLEANZA CATTOLICA. Entrevista de Giovanni Cantoni: Quatro prestigiosas edições de Revolução e Contra-Revolução na Itália. **Alleanza Cattolica**. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>> Acesso em 02/outubro/2001.

C.A. Progressismo e Tradição. **Revista Catolicismo**. Fevereiro de 2001. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br>> Acesso em 11/junho/2001.

CANTONI, Giovanni. Voci per un Dizionario Del Pensiero Forte: Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995). **Alleanza Cattolica**. Disponível em: <http://www.alleanzacattolica.org/idis_dp/voci/c_plinio_correa_de_oliveira.htm> Acesso em 15/dezembro/2000.

_____ Plínio Corrêa de Oliveira al servizio di un capitolo della dottrina sociale della Chiesa: il commento del Magistero alla “parabola dei talenti”. **Cristianità**. Nº 235, 1994. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

_____ Fátima e la Contro-Rivoluzione del secolo XXI. **Cristianità**. Nº 301-302, 2000. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>> Acesso em 02/outubro/2001.

_____ La Rivoluzione francese nel processo rivoluzionario. **Alleanza Cattolica**. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>> Acesso em 02/outubro/2001.

CRISTIANITÀ. Dichiarazioni e documenti – Plínio Corrêa de Oliveira: Fátima, “perestrojka” e TFP. **Cristianità**. Nº 180-181, 1990. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

_____ In Memoriam: Plínio Corrêa de Oliveira. **Cristianità**. Nº 247-248, 1995. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

DANIELE, Leo. Igualitarismo - A religião que o século XX adotou. **Frente Universitária Lepanto**. Disponível em <<http://www.lepanto.org.br/>> Acesso em 14/agosto/2002.

FRENTE UNIVERSITÁRIA LEPANTO. Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/>>

LOPES, Gregório Vivanco. Reforma Agrária no Brasil: Fracasso reconhecido e teimosamente **sustentado**. **Catolicismo**. **Agosto de 2000**. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 02/janeiro/2001.

_____ Reforma Agrária - Legislação na década de 70 e hoje. **Frente Universitária Lepanto**. Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/Perg27-6-99.html>> Acesso em 06/junho/2000.

_____ Meta do MST: tomar o Poder e transformar o Brasil em nova União Soviética. **Frente Universitária Lepanto**. Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/>> Acesso em 23/maio/2000.

LUCI SULL'EST. Disponível em <<http://www.lucisullest.org/>>

MACHADO, Antônio Augusto Borelli. Terceira parte do segredo de Fátima: visão profética, angustiante início que termina numa imagem de esperança. **Frente Universitária Lepanto.** Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/>> Acesso em 23/maio/2002.

O AMANHÃ DE NOSSOS FILHOS. Disponível em: <<http://www.oanfilhos.org.br/>>

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A cruzada do século XX. **Revista Catolicismo.** Janeiro de 2001. Disponível em <<http://www.catolicismo.com.br>> Acesso em 26/abril/2001.

_____ **A Missão de Catolicismo.** **Revista Catolicismo.** Janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 26/abril/2001.

_____ **Auto-retrato filosófico. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade.** Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001.

_____ **Comunismo e anticomunismo na orla da última década deste milênio. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade.** Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/agosto/2002.

_____ **Cristandade: sacralidade na Ordem Temporal. Frente Universitária Lepanto - Estudos Variados.** Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/>> Acesso em 06/junho/2000.

_____ **Do apogeu da III Revolução à pseudo-morte do comunismo e ao nascimento da IV Revolução. (Parte III da obra *Revolução e Contra-Revolução*).** **Revista Catolicismo.** Outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/>> Acesso em 02/janeiro/2001.

_____ **Fátima in una visione d'insieme. Cristianità.** N° 17-18, 1976 e 301-302, 2000. Disponível em: <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

_____ **La devozione mariana e l'apostolato contro-rivoluzionario. Cristianità.** n° 247-248, 1995. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

_____ **Propriedade Privada. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade.** Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>> Acesso em 11/junho/2001

_____ **Via Sacra. Frente Universitária Lepanto.** Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/>> Acesso em 29/julho/2001.

_____ Visão Panorâmica da História Universal. **Frente Universitária Lepanto - Estudos Variados**. Disponível em: <<http://www.lepanto.org.br/>> Acesso em 14/novembro/2000.

PRÓ LEGÍTIMA DEFESA. Disponível em <<http://www.prolegitimadefesa.org.br/>>

REVISTA CATOLICISMO. Disponível em: <<http://www.catholicismo.com.br/>>

REVISTA CATOLICISMO. 40 anos do brado inicial de uma vitoriosa Cruzada brasileira. **Catolicismo**. Outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.catholicismo.com.br/>> Acesso em 02/janeiro/2001.

_____ Às vésperas do século XXI, análise retrospectiva do século em ocaso. **Catolicismo**. Dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.catholicismo.com.br/>> Acesso em 26/abril/2001.

RUIZ, Card. Bernardino Echeverría. Plínio Corrêa de Oliveira, apóstolo insigne, polemista ardente e intrepido. **Cristianità**. Nº 249, 1996. Disponível em: <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Disponível em: <<http://www.tfp.org.br/>>

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO FAMÍLIA E PROPRIEDADE. Manifesto: Em defesa da unidade nacional ameaçada pelo MST. **S.O.S. Fazendeiro**. Disponível em: <<http://www.sos-fazendeiro.org.br/manif.html/>> Acesso em 15/fevereiro/2002.

S.O.S. FAZENDEIRO – INFORMATIVO RURAL. Disponível em: <<http://www.sos-fazendeiro.org.br/>>

VINDE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, NÃO TARDEIS! Endereço Eletrônico: <<http://www.fatima.org.br/>>

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. SÁNCHEZ, Félix Ruiz. Um grão menos amargo das ironias da História: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Lutas Sociais**. São Paulo, nº 5, p. 77-92, 2º semestre, 1998.
- ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ALVES, Rubem. **O que é religião**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- AMADO, Wolmir Therezio. A concepção de Reforma Agrária da Igreja Católica na década de 1950 a meados da década de 1960. A ação política e social da Igreja Católica na década de 50 a meados da década de 60. In: **A Igreja e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil 1950-1968**. Goiânia: Editora da UCG, 1996. p. 19-99/101-153.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ANTONCICH, Ricardo. SANS, José Miguel Munarriz. O Ensino Social da Igreja e o compromisso pela libertação integral do povo. A propriedade: direito do trabalho. In: **Ensino Social da Igreja**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 17-49 / 135-182.
- ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. 2ª edição. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Ática, 1990.
- AUED, Bernardete Wrublewski. Reforma Agrária e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. In: OURIQUES, Nildo Domingos. RAMPINELLI, Waldir José. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 227-266.
- AZEVEDO, Reinaldo. Os dilemas da Santa Madre. **Revista República**. São Paulo, Nº 12, p. 60-68, outubro, 1997.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e Discurso. História e**

Literatura. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia EINAUDI**. Vol. I (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p. 296-332.

BAGET-BOZZO, Gianni. Pensamento Social Cristão. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 918-923.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1930 a 1960**. 4ª edição. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

_____. **História Sincera da República: 1960 a 1967**. 2ª edição. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 204-210.

BENEDETTI, Pe. Luiz Roberto. Os limites do Humano. **Vida Pastoral**. São Paulo, Ano XXXVII, nº 188, pp. 15-19, maio/jun 1996.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1984. Tomo III. Vol. 4. p. 271-341.

_____. **A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERLIN, Isaiah. Joseph de Maistre e as origens do Fascismo. In: **Limites da Utopia. Capítulos da história das idéias**. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 84-140.

BIGO, Pierre. **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1969.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 385-391.

BOIA, Lucian. **Pour une Histoire de l'imaginaire**. Paris : Les Belles Lettres, 1998. p. 30-37.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 34/35.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3ª edição. Rio de Janeiro:

- Bertrand Brasil, 2000.
- BRUM, Argemiro J. **Temas da Atualidade Brasileira**. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1986.
- BUNDAS. A força do pobre é a quantidade! Bundas entrevista João Pedro Stédile. **Revista Bundas**. Nº 49, p. 06-13, 23 a 29 de maio, 2000.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p. 83-97, 1997.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Secretaria Geral da Presidência. **Documentos pontifícios sobre questões sociais**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. 2ª edição. São Paulo: Difel, 1983. Tomo III. Vol. 3, p. 121-224.
- CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo, Brasília: Melhoramentos, Editora da UnB, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as Representações Sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBA, Jurandir (Orgs). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000. p. 09-39.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Org). História e Análise de Textos. In: **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.
- CATÃO, Francisco. VILELA, Magno. **O Monopólio do Sagrado: uma análise da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- CAVALCANTI, Coutinho. **Um projeto de Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1959.
- CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Cristianismo, Sociedade e Revolução**. 2ª edição. São Paulo: Editora Herder, 1967.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 211-238.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Reforma Agrária popular.

Revista da Arquidiocese. Goiânia/GO, Ano XXVII, nº 7, p. 480-482, julho/1984.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Tradição, Família, Propriedade. In: **Pronunciamentos da CNBB 84-coletânea – 85.** nº 35. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 35.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org.). **História no Plural.** Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 189-207.

DAVIS, Natalie Z. **O retorno de Martin Guerre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEITOS, Nilceu Jacob. Representações e imaginário pentecostal. **Revista Esboços.** Florianópolis, nº 3, p. 83-102, 1996.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

ETCHEBEHERE JR, Lincoln. **O Concílio Vaticano II: “progressistas” e “tradicionalistas”.** Mimeo.

FEBVRE, Lucien. A Alemanha de 1517 e Lutero. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Lucien Febvre: história.** 2ª edição. São Paulo: Ática, 1992. p. 81-95.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANGIOTTI, Roque. **A Doutrina Tradicional da Providência. Implicações sóciopolíticas.** São Paulo: Paulinas, 1986.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Plínio Corrêa de Oliveira. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983.** Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. Volume 3. p. 2443.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** 8ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança.** 6ª ed. Porto Alegre: Edições Mundo Jovem, 1986.

HENRIOT, Peter J. DEBERRI, Edward P. SCHULTHEIS, Michael

J. **Ensino Social da Igreja: Nosso grande segredo, herança e compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 329-352.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p. 41-66, 1997.

HOBSBAWN, Eric. A volta da narrativa. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Cias das Letras, 1998. p. 201-206 / 243-255.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado Populista na América Latina**. São Paulo: Ática, 1989.

ISAIA, Artur César. Introdução. In: **Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 17-26.

JOÃO PAULO II. **Pronunciamentos do Papa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

JOLLES, André. **Formas Simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste**. São Paulo: Cultrix, 1976.

KORNIS, Mônica. FLAKSMAN, Dora. Ação Católica Brasileira (ACB). Liga Eleitoral Católica (LEC). Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 10-12 / 1818-1820 / 3239-3940.

KORNIS, Mônica. MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAMARÃO, Sérgio. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário**

Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. Volume 2. p. 1610-1612.

LEAL, Laurindo (Org). **Reforma Agrária na Nova República: contradições e alternativas.** São Paulo: Cortez, EDUC, 1985.

LEMOS, Renato Luís de Couto Neto e. Benjamin Constant: Biografia e explicação histórica. **Revista de Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p. 67-81, 1997.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** 2ª edição. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (Coord). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 167-182.

LIMA, Lizanias de Souza. **Plínio Corrêa de Oliveira – Um Cruzado do Século XX.** São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP.

LUXEMBURGO, Rosa. **O socialismo e as Igrejas. O comunismo dos primeiros cristãos.** Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária. Ensaio de antropologia política.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da análise do discurso.** 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MAINWARING, Scott. Igreja e Política: considerações teóricas. A Igreja de 1916 a 1964. In: **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 15-35/41-98.

MALATIAN, Teresa Maria. **Os Cruzados do Império.** São Paulo, 1988. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo.

_____. Nostalgia do Antigo Regime: A República em Crise e a solução restauradora. **História,** São Paulo, (nº de esp.), p. 163-178, 1989.

MARTIGNETTI, Giuliano. Propriedade. In: BOBBIO, Norberto.

MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política.** Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 1021-1035.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política).** 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

MATTEI, Roberto de. **O Cruzado do Século XX: Plínio Corrêa de Oliveira.** Porto: Livraria Civilização Editora, 1997.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. Opinião Pública. In: BOBBIO,

Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 686-705 / 842-845.

MAYER, Arno J. **A Dinâmica da Contra-Revolução na Europa, 1870-1956. Uma estrutura analítica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé. Discurso e Prática Católicos**. Fortaleza: Edições UFC, 1987.

_____. **Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 1999.

MONTFORT, São Luís Maria Grignon de. **Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem**. 29ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 18, nº 35, p. 329-360, 1998.

_____. **Da morte do campesinato ao nascimento do MST**. Florianópolis, 1999. Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História. UFES, 16 páginas.

MOTTA, Marly Silva da. O relato biográfico como fonte para o estudo da história. **Vidya**. Santa Maria/RS, nº 34, p. 101-122, jul/ dez 2000.

MOURA, Odilão. **As idéias católicas no Brasil: direção do pensamento católico no Brasil do século XX**. São Paulo: Convívio, 1978.

NOGUEIRA, Tania. Histórias da Vida Real: Entrevista com Dom João Maria de Orleans e Bragança. **Revista República**. São Paulo, Nº 13, p. 24-27, novembro, 1997.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. **A doutrina social ao alcance de todos**. São Paulo: LTr, 1991.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org). **Palavra, Fé, Poder**. São Paulo: Fontes, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso religioso. In: **A Linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996. p. 239-263.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

- PANINI, Carmela. **Reforma Agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- PANTLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques (Direção). **A História Nova**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 291-318.
- PASQUINO, Gianfranco. Grupos de Pressão. Revolução. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 562-571/ 1121-1131.
- PATRÍCIO, Djalma José. **Poder, grupos de pressão e meios de comunicação**. Blumenau: Editora da FURB, 1998.
- PEDRIALI, José Antônio. **Guerreiros da Virgem: A vida secreta na TFP**. São Paulo: EMW Editora, 1985.
- PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. SOUZA, Beatriz Muniz de. CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1984. Tomo III. Vol. 4. p. 343-380.
- PINTO, Céli Regina Jardim. A noção de discurso. A sociedade e seus discursos. In: **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney. O discurso do plano cruzado**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 15-33 / 35-56.
- PORTELLI, Hugues. **Os Socialismos no discurso social católico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- POULAT, Emile. Integralismo. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 635-637.
- REESE, Thomas J. **O Vaticano por dentro - A Política e a Organização da Igreja Católica**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- RÈMOND, René. **O Século XX de 1914 aos nossos dias**. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1982.
- RÈMOND, René (Org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. A volta da História Política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tânia Navarro (Org). **História no Plural**. Brasília: Ed. UnB, 1994. p. 99-108.
- RICHARD, Pablo. Introdução. In: **Morte das Cristandades e**

- Nascimento da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1982. p. 09-28.
- RODEGUERO, Carla Simone. **O Diabo é Vermelho. Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).** Passo Fundo: Editora UPF, 1998.
- ROMANI, Carlo. A aventura do anarquismo segundo Oreste Ristori. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, Vol. 17, número 35, p. 150-166, 1997.
- SALEN, Helena (Coord.). **A Igreja dos oprimidos.** São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.
- SANCTIS, Frei Antônio de (Org). **Encíclicas e Documentos Sociais. Da “Rerum Novarum” à “Octagesima Adveniens”.** São Paulo: LTr, 1972.
- SCHILLING, Paulo R. **O que é Reforma Agrária.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1963.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Revista de Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p. 03-21, 1997.
- _____. Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a literatura. In: RAGO, Margareth. GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs). **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2000. p. 193-202.
- SCHÜHLY, P. Gunther. KÖNIG, Hans-Joachim. SCHNEIDER, P. José Odelso (Orgs). **Consciência Social: A história de um processo através da Doutrina Social da Igreja.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária.** 17ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, Tempo e História. In: CHAUVEAU, Agnés. TÉTART, Philippe (Org). **Questões para a História do Presente.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. p. 73-92.
- STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990.** Chapecó: Grifos, 1997.
- SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: **História no Plural.** Brasília: Editora da UnB, 1994. p. 43-67.
- TARSO, Paulo de. **Os Cristãos e a Revolução Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- TEVES, Nilda. O Imaginário na configuração da Realidade Social. In: TEVES, Nilda (Coord). **Imaginário Social e Educação.** Rio de

Janeiro: Gryphus, Faculdade de Educação da UFRJ, 1992. p. 03-33.

TOSTA, Sandra Pereira. **Catolicismo no Brasil contemporâneo: da politização dos anos 60 à espiritualização dos anos 90.**

Florianópolis, 1999. Comunicação apresentada durante o XX Simpósio Nacional de História. PUC/MG.

TOUCHARD, Jean (Dir). Os fundadores do Neotradicionalismo: Taine e Renan. O nacionalismo francês. In: **História das Idéias Políticas**. Vol. 6. 2ª edição. Publicações Europa-América, 1976. p. 111-116 / 116-126.

_____. Neotradicionalismo e neoconservantismo. Cristianismo e Democracia. In: **História das Idéias Políticas**. Vol. 7. 2ª edição. Publicações Europa-América, 1976. p. 139-144 / 144-152.

TRINDADE, Héglio. Sociedade de Estudos Políticos (SEP). In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Ed Forense Universitária, FGV / CPDOC, FINEP, 1984. p. 3241.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1984.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: **O populismo na política brasileira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 61-78.

WERNET, Augustin. Introdução. Alcance e significado da reforma do clero paulista. In: **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987. p. 1-14 / 163-188.

NA INTERNET

AGUIAR, Thais. “A volta do perigo vermelho”. **Observatório da Imprensa**. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/eno230520012.html>> Acesso em 11/agosto/2002.

ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi. JUSTUS, Marcelo. O Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre o discurso religioso. **Labi-Nime**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0064.shtml/> Acesso em 14/agosto/2002.

CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária – de Canudos aos sem-terra: a utopia pela terra. *Revista Olho na História*. Nº 3.

Disponível em <<http://www.ufba.br/~revista/03camara.html/>>
Acesso em 26/fevereiro/2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Endereço Eletrônico: <<http://www.cnbb.org.br/>>

BERGAMO, Mônica. Racha na TFP. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 de agosto de 2000. p. E2, Coluna Ilustrada. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

DIÁRIO DE SOROCABA. TFP X TFP. Lavando a roupa suja. **Diário de Sorocaba**. Disponível em <<http://www.geocities.com/Athens/Bridge/8305/tfpxtfp.htm>> Acesso em 11/agosto/2002.

ESTRELA, Ely. Semeando Movimentos: Os sem-terra criam outros espaços de luta. **Labi-Nime**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0084.shtml/> Acesso em 14/agosto/2002.

FEDELI, Orlando. Fátima: um “segredo” contendo um enigma envolto em um mistério. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/cadernos/>> Acesso em 30/agosto/2001.

_____ Desigualdade & Igualdade: Considerações sobre um mito. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/>> Acesso em 02/julho/2002.

_____ Cultura popular, cultura de elite, cultura de massa. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/>> Acesso em 07/julho/2002.

_____ Espaço do Leitor. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/perguntas/index-igreja.html/>> Acesso em 11/agosto/2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. Plínio Corrêa de Oliveira morre aos 86. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ TFP pensa em nome para liderar entidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Três mil pessoas assistem ao enterro do fundador da TFP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Missa de sétimo dia do fundador da TFP é assistida por mil

peças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Grupo combate os sem-terra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ TFP diz que MST é “guerrilheiro” e quer o “poder”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 de abril de 1996. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Expulso [MST] quer entrar para a TFP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 de março de 1997. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Arquidiocese estuda ação contra TFP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 de agosto de 1997. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Sem comunismo, TFP ataca aborto, TV e união civil gay. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de agosto de 1998. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ Vício de origem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de abril de 2001. p. A4, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

FORGANES, Rosely. Legião estrangeira. Enfraquecida no Brasil, a ultraconservadora TFP é alvo de investigações no Parlamento francês. **Istoé**. Nº 1558, 11 de agosto de 1998. Edição On-line. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>

GIANOLA, Franco. Vilfredo Pareto: Il gioco del potere? Come una partita a rubamazzetto. Disponível em <<http://www.cronologia.it/storia/biografie/pareto.htm/>> Acesso em 16/julho/2002.

GOVERNO DO BRASIL. A Reforma Agrária no Brasil. **Governo do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secom/coleção/REFAGR3.htm>. Acesso em 07/junho/2000.

HERSCHANDER, Hermann. Considerações acerca das “Considérations sur la France” de Joseph de Maistre. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/veritas/consideracoes.html>> Acesso em 28/agosto/2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA

AGRÁRIA. A Reforma Agrária no Brasil. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secom/colecao/REFAGR3.htm>> Acesso em 06/junho/2000.

LAPLANTINE, François. As três vozes do Imaginário. **Labi-Nime**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0001_a0030/a0028.shtml/> Acesso em 14/agosto/2002.

MAISTRE, Joseph de. Diffusione e difesa del cattolicesimo. **Cristianità**. Nº 290-291, 1999. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org>> Acesso em 01/setembro/2001.

MANDIM, Ana Maria. TFP paga ‘S.O.S. fazendeiro’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de fevereiro de 1997. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

MIRANDA, M. I. P. O apóstolo da cruz. **Montfort - Associação Cultural**. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/>> Acesso em 02/julho/2002.

MORAES, Denis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv44.htm>> Acesso em 06/junho/2000.

MORAIS, Jomar. Satã vive. **Planeta Jota**. Disponível em <<http://www.planetajota.jor.br/diabo.htm/>> Acesso em 22/agosto/2002.

_____. O Diabo e as religiões. **Planeta Jota**. Disponível em <<http://www.planetajota.jor.br/diabo1.htm/>> Acesso em 22/agosto/2002.

_____. Quem é quem no inferno. **Planeta Jota**. Disponível em <<http://www.planetajota.jor.br/diabo2.htm/>> Acesso em 22/agosto/2002.

MONTFORT - ASSOCIAÇÃO CULTURAL. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/>>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Disponível em <<http://www.mst.org.br/>>

NASCIMENTO, Gilberto. As viúvas de Plínio. Após a morte do principal líder, a ala jovem da TFP briga pelo espólio da entidade ultraconservadora. **Istoé**. 24 de junho de 1998. Edição On-line. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>

_____. O Boff da TFP. Dissidente da entidade conservadora fica 45 dias incomunicável. **Istoé**. 08 de julho de 1998. Edição On-line. Disponível em: <<http://www.istoe.com.br>>

NATALI, João Batista. ‘Monarquia não toma posição’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de setembro de 1994. p. 06, Coluna Especial.

Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

_____ **Monarquistas sofrem novo racha. Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 de dezembro de 1994. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

OLIVEIRA, Tiago. AMARAL, Luis Henrique. Disputa interna na TFP é decidida na Justiça. 'Conservadores' derrotam 'progressistas' sobre estatuto da entidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de agosto de 1998. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

PAPPALARDO, Francesco. Voci per un Dizionario del Pensiero Forte: San Luigi Maria Grignon de Motfort (1673-1716). **Alleanza Cattolica**. Disponível em <<http://www.alleanzacattolica.org/>> Acesso em 02/outubro/2001.

PEROTTI, Denise. Combate ao comunismo é principal alvo da TFP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

PLANALTO. Reforma Agrária no Brasil. **Planalto**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/secom/colecao/REFAGR3.html/>> Acesso em 07/06/2000.

QUADRAT, Samantha Viz. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Disponível em <<http://www.ifes.ufrj.br/tempo/dcpd37.html>> Acesso em 11/agosto/2002.

RODRIGUES, Maria Madalena. Demônio no Tempo. **Informativos UnB**. Disponível em <<http://www.unb.br/informativos/a2002/demo.htm/>> Acesso em 22/agosto/2002.

ROMANO, Roberto. O pensamento conservador. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 3, p. 21-31, novembro de 1994. Disponível em: <<http://www.revistadesociologiaepolitica.org.br/revista67/romano2.html>> Acesso em 04/setembro/2000.

SÁ, Xico. Plínio Corrêa de Oliveira é eleito presidente perpétuo. Sociedade acredita que comunismo não morreu, está apenas 'metamorfoseado' e representa uma ameaça. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de outubro de 1995. p. 01, Coluna Brasil. Edição On-line. Disponível em <<http://www.folha.uol.com.br/>>

SÁNCHEZ, Jesus Hortal. Tradizione Famiglia Proprietà: religioni e politica nei tropici. Disponível em : <<http://www.kelebekler.com/cesnur/txt/TFP-it.htm/>> Acesso em 12/setembro/2002.

SILVA, Lígia Maria Osório. Terra, direito e poder - O latifúndio improdutivo na legislação agrária brasileira. **Boletim da ABA** -

Associação Brasileira de Antropologia, nº 27. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/aba/boletins/b27/04.htm>> Acesso em 06/junho/2000.

TELLES Jr., Goffredo. Meditações sobre a desordem. **Labi-Nime**. Disponível em: <http://www.imaginario.com.br/artigo/a0031_a0060/a0049.shtml/> Acesso em 14/agosto/2002.

VIDA DE SÃO LUÍS DE MONTFORT. Disponível em <http://www.robynet.psi.br/~montfort/vida_de_sao_luis_maria.htm/> Acesso em 08/julho/2002.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

VIDEOLAR, **Atlas Histórico Istoé Brasil 500 Anos: Multimídia da História do Brasil**, 2000. 1 CD ROM.

A AUTORA



Gizele Zanotto é graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Complementou sua formação nos níveis de mestrado e doutorado em História Cultural pela mesma instituição (2003 e 2007) e realizou pós-doutorado pela

Universidad de Buenos Aires (2014).

Gizele é professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), neste participa da Linha Cultura e Patrimônio. É coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC-PPGH) e do Arquivo Histórico Regional (AHR). Desde 2019 é membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Foi vice-presidente da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020).

Quanto às parcerias para pesquisa e produção de conhecimento, Gizele participa dos grupos: Catolicismo, tradição e modernidade - PUC Minas; Religiosidade e Cultura - UFSC; Direitas, História e Memória - UEM.

A partir de uma iniciativa conjunta, Gizele é membro fundador da Rede de Pesquisa “História e Catolicismos no Mundo Contemporâneo” (<http://redehistoriaecatolicismo.com.br/>) e investigadora associada da Rede de Pesquisa “Direitas, História e Memória”. Atua cooperadora de Civitas - Forum of Archives and Research on Christian Democracy e é membro do conselho editorial da Editora Fogo. É uma das editoras da Revista Brasileira de História das Religiões.

Entre seus trabalhos publicados de maior destaque está o livro *Tradição, Família e Propriedade: as idiosincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995)*, resultado de sua tese de doutorado (Editora Méritos, 2012).

